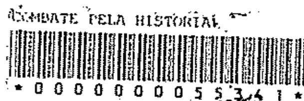
Lucien Febvre, juntamente com Marc Bloch e Fernand Braudel, foi um dos mais importantes renovadores da historiografia contemporânea. O seu livro *Combates pela História*, que agora se integra na Biblioteca das Ciências Humanas, reúne alguns dos seus mais notáveis ensaios que constituem verdadeiras lições de metodologia histórica. Mas, para além de constituir um indispensável instrumento de trabalho nos domínios da historiografia, este livro é sobretudo a obra de um «maître à penser», pelo rigor das análises e pela amplitude e modernidade das suas reflexões.

## BIBLIOTECA DE TEXTOS UNIVERSITÁRIOS







EDITORIAL PRESENÇA



LUCIEN FEBVRE

COMBATES PELA HISTÓRIA

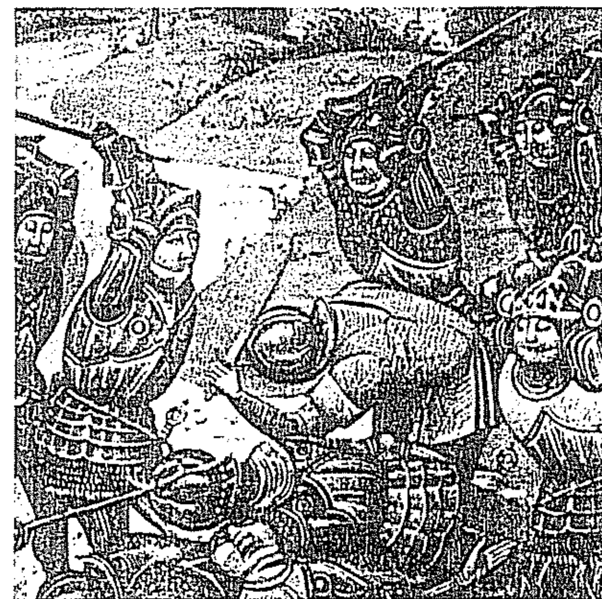


75



# LUCIEN FEBVRE

# COMBATES PELA HISTÓRIA




EDITORIAL PRESENÇA

# COMBATES PELA HISTÓRIA

LUCIEN FEBVRE

# COMBATES PELA HISTÓRIA

EDITORIAL PRESENÇA

FICHA TÉCNICA

Título original: *Combats pour L'Histoire*
Autor: *Lucien Febvre*

Tradução: *Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz*
Revisão do texto: *Wanda Ramos*
Impressão: *Empresa Gráfica Feirense, Lda., Sta. Maria da Feira*
Acabamento: *Ramho & Neves, Lda., Sta. Maria da Feira*
3.ª edição, Lisboa, 1989
Depósito Legal N.º 21865



# PREFÁCIO

*Se, ao reunir estes artigos escolhidos entre tantos outros, fosse minha intenção erguer a mim próprio qualquer espécie de monumento, teria dado à recolha um título diferente. Tendo fabricado ao longo da minha vida, e esperando fabricar ainda, alguns grandes móveis com que mobilar a história — que podem, pelo menos provisoriamente, guarnecer certas paredes despidas do palácio de Clio —, teria então chamado* Aparas *a esses restos de madeira caídos sob a plaina e apanhados ao pé da banca. Mas não foi de forma nenhuma para me rever nessas obras quotidianas, mas sim para prestar alguns serviços aos meus companheiros, sobretudo aos mais jovens, que pus em prática esta recolha. E, por isso, o título que escolhi lembrará o que sempre houve de militante na minha vida.* Os meus combates, *certamente que não: nunca me bati nem por mim nem contra este ou aquele, como pessoa.* Combates pela História, *sim. Foi bem por ela que lutei toda a minha vida.*

*Tanto quanto a minha memória alcança, vejo-me historiador por prazer ou por desejo, para não dizer de coração e de vocação. Filho de um pai que o prestígio de Henri Weil, helenista na Faculdade de Letras de Besançon e depois na* École Normale Supérieure, *e o, tão grande, de Thurot, esse filósofo da gramática, desviaram da História, de que nunca, no entanto, se desinteressou; sobrinho de um tio que toda a sua vida a ensinou, e desde a minha primeira infância me levou a amá-la; encontrando, ao folhear na biblioteca paterna, por baixo dos fascículos do* Daremberg et Saglio, *que se sucediam regularmente, esses dois álbuns que representavam ao vivo as grandes* Histórias dos Gregos e dos Romanos, *de Victor Duruy, obras-primas da editora Hachette da primeira fase: toda a Antiguidade então conhecida, templos, bustos, deuses e vasos, figurados pelos melhores gravadores; devorando sobretudo, com uma paixão incansável, os tomos dessa grande edição Hetzel da* História de França *de Michelet, que Daniel Vierge, visionário alucinante, encheu de ilustrações tão de acordo com alguns textos do grande sonhador, de tal modo que me sinto incomodado, hoje, se tenho de os reler na morna edição que*

*houve quem qualificasse de «definitiva»; alimentado por estes conselhos, rico destas leituras e dos sonhos que fazia nascer em mim, como não teria eu sido historiador?*

*São esses os meus mestres, os meus verdadeiros mestres — a que se juntaram mais tarde, entre os meus dezasseis e os meus vinte cinco anos: Élisée Reclus e a profunda humanidade da sua* Geografia Universal; Burckhardt e o Renascimento em Itália; *Courajod e as suas lições da* École du Louvre *sobre o* Renascimento na Borgonha e em França; *a partir de 1900 o Jaurès da* História Socialista, *tão rica de intuições económicas e sociais; Stendhal, enfim, e sobretudo o Stendhal de* Roma, Nápoles e Florença, *da* História da Arte em Itália, *das* Memórias de um Turista, *da* Correspondência: *outros tantos «convites à história psicológica e sentimental», que, durante anos, não deixaram a minha mesa de cabeceira — descobri-os quase por acaso, nesses tempos longínquos, massacrados por Colombo e impressos por Calmann em papel de candeia, com tipo velho e rombo.*

*Esta a minha «alma de papel». Ao lado dela, a minha alma campestre e rústica — essa outra mestra da História que foi para mim a Terra. Os primeiros vinte anos da minha vida decorreram em Nancy: aí, ao percorrer as matas, os bosques da floresta de Haye, ao descobrir uns após outros, tão nitidamente perfilados, os horizontes das encostas e dos planaltos lorenos, fiz provisão de um conjunto de recordações e de impressões que nunca mais me abandonarão. Mas com que delícia reencontrava todos os anos a minha verdadeira pátria, o Franco-Condado! Primeiro o doce Vale do Saône, a pequena vila de Gray dominando majestosamente o prado que refez a felicidade a Proudhon; mais a seguir, esse velho severo do Jura, os seus prados-bosques e os seus pinheiros, as suas águas verdes e as suas gargantas desaprumadas por grandes bancos calcários, tais como, com um pincel heróico, os pintava Gustave Courbet — o Franco-Condado, percorrido em todos os sentidos, desde os meus primeiros anos, nas velhas diligências das «Messageries Bouvet»: fortes cheiros de couro velho, odor acre dos cavalos fumegantes, ruídos alegres dos guizos e do chicote a estalar à entrada das aldeias; o Condado, como a Lorena, dotado de altos lugares solitários e sagrados: a «Haute-Pierre de Mouthier», o «Poupet de Salins» a enviar, para lá das cristas, a sua saudação ao Monte Branco; mais longe a «Dole», cume literário, e tantos outros menos notórios; lugares saudáveis em que o espírito sopra com o vento e que, durante toda a vida, nos dão a necessidade de descobrir, de respirar horizontes infinitos. No Condado, não somos nada conformistas. Courbet também não o era, quando pintava* L'Enterrement à Ornans *ou* L'Atelier. *Nem Pasteur, quando as Academias conjuradas bramiam à morte contra a sua verdade. Nem Proudhon, o filho do tanoeiro, quando dedicava, em homenagem, aos burgueses bem providos de Besançon, a sua obra* A propriedade é um roubo. *Proudhon, que teria sem dúvida dado a melhor definição de nós, os do Condado: «Anarquistas... mas de governo», se Michelet não tivesse fornecido a sua: «Souberam a tempo duas coisas: saber fazer, saber parar.»*

*Daí, porque reúno a dupla aspereza, «crítica, polémica e guerreira», do Condado e da Lorena — daí que eu não tenha aceitado placidamente a história dos vencidos de 1870, as suas prudências vacilantes, as renúncias a qualquer forma de síntese, o culto laborioso, mas intelectualmente preguiçoso, do «facto», e esse gosto quase exclusivo pela história diplomática («Ah, se a tivessemos estudado melhor, não estaríamos neste ponto!») que, de Albert Sorel, esse semi-deus, a Émile Bourgeois, esse décimo de deus, obcecava os homens que nos ensinaram de 1895 a 1902; daí que eu tenha reagido instintivamente e quase sem apoio no campo dos historiadores (mas encontrava esse apoio nos meus amigos linguistas e orientalistas, psicólogos e médicos, geógrafos e germanistas, de Jules Bloch e Henri Wallon, a Charles Blondel, a Jules Sion, a Marcel Ray, enquanto os menos conformistas dos meus companheiros historiadores, com raras excepções, entre as quais a de Augustin Renaudet, aderiram sem mais, e achando-se ousados, ao estandarte ambíguo de Charles Seignobos); daí que, pela minha parte, imediatamente me tenha inscrito entre os fiéis da* Revue de Synthèse Historique *e do seu criador Henri Berr: nada de estranho em tal aventura. Senão isto, que qualifica uma época: nem as minhas ousadias, nem os meus arrebatamentos puderam fazer insurgir contra mim tantos bons ânimos que gostavam de mim e mo provavam em todas as ocasiões; penso em Gabriel Monod, em Christian Pfister, em Camille Jullian; em Gustave Bloch, também — e em Vidal de la Blache (que no entanto tinha já feito, para si e para os seus sucessores, a sua própria revolução). A altiva Universidade desse tempo, uma aristocracia do coração e nada menos. E, nos grandes, uma benevolência actuante, uma fraternidade.*

*Portanto, sozinho na arena, fiz o melhor que pude. Das coisas que fui capaz de dizer, ao longo de cinquenta anos, algumas que pareciam audaciosas quando as formulei pela primeira vez, caíram no domínio comum. Outras continuam a ser postas em questão. A sorte do pioneiro é ilusória: ou a sua geração lhe dá quase logo razão e absorve num grande esforço colectivo o seu esforço isolado de investigador; ou ela lhe resiste e deixa à geração seguinte o encargo de fazer germinar a semente prematuramente lançada nos regos. Esta a razão por que o sucesso prolongado de certos livros surpreende o seu autor: é que eles não encontraram o seu verdadeiro público senão dez, quinze anos após a publicação, e quando lhes chegaram apoios de fora.*

*Foi um apoio, e uma grande segurança para mim, o descobrir, a partir de 1910, ao mergulhar no pequeno volume da colecção Flammarion,* As antigas democracias dos Paises Baixos, *depois nos primeiros tomos da* História da Bélgica, *à espera que surgissem as esplêndidas memórias que foram o seu canto do cisne* (Períodos da história

social do capitalismo, *1914;* Maomé e Carlos Magno, *1922;* Merovíngios e Carolíngios, *1923; enfim, em 1927, essa jóia que é o livrinho sobre* As cidades da Idade Média), *foi primeiro uma segurança, pouco depois uma alegria pessoal, saber que um homem forte percorria, com um passo igual e dominador, os campos da história da Bélgica amiga: Henri Pirenne. E foi outra alegria quando, oito anos mais novo do que eu e já, por si próprio, orientado de uma forma ligeiramente diferente, um jovem historiador veio, ombro a ombro, fraternalmente, prosseguir e prolongar o meu esforço no seu domínio de medievalista: Marc Bloch. Mas nos* Annales *que, apoiados desde o primeiro número pela fidelidade de Leuilliot, fundámos juntos em 1929, com, mais do que a bênção de Henri Pirenne, a sua magnífica colaboração — nesses* Annales *rapidamente conquistadores, à primeira vista reconhecidos como salutares e vivos, como esquecer a parte de mérito que teve cada um dos que formaram à minha volta um círculo fraternal e caloroso. E que ainda o formam: não é verdade, Fernand Braudel, evocador poderoso de um Mediterrâneo tão rico em ressonâncias, amanhã ousado promotor de uma história económica renovada; não é verdade, Georges Friedmann, analisa penetrante de almas individuais e colectivas, de Leibniz e Spinoza aos servidores anónimos da máquina — e você, Charles Morazé, descobridor curioso e ardente de terras desconhecidas, intrépido na procura obstinada de métodos novos; vocês enfim, vocês todos, meus colaboradores, meus leitores, meus alunos e meus colegas de França e do estrangeiro, cuja afeição exigente mantém a minha força e sustenta o meu entusiasmo? Eu tinha de dizer isto, tinha de proclamar à cabeça desta recolha as minhas dívidas sentimentais para com tantos homens e lugares, e tantas casas que me acolheram: da* École Normale Supérieure *(1899-1902) e da* Fondation Thiers *às Universidades de Dijon e de Estrasburgo; sem esquecer, entre tantas outras no Velho e no Novo Mundo, a Universidade Livre de Bruxelas, que me cedeu a sua cátedra durante um ano; finalmente, a partir de 1933, este ilustre* Collège de France. *Foi suportada por estas tribunas que a minha voz conseguiu fazer-se ouvir tão amplamente.*

*Possam estas páginas ligadas umas às outras, e, espero-o, tanto mais eloquentes, servir ainda as causas que me são caras! Nestes anos em que tantas angústias nos oprimem, não quero repetir, com o Michelet do* Peuple: *«Jovens e velhos, estamos cansados». Cansados, os jovens? Tenho esperança que não. Cansados, os velhos? Não quero. Para lá de tantas tragédias e perturbações, grandes claridades brilham no horizonte. No sangue e na dor, cria-se uma Humanidade nova. E portanto, como sempre, uma História, uma Ciência histórica à medida de tempos imprevistos prepara-se para nascer. Desejo que, antecipadamente, o meu esforço tenha sabido adivinhar e abraçar as suas direcções. E que os meus riachos possam dilatar o seu caudal.*

*Le Souget, Natal de 1952.*



## ADVERTÊNCIA AO LEITOR

Tratando-se de prolongar e de estender a influência de alguns artigos escritos, ao longo de meio século, para propagar e defender ideias que se acreditavam e se julgam ainda úteis, não se evitou:

— nem praticar nos textos conservados algumas modificações de forma;

— nem aliviá-los de considerações demasiado circunstanciais;

— nem modificar certos títulos, para melhor sublinhar o espírito de um artigo;

— nem mesmo (mas muito raramente), remeter o leitor para trabalhos posteriores e que permitem uma actualização do primeiro texto.

Em contrapartida, resistiu-se à tentação de proceder a essa actualização. Também é salutar que os jovens historiadores que vão ler este livro possam ter um sentimento exacto da evolução das ideias e da mudança incessante dos pontos de vista em História. Não para que se envaideçam com essas transformações. Mas para que digam a si mesmos, com conhecimento de causa, que os seus esforços não serão em vão.

# PROFISSÕES DE FÉ À PARTIDA

## DE 1892 A 1933

### Exame de consciência de uma história e de um historiador

Nada de regressar ao passado, nada de regressar a mim mesmo. O *Domine non sum dignus* que sobe aos lábios de um homem quando, pela primeira vez, neste *Collège* onde tantas presenças invisíveis o cercam e o espreitam, sente pesar nos ombros o fardo da sua fraqueza — terei o pudor de o manter secreto. Afinal, o que auditores e colegas esperam do eleito não é de modo nenhum uma efusão. É a promessa viril de um esforço, a dávida de uma energia. Para que empresa? Para a definir, historiador que sou, irei direito às datas.

1892: quando da morte de Alfred Maury, o *Collège de France* suprime, para a transformar, a cadeira de História Geral e de Método Histórico Aplicado, que mantinha há mais de um século. Cadeira de História e de Moral, para a chamar com o seu velho nome: que, sucessivamente, a Daunou, o clássico, e a Michelet, o romântico, permitiu um ensino inovador e brilhante.

1933, quarenta anos mais tarde: o *Collège* obtém a criação de uma cadeira de História Geral e de Método Histórico Aplicado aos Tempos Modernos: tradução pessoal e livre da fórmula (História da Civilização Moderna) que se passará a ler no edital do *Collège*.

1892, 1933, duas datas, um problema: que, necessariamente, tenho de vos pôr. E se, para o fazer, sou forçado a proceder a um exame sem complacência das ideias que os homens da minha geração receberam e dos métodos que lhes foram ensinados, não vejam nisso nenhuma presunção orgulhosa: simplesmente, um grande desejo de clareza, e a necessidade, por vós e por mim, de iluminar um caminho doravante comum.

#### I

Ao suprimir a cadeira de História e de Moral, o *Collège* seguia em 1892 a sua razão de ser. Ele não foi feito para voar em auxílio da

vitória, mas para a preceder. Ora em 1892 a História, tal como então era concebida, tinha jogado e ganho a partida. Estava nos liceus povoados de agregados de História, nas Universidades providas de cadeiras de História, nas escolas especiais reservadas ao seu culto. Transbordava daí para as direcções de ensino, as reitorias, todos os grandes postos da Instrução Pública. Orgulhosa e poderosa no temporal, mostrava-se, no espiritual, segura de si — mas um pouco sonolenta.

A sua filosofia? Feita de qualquer maneira, com fórmulas tiradas do Auguste Comte, do Taine, do Claude Bernard que se ensinavam nos liceus, se mostrava buracos e roturas, lá estava, na altura própria, a ampla e macia almofada do evolucionismo para os dissimular. A História sentia-se à vontade na corrente destes pensamentos fáceis; aliás, muitas vezes o disse para comigo, os historiadores não têm necessidades filosóficas muito grandes. E relembrando o dito escarninho de Péguy num dos seus mais animados *Cahiers de la quinzaine* [1]: «Os historiadores fazem geralmente história sem meditar nos limites e nas condições da história; têm sem dúvida razão; mais vale que cada um trate da sua vida; de uma maneira geral, mais vale que um historiador comece por fazer história sem ir procurar tão longe: de outro modo, nunca chegaria a ter alguma coisa feita!» — sempre tive medo que, ao ler estas frases falsamente indulgentes, muitos historiadores, ainda há pouco tempo, abanassem a cabeça em aprovação, sem perceber o ressaibo avinagrado desta malícia de Orléans...

Tudo isto, de fora. Por dentro, as coisas ordenavam-se simplesmente.

*

* *

Nada de definição prévia: a história, era a história... Se, no entanto, se davam ao trabalho de a definir, era, estranhamente, não pelo seu objecto, mas pelo seu material. Quero dizer: apenas por uma parte do seu rico material.

«A história faz-se com textos.» Fórmula célebre: ainda hoje não esgotou a sua virtude. Que foi certamente grande. Aos bons trabalhadores legitimamente orgulhosos da sua consciência de eruditos, em justa batalha contra obras fáceis e frouxas, serviu de palavra de ordem e de senha. Fórmula perigosa se lhe dermos atenção, e que parecia querer contestar brutalmente o movimento geral das pesquisas humanas estreitamente solidárias.

Ligava, por um estreito laço, a história à escrita — e era esse o momento em que a pré-história, de nome bizarramente significativo, redigia, *sem textos*, o mais longo dos capítulos da história humana.

[1] *De la situation faite a l'histoire et à la sociologie dans les temps modernes*, 3.° caderno, 8.ª serie, p. 28.



— Nascia uma história económica, que queria ser antes de mais a história do trabalho humano; e essa história do trabalho, cujas condições François Simiand aqui determinava, há um ano, como fazê-la simplesmente com papéis, ou pergaminhos, na ignorância das técnicas? — Nascia uma geografia humana; atraía a atenção dos jovens, depressa conquistados por estudos reais e concretos, por estudos que pareciam fazer penetrar o céu e as águas, as aldeias e os bosques, toda a natureza viva, no sombrio acinzentado das salas de aula. «A história faz-se com textos»: e de repente parecia evaporar-se a observação penetrante dos sítios, a percepção aguda das relações geográficas próximas ou longínquas, o exame das marcas deixadas na terra humanizada pelo labor obstinado das gerações, desde o tempo em que os neolíticos, partindo do que continuaria a ser floresta ou se tornaria terra lavrada, estabeleciam para a sucessão dos tempos os primeiros tipos históricos conhecidos das instituições primordiais da humanidade.

Claro que os exploradores das sociedades antigas escapavam felizmente a tal fórmula de estreitamento e de mutilação. Incessantemente vivificados e renovados pelas escavações, os achados de monumentos e de material humano, os seus estudos — assim postos em contacto com essas realidades substanciais: um machado de metal, um vaso de terracota ou barro, uma balança e seus pesos, tudo coisas que se podem apalpar e ter na mão, cuja resistência se pode experimentar, e do exame de cujas formas se podem extrair cem dados concretos sobre a própria vida dos homens e das sociedades —, forçados a aplicar-se com exactidão ao terreno e conduzidos pelo despertar do sentido topográfico à aquisição do sentido geográfico, não se submetiam de modo nenhum às prescrições de um código severamente definido.

Pelo contrário, no domínio dos estudos modernos, os jovens, formados intelectualmente por uma cultura que tinha por única base textos, estudos de textos, explicações de textos, passavam, sem ruptura nos hábitos, dos liceus onde tinham sido classificados unicamente pelas suas aptidões de textuários, à *École Normale*, à Sorbonne, às Faculdades, onde lhes era proposto o mesmo trabalho de estudo de textos, de explicação de textos. Trabalho sedentário, de secretária e de papel; trabalho de janelas fechadas e de cortinas corridas. Daí, esses camponeses que, no que respeita a terra fértil, pareciam não amanhar senão velhos cartulários. Daí, esses possuidores de senhorios, nada preocupados em saber o que faziam dos produtos da sua reserva, ou o que representavam para eles os seus domínios, nas diversas épocas, em serviços ou em géneros; em fidelidades de homens ou em somas de dinheiro. A história era uma grande senhora; a humilde realidade económica fazia, na sua frente, figura de Monsieur Dimanche. Vivia-se sem dinheiro nem crédito. Praticava-se uma agricultura, uma indústria, um comércio abstractos. E, desse modo, a história afirmava ainda melhor a sua participação na dignidade, na respeitabilidade, no perfeito e aristocrático desapego dos estudos textuais e

literários. Gozava da alta consideração de que esses estudos beneficiam em França desde o Renascimento. Se ainda hoje, em 1933, para formar os seus agregados de história, a Universidade lhes exige apenas quatro exercícios em francês sobre assuntos de história, e quatro conferências, se possível «brilhantes», sobre assuntos de história; se, querendo incumbi-los de restituir a vida das sociedades passadas — toda a sua vida material e espiritual, política, económica e social —, não lhes pergunta se sabem ler e, se for preciso, organizar, em todo o caso criticar uma estatística; nem se conhecem o direito e os rudimentos básicos da sua evolução; nem, é claro que já não falo de terem ouvido os teóricos contraditórios da economia política, mas se são capazes de explicar com precisão o que é uma moeda no seu manuseio quotidiano; o que significa o câmbio; o que se passa realmente por detrás da fachada de uma Bolsa de valores ou dos *guichets* de um Banco de depósitos; se, para cúmulo de paradoxo, nem sequer lhes exige a explicação crítica de um texto, a Universidade contenta-se quase unicamente com palavras, datas, nomes de lugares e de homens — lembremo-nos da fórmula: «A História faz-se com textos.» Então, sem dúvida, compreenderemos.

*

* *

Mas pelos textos atingiam-se os factos? Ora, todos o diziam: a história era estabelecer os factos, depois tratá-los. E era verdade, e era claro, mas em traços largos, e sobretudo se a história fosse tecida, só ou quase só, de acontecimentos. Tal rei tinha nascido em tal sítio, em tal ano? Tinha obtido, em tal lugar, uma vitória decisiva sobre os seus vizinhos? Procurar todos os textos que fazem menção desse nascimento ou dessa batalha; seleccionar de entre eles apenas os dignos de crédito; compor com os melhores uma narrativa exacta e precisa: não se faz tudo isto sem dificuldade?

Mas por outro lado, e o facto de a libra tornesa se ter depreciado progressivamente ao longo dos séculos; de numa dada sucessão de anos os salários terem baixado ou o custo de vida subido? Factos históricos, sem dúvida, e aos nossos olhos mais importantes que a morte de um rei ou a conclusão de um tratado efémero. Factos destes poderão ser apreendidos numa recolha directa? Claro que não: investigadores pacientes, revezando-se, sucedendo-se elaboram-nos lentamente, penosamente, com a ajuda de milhares de observações judiciosamente interrogadas e de dados numéricos laboriosamente extraídos de múltiplos documentos: que na verdade nunca são apresentados tal e qual. — Que não se objecte: «Colecções de factos, e não factos...» Porque onde é que se ia buscar o facto em si, esse átomo pretendido pela história? Será o assassinato de Henrique IV por Ravaillac, um facto? Se se quiser analisá-lo, decompô-lo nos seus elementos, materiais uns, espirituais outros, resultado combinado de



leis gerais, de circunstâncias particulares de tempo e lugares, enfim, de circunstâncias próprias de cada um dos indivíduos, conhecidos ou ignorados, que desempenharam um papel na tragédia: bem depressa se verá dividir-se, decompor-se, dissociar-se um complexo enredo... Dado? Não, criado pelo historiador, quantas vezes? Inventado e fabricado, com a ajuda de hipóteses e de conjecturas, através de um trabalho delicado e apaixonante.

Daí, entre parêntesis, a atracção tão forte que os períodos de origem exercem sobre os historiadores: é que abundam os mistérios que é preciso esclarecer, e as ressurreições que é preciso tentar. Desertos infinitos, no meio dos quais é fascinante fazer brotar, se se puder, jactos de água — e, à força de investigações porfiadas, fazer nascer, do nada, oásis de conhecimentos novos.

*

* *

E aqui está sem dúvida, com que abalar outra doutrina, tantas vezes ensinada. «O historiador não poderia escolher os factos. Escolher? com que direito? em nome de que princípio? Escolher, a própria negação da obra científica...» — Mas toda a história é escolha.

É-o, até devido ao acaso que aqui destruiu e ali salvou os vestígios do passado. É-o devido ao homem: quando os documentos abundam, ele resume, simplifica, põe em destaque isto, apaga aquilo. É-o, sobretudo, porque o historiador cria os seus materiais, ou se se quiser, recria-os: o historiador que não vagueia ao acaso pelo passado, como um trapeiro à procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar. Dizer «não é uma atitude científica», não é simplesmente mostrar que não se sabe grande coisa da ciência, das suas condições e dos seus métodos? Então o histologista, ao olhar pela ocular do seu microscópio, apreenderia imediatamente factos brutos? O essencial do seu trabalho consiste em criar, por assim dizer, os objectos da sua observação, com o auxílio de técnicas muitas vezes bastante complicadas. E, uma vez adquiridos esses objectos, «ler» os seus cortes e as suas preparações. Tarefa singularmente árdua; porque descrever o que se vê, ainda vá; o difícil é ver o que é preciso descrever.

Estabelecer os factos e depois tratá-los... Sim, mas atenção: não se vá assim instituir uma divisão do trabalho nefasta, uma hierarquia perigosa. Não encoragemos aqueles que, aparentemente modestos e receosos, na realidade passivos e imitadores, amontoam factos para nada, e depois, de braços cruzados, esperam eternamente que venha o homem capaz de os reunir. Tantas pedras nos campos da história, talhadas por pedreiros benévolos e depois abandonadas, inúteis, no terreno... Se surgisse o arquitecto que elas esperam sem ilusões,

tenho a ideia de que, fugindo dessas planícies juncadas de pedras desarmónicas, iria construir para um lugar livre e nu. Manipulações, invenções, aqui os operários, além os construtores: não. A invenção deve estar por toda a parte para que nada do labor humano se perca. Elaborar um facto é construir. Se se quiser, é fornecer uma resposta a uma pergunta. E se não há pergunta, só há o nada.

Verdades que demasiadas vezes escapavam a demasiados historiadores. Educavam os seus alunos no horror sagrado à hipótese, considerada (por homens que aliás não deixavam de ter na boca as grandes palavras método e verdade científica) como o pior dos pecados contra o que chamavam *Ciência*. No frontão da sua história, afixavam em letras espaventosas um peremptório *Hypotheses non Fingo*. E para a classificação dos factos, uma única máxima: seguir rigorosamente a ordem cronológica... Rigorosamente? Michelet dizia, subtilmente. Mas todos sabiam que Michelet e a história não tinham nada em comum. Ordem cronológica: não seria um logro? A história que nos ensinavam (e se ponho os verbos no imperfeito, não vejam nisso, de modo nenhum, uma excessiva candura), a história a fazer que nos mostravam, não era, na verdade, senão uma deificação do presente com a ajuda do passado. Mas ela recusava-se a vê-lo — e a dizê-lo.

*

* *

História de França: da Gália, definida por César no princípio dos *Comentários*, até à França de 1933 tomada nas suas fronteiras, descia o fio do tempo sem nunca se perder nem se dispersar. Não encalhava em baixios escondidos, nunca se afundava nos rápidos; chegava ao termo da sua viagem, concluía: «Vejam; tendo partido da Gália, chego sem obstáculos à França de hoje: maravilhosa continuidade de uma história nacional!» Era verdade; mas, partindo de 1933, o historiador tinha começado por subir a corrente, reconhecer todos os afluentes, eliminar os braços que se perdiam (isto é, que não conduziam em linha recta a César). E como esse majestoso desenvolvimento, que o encantava, introduzia numa história viva, feita de catástrofes, de tragédias, de amputações e de anexações sem futuro, não sei que rigidez fictícia e, em suma, cadavérica.

Basta olharmos com os olhos novos um Atlas histórico para vermos a prodigiosa representação de todas as formas, surpreendentemente diferentes umas das outras, apresentadas pelo país a que chamamos *França*, do nome que a si mesmo se deu com continuidade de há séculos para cá; evoquemos, se chegarmos a libertar-nos da obsessão do «que é», essa série de formações para nós paradoxais: mas se uma delas tivesse durado, podemos estar certos de que a história teria, ao remontar, reencontrado os seus antepassados: e essa mistura de França e de Espanha, e a de França e Renânia, ou de França e Inglaterra, ou de França e Itália, de França e Países Baixos... Passo adiante: a não dar o seu lugar a tantos acasos, troços, inovações, quem saberá o que uma história perde em vida e em interesse? E se eu pudesse, nesta cadeira, usar outras palavras que não as científicas, quem sabe o perigo que ela podia apresentar?



História do Reno, imagino[1]. Vocês escrevem-na de boa fé, partindo da ilusão de que descem o fio dos acontecimentos, quando de facto começaram por o remontar. Partem do que é o Reno para nós — um Reno carregado de ódios nacionais, um Reno fronteira, parada sangrenta de políticos belicistas. E, de aproximação em aproximação, chegaram ao texto famoso dos *Comentários*, que vaticina: «O Reno, separação da Gália e da Germânia...» Posto o que, tornam a descer. Inocentemente, está visto. Livremente, de acordo. Mas na vossa mão, ao longo de toda a viagem, apertam orgulhosamente os dois extremos da cadeia. Contra a vossa vontade, projectaram o presente inflamado nos séculos arrefecidos. Lá o encontraram, tal como o puseram. Método regressivo, sem que vocês o desconfiem. Que um Guilherme II outrora o tenha preconizado, que, seguindo o seu exemplo, o enalteçam aqueles que, tomando-se por fim último do mundo, entendem que o passado na sua totalidade não vale senão como preparação e justificação pretendida do que eles são e projectam — seja. Mas onde pôr, onde colher a ciência no meio disso?

Era assim que se ia, e a história triunfava. De fora, invejavam-na pelo seu poder. No entanto, esvaziava-se pouco a pouco da sua substância real. A história não era, dizia-se, uma disciplina particular com um conteúdo perfeitamente definido. Era um «método»: um método em condições de se tornar, no domínio das ciências do Homem, o método quase universal. Como se esse método, que um texto conhecido definia como «o método utilizado para constituir a história», fosse na realidade mais do que um dos métodos praticados por todas as ciências: o do conhecimento indirecto? A história não tinha perdido a sua sombra. Mas, por uma sombra, renunciava ao seu corpo verdadeiro. E aqueles que lho diziam — nomeadamente os que Henri Berr, o homem que, em 1911, no prefácio do seu ensaio crítico e teórico sobre *A síntese em história*, tinha a coragem clarividente de escrever (p. VI) «Afirma-se que é por a história ser demasiado científica que não está em contacto com a vida; estou convencido de que é, ao contrário, por não o ser suficientemente», reunia à volta da *Revue de Synthèse Historique* — esses preparavam sem dúvida o futuro; não superintendiam ao presente.

[1] Cf. Lucien Febvre, *Le problème historique du Rhin*, 1.ª parte do volume *Le Rhin*, publicado em colaboração com Albert Demangeon pela Société Générale Alsacienne de Banque, Strasbourg, Imprimerie Alsacienne, 1930, in-4.º Retomado em *Le Rhin, problèmes d'histoire et d'économie*, Paris, A. Colin, 1935, in-8.º.

## II

E deu-se o despertar, brusco e desagradável. Em plena crise, no meio das dúvidas.

Dúvidas nascidas da guerra. Dúvidas dos que retomavam a sua profissão pacífica assaltados pela ideia de que estavam ali não para cada um levar a cabo a sua tarefa individual, como a teriam feito se a tormenta não tivesse revolvido o mundo nos seus turbilhões, mas, por acréscimo, a tarefa dos que já lá não estavam: dessas duas gerações atrozmente dizimadas que não sobreviviam senão em algumas ruínas, como as florestas de pesadelo que às vezes se atravessava, sem se suspeitar, na frente... [1] «Fazer história; ensinar história; revolver cinzas, umas já frias, outras ainda mornas: todas cinzas, resíduos inertes de existências destruídas... Não havia outras tarefas, mais prementes, mais *úteis*, para dizer a grande palavra, a reclamar que lhes déssemos o que restava das nossas forças?»

Dúvidas dos que punham a ridículo a «falência da história», tinham menos peso. Porque, acusá-la de não ter previsto nem predito nada; ironizar sobre a derrocada de «leis» que se forjavam pelo prazer de lhes denunciar a inutilidade; contrapor ao «espiritualismo económico» que há tempos um Frédéric Rauh [2] assinalava como disfarçado sob o nome de «materialismo histórico», os recursos de uma energia moral cujas possibilidades ninguém negava; responder gracejando, como Bernard Shaw, aos que falavam do meio e do seu constrangimento: «O homem razoável adapta-se ao meio; o homem insensato tenta adaptar o meio: essa a razão por que todos os progressos são obra de imbecis» — não havia em tudo isso nada de imprevisto, nada que pudesse interessar os historiadores. Porque eles bem sabiam: há, sempre distintas, a ordem do conhecimento e a da acção; a ordem do saber e a da inspiração; a ordem das coisas que já começaram a existir e a ordem da criação que jorra. Poderiam alguma vez leis históricas perfeitamente estabelecidas constranger os homens? E quem pode afirmar que não seja necessário um sentimento de criação autónoma para agir, num dado meio, contra o peso das tradições, contra a inércia das instituições — mesmo quando aos olhos do futuro o esforço autónomo dos inovadores se inscrever sem dúvida entre as consequências do regime que eles combatem?

Mais grave era a crise de tudo o que rodeava, de tudo o que enquadrava a história no domínio do espírito. E aqui, a guerra já não tinha nada a ver. Esse mundo moderno de que estávamos orgulhosos e que oferecia às nossas actividades o asilo confortável de certezas

[1] Lucien Febvre, *L'histoire dans le monde en ruines*, lição de abertura do curso de Historia Moderna na Universidade de Estrasburgo (*Revue de Synthèse Historique*, t. XXX, 1, n.° 88, Fev.° de 1920, p. 1 e seguintes).

[2] *Etudes de morale*, Paris, Alcan, 1911, p. 64 e seguintes.



adquiridas: esse mundo dominado pelo matematismo rigoroso de uma física tratada como uma geometria do mundo, esvaziando a matéria de toda a qualidade, reconduzindo-a à simples extensão; essa ciência dos fenómenos naturais que, com todo o seu ardor, tendia para o objectivo — um objectivo subtraído às influências do Eu, retirando valor não da qualidade, mas da quantidade; mais especialmente, essa ciência dos factos humanos que se constituía pela aplicação ao domínio humano de métodos experimentados até então no domínio de uma matéria votada ao mais rigoroso determinismo — tudo isso se desmoronava em grandes pedaços, sob o choque repetido de ideias novas, desses abanões profundos que abalavam, desconjuntavam, as bases seculares da física.

Falência das velhas ideias, das velhas doutrinas, que outras, recém-chegadas, rejeitavam totalmente? Vamos lá! Não há mar geológico que não deixe um estrato a atestar a sua força. Uma crise de ideal, o regresso necessário a um misticismo primitivo ou evoluído? Ainda menos. Um enriquecimento, certamente, e um alargamento. Sobre o ponto preciso que nos ocupa, a possibilidade entrevista de negociações novas, de relações inteligíveis entre esses dois domínios até então separados por um abismo: o domínio objectivo da Natureza; o domínio subjectivo do Espírito...

Não é de modo nenhum o momento de averiguar como, em que medida e sobre que pontos precisos a história — se bem que acabada de nascer para a vida das ciências em geral — pode ser afectada por essas grandes transformações de ideias. Seria preciso um curso, senão mesmo um livro inteiro. Contentemo-nos com uma simples verificação: como conceber, no meio de tantas transformações, uma história perfeitamente imóvel nos seus velhos hábitos? Como não sentir a necessidade, para nós, de ligar as nossas ideias e os nossos métodos a outros? Para empregar a palavra: como não reconstruir, quando por toda a parte aparecem fendas?

*

* *

Reconstruir, mas sobre que fundamento? — Não procuremos longe: sobre o fundamento sólido do que importa chamar a Humanidade.

História ciência do Homem, ciência do passado humano. E não, de modo nenhum, ciência das coisas, ou dos conceitos. As ideias, fora dos homens que as professam? As ideias, simples elementos entre muitos outros dessa bagagem mental feita de influências, de lembranças, de leituras e de conversas, que cada um de nós transporta consigo? As instituições, separadas dos que as fazem e que, embora respeitando-as, as modificam sem cessar? Não. No sentido mais lato, não há História a não ser a do Homem. Quando Darmesteter escrevia *A vida das palavras* e tomava por herói a Linguagem, sabemos com

que vigor, aqui mesmo, no *Collège*, Michel Bréal denunciava a sua ilusão.

História ciência do Homem, e então os *factos*, sim: mas são factos *humanos*: tarefa do historiador: encontrar os homens que os viveram, e deles os que mais tarde aí se instalaram com as suas ideias, para os interpretar.

Os *textos*, sim: mas são textos-*humanos*. E as próprias palavras que os formam estão cheias de substância humana. E todos têm a sua história, soam diferentemente segundo as épocas, e mesmo se designam objectos materiais só raramente significam realidades idênticas, qualidades iguais ou equivalentes.

Os textos, sem dúvida: mas *todos os textos*. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio — o privilégio de daí tirar, como dizia o outro[1], um nome, um lugar, uma data; uma data, um nome, um lugar — todo o saber positivo, concluía ele, de um historiador indiferente ao real. Mas, também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de acção em potência...

Os textos, evidentemente: mas *não apenas os textos*. Também os documentos, sejam de que natureza forem; os que há longa data se utilizam; e sobretudo os que o feliz esforço de disciplinas novas proporciona: disciplinas como a estatística; a demografia que substitui a genealogia, em toda a medida em que Démos substitui no trono os Reis e os Príncipes; a linguística, proclamando com Meillet que todo o facto de língua manifesta um facto de civilização; a psicologia, ao passar do estudo dos indivíduos ao dos grupos e das massas: quantas mais? Nos pântanos lamacentos do Norte caiu, há milénios, o pólen das árvores florestais. Hoje um Gradmann, examinando-o ao microscópio, tira daí o fundamento de estudos apaixonantes sobre o povoamento antigo, que a ciência do habitat humano deve confessar-se impotente para levar a bom termo — mesmo acrescentando aos dados dos textos o estudo dos nomes dos lugares e o dos vestígios arqueológicos. Um documento de história, esse pólen milenário. A história faz com ele o seu mel. A história que se edifica, sem exclusão, com tudo o que o engenho dos homens pode inventar e combinar para suprir o silêncio dos textos, os estragos do esquecimento...

Negociar perpetuamente novas alianças entre disciplinas próximas ou longínquas; concentrar em feixe sobre um mesmo assunto a luz de várias ciências heterogéneas: tarefa primordial, e sem dúvida a mais premente e a mais fecunda das que se impõem a uma história impaciente com as fronteiras e as compartimentações.

[1] O físico Boisse.



Empréstimo de noções? Às vezes. Empréstimo de métodos e de espírito, antes de tudo. Feito de investigadores isolados, procurando o apoio dos vizinhos? — hoje é essa a regra. Amanhã, sem dúvida, será um feito de trabalhadores de formação diversa unidos em grupos para reunirem os seus esforços: imagino o físico pondo o problema; o matemático trazendo a sua virtuosidade no manejo da linguagem científica; um astrónomo, enfim, escolhendo no campo imenso do céu os astros que é preciso escolher, observando e controlando. A fórmula do futuro, sem dúvida, tirará ao trabalho muito da sua intimidade. O trabalho já não será tão profundamente, a coisa de um homem e a sua manifestação. Mas recuperará em eficácia o que há-de perder em personalidade. Os tempos do artesanato, quer se queira, quer não, descem lentamente abaixo do nosso horizonte. E como tantos outros, o pequeno artesão científico que todos nós somos, que nós amamos até nas suas taras e nas suas manias, o pequeno artesão que faz por si mesmo todas as coisas e cria ele próprio a sua utensilagem, o seu campo de experiência, os seus programas de investigação — vai juntar-se no passado a tantas belezas mortas. Mas uma outra beleza se desenha sobre a terra.

Colaboração dos homens, concordância dos métodos, analogia dos desenvolvimentos. De uma secção da filologia, a filologia comparada, ela própria saída da descoberta do sânscrito no século XVIII, desprendeu-se uma ciência nova, a linguística. Ora, antes de se orientar para o estudo estático dos factos da linguagem, abstraindo da história das línguas, dedicou-se quase só a esta. Evolução que sem dúvida prefigura de muito longe e grosseiramente a que um dia a história realizará, quando do estudo global dos conjuntos históricos — povos e nações, se quiserem — passar, sob uma forma que não podemos determinar antecipadamente (porque é em grande medida função dos progressos que hão-de vir de outras ciências vizinhas), ao estudo estático dos factos da história... De momento, modestamente, não lhe destinemos outra tarefa senão a de pôr problemas humanos. Por preocupação de humanismo e, ao mesmo tempo, por pressentimento do que um dia poderá ser a história. A ciência dos factos de história.

Uma ciência com leis? Talvez. Tudo depende do que se entende por Lei. Palavra ambiciosa, palavra pesada de sentidos diversos, por vezes contraditórios. Leis que constrangem a acção, já dissemos que não. Não esmaguemos o esforço humano sob o peso esterilizante do passado. Repitamos claramente, nós, historiadores — e porque historiadores — que o passado não obriga. Passado, aliás? Não tenham ilusões. O homem não se lembra do passado. Reconstrói-o sempre. O homem isolado, essa abstracção. O homem em grupo, essa realidade. Ele não conserva o passado na memória, como os gelos do Norte conservam frigorificados os mamutes milenários. Parte do presente — e é sempre através dele que conhece, que interpreta o passado.

Será preciso um exemplo — e sem dúvida o mais típico de todos? É o do costume medieval que Marc Bloch justamente alegava. Durante alguns séculos considerou-se válida uma regra de direito, ou julgou-se legítima uma renda pela simples razão de que regra ou renda eram imemoriais. E o juiz consciencioso, quando procurava a verdade jurídica, voltava-se para o passado: «Que fizeram antes de mim? Qual é, portanto, o costume?» Deveria pois o direito ter permanecido estacionário? Não, o direito não deixou de evoluir, e rapidamente. Tal como evoluiu o Cristianismo, entre a paz da Igreja e a Reforma...

Necessidades vitais. Reacções instintivas de defesa contra a massa enorme dos factos, das ideias, dos costumes do passado. Penetrar de presente a própria tradição: primeiro meio de lhe resistir. E certamente que não é essa a reacção da história objectiva. Desprendendo-se dessas interpretações, ela tenta, por um esforço heróico e directo, reconstituir os sistemas sucessivos de ideias e de instituições, no seu estado de frescura original. Mas sabe medir as dificuldades de tal tarefa. Sabe que nunca fará funcionar o aparelho, impossível de encontrar, que, depois de um sono de séculos, lhe faça ouvir, registada tal e qual para a eternidade, a própria voz do passado captada ao vivo. Interpreta. Organiza. Reconstitui e completa as respostas. Faz o passado de que tem necessidade. E não há nisso nenhum escândalo, nenhum atentado à suposta majestade da ciência. A Ciência não se faz numa torre de marfim. Faz-se a par e passo com a vida, e através de seres vivos que mergulham no século. Está ligada por mil laços subtis e complicados a todas as actividades divergentes dos homens. Sofre mesmo, por vezes, a influência das modas. Mergulhando no meio comum a todas as outras disciplinas humanas, como poderia escapar às inquietações que lhes são próprias, essa Ciência de que Poincaré dizia que «adivinha o passado»? Digamos que ela só toca com a varinha, para as ressuscitar, em certas partes: só as que têm valor para o ideal que ela serve, no tempo em que o serve... E volto à minha pergunta de há pouco.

Leis? Se se referem às fórmulas comuns que, agrupando factos até então separados, formam com eles séries — porque não? Assim, a história provará uma vez mais a Unidade viva da Ciência; assim se sentirá, ainda mais, irmã das outras ciências, de todas aquelas cujo maior problema é hoje promover o acordo do Lógico e do Real — como é, para a história, promover o acordo do Institucional e do Contingente.

Tarefa difícil. Por toda a parte, em todas as ciências, não há hoje senão oposições, conflitos, antinomias. Aqui, nesta casa, deixemos troçar os que vão zombando e denunciando as nossas impotências. Só se esquecem de uma coisa: na origem de qualquer aquisição científica está o não-conformismo. Os progressos da Ciência são frutos da discórdia. Como é de heresia que se alimentam, se enriquecem, as religiões. *Oportet haereses esse.*



* * *

Ao começar esta lição sabia quanto tempo e quanto esforço seriam precisos para deixar bem explícitas estas ideias. Desculpem-me não ter desistido perante dificuldades que conhecia. Não se tratava, para mim, de edificar um sistema, mas de vos apresentar um homem, as suas intenções, as suas opiniões, talvez, e as suas fraquezas, decerto a sua boa vontade.

No belo livro jubilar que o *Collège de France* publicou por ocasião do seu quarto centenário, encontra-se um documento comovedor, reproduzido pelos cuidados de Paul Hazard. É uma página de notas autográficas de Michelet — notas lançadas no papel com a sua letra fina, antes de uma das últimas lições que aqui proferiu. Eis o que se lê nessa página em que já vibram as cadências do grande poeta da história romântica:

«Não tenho nenhum partido... Porquê? Porque, na história, vi a história: nada mais...

«Não tenho nenhuma escola... Porquê? Porque não exagerei a importância das fórmulas, porque não quis dominar nenhum espírito: pelo contrário, libertá-los — dar-lhes a força viva que faz julgar e encontrar.»

Poder eu um dia, próximo ou longínquo, no termo do ensino que hoje inauguro, merecer que me seja rendida esta homenagem: «Na história, viu só a história, mais nada... No seu ensino, não dominou os espíritos, porque não teve sistemas — desses sistemas de que Claude Bernard também dizia que tendem a dominar o espírito humano —, mas preocupou-se com as ideias e com as teorias; com as ideias, porque as ciências não avançam senão pelo poder criador e original do pensamento; com as teorias, porque bem sabemos que nunca abarcam a infinita complexidade dos fenómenos naturais: não são senão esses graus sucessivos que a Ciência transpõe uns após outros, no desejo insaciável de alargar o horizonte do pensamento humano — com a magnífica certeza de não atingir nunca o cume dos cumes, o cimo, de onde se veria a aurora surgir do crepúsculo.»

# VIVER A HISTÓRIA

## Palavras de iniciação

Amo a história. Se não a amasse não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar uma à profissão, cumprida sem amor; reservar a outra à satisfação das necessidades profundas — algo de abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência. Amo a história — e é por isso que estou feliz por vos falar, hoje, daquilo que amo [1].

Sinto-me feliz e é muito natural. Não gosto muito de misturar os géneros, e substituir a conferência pela confidência. Mas enfim, posso bem dizer-vos isto. Quando em 1899 entrei, como vocês, nesta casa, após o meu ano de serviço militar (o primeiro dos sete anos que os homens da minha geração deram, em média, à vida militar) — inscrevi-me na Secção de Letras. Era uma traição: tinha desde a mais tenra infância uma vocação de historiador metida no corpo. Mas que não tinha podido resistir a dois anos de retórica superior no *Louis-le-Grand*, a dois anos de repetição do *Manual de política estrangeira* de Émile Bourgeois (que ia encontrar na escola como mestre de conferência). Anatole France conta em qualquer parte que em criança sonhava escrever uma história de França «com todos os pormenores». Os nossos professores, nos liceus, pareciam propor-nos o o ideal pueril do pequeno Anatole. Dir-se-ia que fazer história, para eles, era aprender, senão todos os pormenores, pelo menos o maior número possível de pormenores sobre a missão de Monsieur de Charnacé nos *Cours du Nord*. E quem sabia mais uns pormenores que o vizinho levava-lhe naturalmente a palma: para bem da história!

Tenho um certo medo de que as coisas não tenham mudado muito, do meu tempo para cá. Com esse humor normalista que conservou até aos seus últimos momentos, um colega que acabamos

[1] Estas palavras dirigiam-se aos alunos da *École Normale Supérieure*, no princípio do ano lectivo de 1941. Solicitado a fazer três conferências de iniciação sobre história, pensei poder dar os conselhos que se vão ler.



de perder no *Collège de France*, o grande matemático Lebesgue, confiava-nos um dia que havia, que ele soubesse, duas espécies de matemáticas: uma temível, a dos Inspectores Gerais, que confessava não compreender bem; e outra acessível, que ele fazia avançar dia a dia, e de que nenhuma dificuldade o fazia afastar. Haveria, à semelhança, duas histórias, a primeira das quais também não apreciada por ninguém? Questão temerária. Em todo o caso, não é dessa que quero falar. É da outra. Da história pura e simplesmente. Daquela que procuro fazer avançar. A que amo.

### I

História, simplesmente? dir-me-ão. Não, uma vez que se anunciam conversas sobre a história «económica e social». Mas, precisamente, a primeira coisa que tenho a dizer-vos é que não há, falando com propriedade, história económica e social. Não só porque a ligação do Económico e do Social não é um privilégio — um exclusivo, como diria um produtor de cinema —, no sentido em que não se justifica dizer Económico e Social, mais que Político e Social, mais que Literário e Social, mais que Religioso e Social, mais, mesmo, que Filosófico e Social. Não foram razões elaboradas que nos levaram ao hábito de ligar um ao outro, muito naturalmente e sem pensar nisso, os dois epítetos Económico e Social. São razões históricas, muito fáceis de determinar — e a fórmula que nos ocupa não é, em última análise, mais que um resíduo ou uma herança: a das longas discussões a que, desde há um século, deu lugar o chamado problema do Materialismo Histórico. Não acreditem, pois, quando me sirvo da fórmula corrente, quando falo de história económica e social, que tenho a menor dúvida sobre o seu valor real. Quando Marc Bloch e eu fizemos imprimir essas duas palavras tradicionais na capa dos *Annales*, sabíamos bem que, especialmente «social», é um desses adjectivos que se fez ao longo dos tempos dizer tantas coisas que por fim já não quer dizer quase nada. Mas foi mesmo por isso que o recolhemos. Tão bem recolhido que, por razões puramente contingentes, figura hoje sozinho na capa dos mesmos *Annales*, que, de *Économiques et Sociales*, se tornaram, por uma nova desgraça, só *Sociales*. Uma desgraça que aceitámos a sorrir. Porque estávamos de acordo ao pensar que, precisamente, uma palavra tão vaga como «social» parecia ter sido criada e posta no mundo por um decreto nominativo da Providência histórica, para servir de insígnia a uma Revista que não queria rodear-se de muralhas, mas sim fazer irradiar largamente, livremente, indiscretamente mesmo, sobre todos os jardins da vizinhança, um espírito, o seu espírito: isto é, um espírito de livre crítica e de iniciativa em todos os sentidos.

*

*        *

Volto mais atrás: não há história económica e social. Há simplesmente a história, na sua Unidade. A história que é toda ela social, por definição. A história que considero o estudo, cientificamente conduzido, das diversas actividades e das diversas criações dos homens de outrora, tomados na sua data, no quadro de sociedades extremamente variadas e contudo comparáveis umas com as outras (é o postulado da sociologia), com as quais encheram a superfície da terra e a sucessão das épocas. Definição um pouco longa: mas desconfio das definições demasiado breves, demasiado miraculosamente breves. E parece-me que esta, pelos seus termos, afasta muitos falsos problemas.

É assim que, em primeiro lugar, qualifico a história como um estudo cientificamente conduzido, e não como uma ciência — pela mesma razão que, ao traçar o plano da *Encyclopédie française*, não quis dar-lhe por base, como os ritos exigiam, uma classificação geral das Ciências; pela razão de que falar de Ciências é antes de tudo evocar a ideia de uma soma de resultados, de um tesouro, se quiserem, mais ou menos recheado de moedas, umas preciosas, outras não; não é acentuar o que é a força motora do sábio, isto é, a Inquietação, o repor em causa não perpétuo e maníaco, mas pensado e metódico, das verdades tradicionais — a necessidade de recomeçar, de refazer, de repensar quando é preciso e desde que seja preciso, os resultados adquiridos, para os readaptar às concepções, e, por aí, às novas condições de existência que os homens não deixam de forjar no quadro do tempo.

E, por outro lado, digo os homens. Os homens, únicos objectos da história — de uma história que se inscreve no grupo das disciplinas humanas de todas as ordens e de todos os graus, ao lado da antropologia, da psicologia, da linguística, etc.; uma história que não se interessa por não sei que homem abstracto, eterno, de fundo imutável e perpetuamente idêntico a si mesmo, mas pelos homens sempre tomados no quadro das sociedades de que são membros, pelos homens membros dessas sociedades numa época bem determinada do seu desenvolvimento, pelos homens dotados de funções múltiplas, de actividades diversas, de preocupações e de aptidões variadas, que se mesclam todas, se chocam, se contrariam, e acabam por concluir entre si uma paz de compromisso, um *modus vivendi* que se chama a Vida.

O homem assim definido pode ser agarrado, por razões de comodidade, por este ou aquele membro, pela perna ou pelo braço, em vez de pela cabeça: é sempre o homem inteiro que vem atrás, desde que se puxe. Não se pode partir esse homem em bocados, é matá-lo: então o historiador não terá senão bocados de cadáveres; o historiador estuda a vida passada — e Pirenne, o grande historiador da nossa



época, definia-o um dia: «um homem que ama a vida e que sabe olhá-la». Esse homem, numa palavra, é o lugar comum de todas as actividades que exerce — e podemos interessar-nos mais particularmente por uma delas, pela sua actividade, pelas suas actividades económicas, por exemplo. Com uma condição, que é nunca esquecer que elas o põem em causa inteiro, sempre — e no âmbito das sociedades que criou. Mas aí está precisamente o que significa o epíteto de social, que se junta ritualmente ao de económico; essa condição lembra-nos que o objecto dos nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da actividade humana — mas o próprio homem, entendido no seio dos grupos de que faz parte.

*

*        *

Peço desculpa do que há de um tanto abstracto nestas notas. E, ao formulá-las, não perco de vista nem o meu verdadeiro desígnio, nem a razão profunda por que aqui estou neste momento. Relia ontem, em vossa intenção, alguns curiosos e belos textos. Hauser publicou em tempos, em 1914, notas de Michelet, cheias como sempre de rasgos, de rasgos de adivinhação e de génio. Entre elas, uma lição dada aqui mesmo, em 10 de Julho de 1834, aos alunos do 3.º ano que iam deixar a Escola e partir para a província. Michelet dava coragem a esses rapazes que iam ao encontro da dura profissão de professor num liceu de uma cidade sem arquivos organizados, sem bibliotecas catalogadas, sem facilidades de viagem nem possibilidades de evasão. Mostrava como em toda a parte, um historiador que o queira pode trabalhar utilmente. Hoje o problema já não é o mesmo. Mas o que Michelet tentava, com o ardor da sua palavra e o brilho do seu génio, é efectivamente, guardadas todas as proporções, o que eu quereria tentar convosco. Se eu pudesse recuperar, ou consolidar, alguma vocação hesitante de historiador; se eu pudesse desarmar os preconceitos contra a história nascidos de um contacto infeliz com o que nos ofereceram demasiadas vezes sob esse nome — com o que vos concederam e o que vos exigirão ainda nos exames até ao Doutoramento, a única coisa que escapa, ou pelo menos que pode escapar ao perigo —, se pudesse fazer-vos sentir que se pode viver a vida sendo historiador, teria pago uma parte da dívida que contraí para com a nossa casa.

Ora, como comunicar-vos esse sentimento — o sentimento de que se pode viver a vida, sendo historiador — senão examinando à vossa frente, convosco, alguns dos problemas vivos que a História põe, hoje, àqueles que se colocam na ponta extrema da investigação — àqueles que, na dianteira do barco, interrogam sem cessar o horizonte com os olhos?

É que pôr um problema é precisamente o começo e o fim de toda a história. Se não há problemas, não há história. Apenas narrações, compilações. Lembrem-se: se não falei de «ciência» da história,

falei de «estudo cientificamente conduzido». Estas duas palavras não estavam lá para compor a frase. A fórmula *cientificamente conduzido* implica duas operações, as mesmas que se encontram na base de qualquer trabalho científico moderno: pôr problemas e formular hipóteses. Duas operações que já aos homens do meu tempo se revelavam especialmente perigosas. Porque pôr problemas, ou formular hipóteses, era muito simplesmente trair. Fazer penetrar na cidade da objectividade o cavalo de Tróia da subjectividade...

Nesse tempo, os historiadores viviam num respeito pueril e devoto pelo «facto». Habitava-os a convicção ingénua e tocante de que o sábio era um homem que, ao olhar pelo seu microscópio, apreendia logo um braçado de factos. De factos que lhe eram dados, de factos para ele fabricados por uma Providência condescendente, de factos que não tinham senão que registar. Teria bastado a um qualquer desses doutores em método aplicar, por pouco que fosse, o olho na ocular de um microscópio e olhar uma preparação de histologia, para logo se aperceber de que o trabalho do histologista não era *observar*, mas *interpretar*, o que é necessário chamar uma abstracção. Em cinco minutos teria medido, na apropriação pelo sábio do que ele primeiro longamente, dificilmente preparou — a partir de uma ideia preconcebida — toda a parte pessoal do homem, do investigador que não age senão porque pôs a si próprio um problema e formulou uma hipótese.

*

* *

O mesmo se passa com o historiador. Com o historiador a quem nenhuma Providência fornece factos brutos. Factos dotados excepcionalmente de uma existência de facto perfeitamente definida, simples, irredutível. Os factos históricos, mesmo os mais humildes, é o historiador que os chama à vida. Sabemos que os factos, esses factos diante dos quais nos intimam tantas vezes a inclinar-nos devotadamente, são outras tantas abstracções — e que, para os determinar, é preciso recorrer aos testemunhos mais diversos, e por vezes mais contraditórios — entre os quais, necessariamente, escolhemos. De maneira que sabemos que essa colecção de factos que nos apresentam tantas vezes como factos brutos que comporiam automaticamente uma história transcrita no próprio momento em que os acontecimentos se produzem, tem ela própria uma história, e que é a dos progressos do conhecimento e da consciência dos historiadores. Tanto que, para aceitar a lição dos factos, temos direito a reclamar que nos associem, antes de mais, ao trabalho crítico que preparou o encadeamento desses factos no espírito de quem os invoca.

E, da mesma maneira, se o historiador não põe a si próprio problemas, ou, tendo-os posto, não formula hipóteses para os resolver — no que respeita a ofício, à técnica, a esforço cientfico, sou levado a dizer que está um tanto atrasado em relação ao último dos



nossos camponeses, porque esses sabem que não convém lançar os seus animais, em desordem, no primeiro campo que apareça, para eles pastarem ao acaso: mantêm-nos no cercado, prendem-nos à estaca, fazem-nos pastar mais aqui que ali. E sabem porquê.

Que é que vocês querem? Quando num desses grandes livros cuja redacção parece absorver desde há anos todas as forças dos nossos melhores professores de história; quando, num desses dignos manuais, conscienciosamente preparados, cuidadosamente redigidos, todos cheios de factos, de números e de datas, de enumerações de quadros, de romances ou de máquinas; quando, num desses livros, mais munidos pelo Instituto, pela Sorbonne pelas Universidades Regionais, de notas lisongeiras, do que um dos nossos bons hotéis de turismo de tabuletas multicolores, se descobre por acaso uma ideia, que é a seguinte: «O período que vamos estudar (e é um dos mais vivos da nossa história) continua o que o precede e anuncia o que o segue; é notável pelo que suprime, mas também pelo que estabelece», etc. — continuaremos ainda por muito tempo a perguntar porque troçam da história, se afastam da história, difamam e ridicularizam a história, muitos bons espíritos, decepcionados por vezes por tantos esforços, tanto dinheiro, tanto bom papel impresso, não levarem senão a propagar essa filosofia, senão a perpetuar essa história psitácica e sem vida em que nunca ninguém sente (sirvo-me, faço questão de me servir, aqui, da linguagem de Paul Valéry), «essa suspensão ante o incerto que caracteriza a grande sensação das grandes vidas — a das nações diante da batalha em que está em jogo o seu destino; a dos ambiciosos na hora em que vêem que a hora seguinte será a da coroa ou do cadafalso; a do artista que vai descobrir o seu mármore ou dar ordem de retirar os arcos e as escoras que ainda suportam o seu edifício»? Espantem-se, pois, com as campanhas violentas contra a história, com o desamor dos jovens, com o consequente recuo e com a verdadeira crise da história que os homens da minha geração viram desenvolver-se, lentamente, progressivamente, seguramente. Imaginem que, à minha entrada na escola, a partida estava ganha. Demasiado ganha para a história. Demasiado porque ela nem sequer aparecia como uma disciplina particular e limitada. Demasiado porque tomava a dimensão de um método universal que se aplicava indistintamente à análise de todas as formas de actividade humana. Demasiado porque se tarda, ainda hoje, a definir a história não pelo seu conteúdo, mas pelo método — que não é sequer o método histórico, mas simplesmente o método crítico.

A história fazia a conquista de todas as disciplinas humanas, uma a uma. A crítica literária tornava-se, com Gustave Lanson, história literária — e a crítica estética, história da arte, com André Michel, sucessor do tempestuoso Courajod, esse Júpiter tonante da *École du Louvre*. E a velha controvérsia transformava-se em história das religiões. Satisfeita com os seus progressos, orgulhosa das suas conquistas, vaidosa pelos seus sucessos materiais, a história adormecia

nas suas certezas. Detinha a marcha. Redizia, repetia, retomava; já não recriava. E em cada ano que passava dava à sua voz, um pouco mais, o som cavernoso de uma voz além-túmulo.

Entretanto, elaboravam-se disciplinas novas. A psicologia renovava ao mesmo tempo os seus métodos e o seu objecto, sob o impulso de Ribot, de Janet, de Dumas; ao apelo de Durkheim, de Simiand e de Mauss, constituía-se a sociologia como ciência e como escola; a geografia humana, instaurada na *École Normale* por Vidal, desenvolvida na Sorbonne por Demangeon, no *Collège de France* por Jean Brunhes, respondia a uma necessidade de realidade que não se satisfazia nos estudos históricos, cada vez mais orientados para a história diplomática mais arbitrária, mais afastada de toda a realidade — e para a história política mais despreocupada de tudo o que não fosse ela no sentido estrito da palavra. Crescia o favor concedido pelos jovens às disciplinas novas. Seguiu-se a guerra, rebentou a crise — foi para uns o abandono, para outros o sarcasmo. Ora, a história ocupa demasiado lugar na vida dos nossos espíritos para não nos preocuparmos com as suas vicissitudes. E para nos contentarmos com encolher os ombros e falar de ataques que podem ser injustos na forma, ou desastrados — que o são muitas vezes —, mas que traduzem todos o que é preciso remediar, e depressa: um desencantamento, uma desilusão total, o sentimento amargo de que fazer história, ler história, é doravante perder tempo.

## II

É preciso remediar isto. Mas como?

Tomando uma consciência clara dos laços que, quer ela o saiba ou não, quer ela o queira ou não, ligam a história às disciplinas que a rodeiam. E de que o seu destino nunca se separa.

Michelet, na sua lição de 1834: «Em história, dizia ele aos alunos, é como no romance de Sterne: o que se fazia no salão fazia-se na cozinha. Exactamente como dois relógios simpáticos, um dos quais, a 200 léguas, marca as horas, enquanto o outro as dá.» E acrescentava este exemplo: «Na Idade Média não é diferente. A filosofia de Abelardo anuncia a liberdade, enquanto as comunas picardas marcam a liberdade.» Fórmulas muito inteligentes. Michelet, faço notar de passagem, não estabelecia uma hierarquia, uma classificação hierárquica entre as diversas actividades do homem, não trazia no seu espírito a metafísica simplista do pedreiro: primeira fiada, segunda fiada, terceira fiada — ou primeiro andar, segundo, terceiro. Também não estabelecia uma genealogia: isto deriva daquilo, isto engendra aquilo. Não. Tinha a ideia de um clima comum, ideia muito mais fina, muito mais inteligente. E, entre parêntesis, é muito curioso



verificar que hoje, num mundo saturado de electricidade, quando a electricidade nos ofereceria tantas metáforas apropriadas às nossas necessidades mentais, nos obstinamos ainda em discutir com toda a seriedade metáforas vindas do fundo dos séculos, pesadas, deselegantes, inadaptadas; nos obstinamos em pensar as coisas da história por camadas, por andares, por pedras — por alicerces e por superstruturas, quando fazer passar as correntes pelo fio, as suas interferências, os seus curto-circuitos nos forneceriam finalmente todo um conjunto de imagens que se inseririam com muito mais maleabilidade no quadro dos nossos pensamentos. Mas é sempre assim. Quando um historiador quer fazer teoria da história, para se inspirar sobre o estado das ciências relê (se é um espírito muito curioso) a *Introdução à medicina* experimental de Claude Bernard. Grande livro, mas de interesse já inteiramente histórico. (Um séculozinho de atraso, é a norma.) O bom Plattard escreveu em tempos um artigo em que manifesta o seu espanto pelo facto de o sistema de Copérnico não ter tido uma maior difusão imediata no seu tempo, e não ter operado uma súbita revolução no espírito dos homens. Haveria um belo artigo a escrever, hoje, sobre o facto espantoso de, de há trinta ou quarenta anos para cá, sob o impulso da física moderna, todos os velhos sistemas científicos sobre que repousava a nossa tranquilidade terem sido abalados e arrasados; e não só os sistemas, mas as noções de base que é preciso considerar de novo, e repor em questão, todas: a começar pela do determinismo. Pois bem, daqui a 100 anos, penso eu, quando tiver ocorrido uma nova revolução, quando as concepções de hoje tiverem caducado, os homens inteligentes, os homens cultos, os que farão a teoria das ciências humanas e em primeiro lugar da história, lembrar-se-ão de que existiram os Curie, Langevin, Perrin, os Broglie, Joliot e alguns outros (para só citar franceses). E apoderar-se-ão de alguns trechos dos seus escritos teóricos para reporem no ponto exacto os seus tratados de método. No ponto de há cem anos.

*

* *

Aliás, pouco importa. Porque os historiadores podem não se aperceber: a crise da história não foi uma doença específica que atingisse unicamente a história. Foi e é um dos aspectos — o aspecto propriamente histórico de uma grande crise do espírito humano. Ou, mais precisamente, é apenas, ao mesmo tempo, um sinal e uma das consequências de uma transformação muito nítida e muito recente da atitude dos homens de ciência, dos cientistas, frente à Ciência.

De facto, é bem verdade que no ponto de partida de todas as concepções novas dos cientistas (ou melhor, os investigadores, os que criam, os que fazem progredir a ciência e muitas vezes se preocupam mais em agir que em fazer a teoria das suas acções) — é bem verdade que neste ponto de origem se encontra o grande drama da relatividade

que veio sacudir, abalar, todo o edifício das ciências, tal como um homem da minha geração o imaginava na juventude.

Nesse tempo vivíamos, sem receio e sem esforço, sobre noções elaboradas lenta e progressivamente, ao longo dos tempos, a partir de dados sensoriais e que se podem dizer antropomórficos. Em primeiro lugar tinha-se constituído, sob o nome de Física, um bloco de saberes fragmentários originalmente tidos por autónomos e distintos, e que agrupavam factos comparáveis porque fornecidos aos homens por este ou aquele dos seus órgãos sensoriais. Pela vista, a óptica. Pelo ouvido, a acústica. Pelo sentido táctil e muscular, o calor. Já mais complicada, a mecânica, ciência do movimento dos corpos, dado a conhecer ao mesmo tempo pela vista e pelo sentido muscular e combinando assim dados sensoriais de origem diferente; mais complicada, mas contudo mais rápida no seu desenvolvimento, talvez por causa de uma maior riqueza de informações imediatas, de uma maior curiosidade dos homens que se interessavam pela mecânica por razões de ordem prática e técnica: para a construção de máquinas, de moinhos, de serrações, por exemplo, que punham problemas cada vez mais complicados de hidráulica; para o fabrico e o aperfeiçoamento contínuo de armas de fogo, especialmente de canhões, cuja construção punha problemas de balística cada vez mais árduos. Os outros capítulos da física, aqueles em que a experiência humana era menos imediata, desenvolviam-se mais lentamente, e mais lentamente ainda os domínios novos da electricidade e do magnetismo, onde tudo, ou quase, escapava à apreensão directa dos órgãos sensoriais.

Não vou dizer — ver-me-ia aliás extremamente embaraçado se o tentasse e seria de resto bastante inútil ao meu intento — não vou dizer como a mecânica pouco a pouco conquistou esses diversos capítulos e os penetrou. Primeiro anexou a acústica, interpretando as sensações sonoras com a ajuda de vibrações. Em seguida constituiu uma mecânica celeste, aplicando aos astros leis humanas do movimento — leis do movimento depreendidas pelo cérebro dos nossos antepassados a partir do seu próprio esforço muscular. Em seguida estendeu os seus métodos e as suas leis a todo o domínio do calor, a todo o domínio dos fluidos. E sem dúvida a óptica, o magnetismo, a electricidade, resistiam — mas já se acreditava poder anunciar a sua conquista; já, antecipadamente, se celebrava o triunfo universal e incontestado da física cartesiana, geometria do mundo; já imensas esperanças viam a luz, anunciava-se, via-se em marcha, predizia-se, sempre no mesmo plano, a triunfal redução do psíquico ao físico — e nós, historiadores, estávamos à vontade nesse universo científico em que tudo nos parecia fixado em sinais conhecidos quando, bruscamente, foi a Revolução. Uma Revolução em dois tempos: primeiro, a revelação imprevista de que a electricidade, o magnetismo e mesmo a óptica resistiam à anexação *a priori* anunciada e celebrada. E depois, saída da oposição formal que se erguia contra a mecânica, edificada por Newton sobre as observações de Copérnico, a electrodinâmica, fundada por Maxwell com base nas experiências de Ampère e de Faraday — foi esta prodigiosa síntese que, refazendo as noções primordiais de Tempo, de Comprimento e de Massa, abrangeu a física no seu conjunto, e ligou, em feixes de leis, os factores que a antiga concepção mantinha separados.



*

* *

Entretanto, no domínio da Vida operava-se uma revolução análoga — uma revolução engendrada pela microbiologia; a noção de organismos compostos de um número imenso de células da ordem do milésimo de milímetro surgia da observação. E enquanto os organismos vivos, observados a olho nu, apareciam cada vez mais como sistemas físico-químicos, os organismos que a microbiologia revelava eram organismos sobre os quais a acção das leis mecânicas, do peso, etc., parecia desprezável. Furtavam-se à acção das teorias explicativas nascidas nos tempos em que também os organismos, pelo menos os organismos elementares, pareciam regidos por leis da mecânica clássica. Os organismos descobertos pela microbiologia eram, ao contrário, organismos sem resistência própria, em que há mais vazios que cheios e que, na maior parte, não eram senão espaços percorridos por campos de força. Assim, o homem mudava bruscamente de mundo. Diante dele, por um lado, organismos como o seu próprio corpo, visível a olho nu, palpável com a mão; organismos de grandes mecanismos aos quais — pensemos, por exemplo, na circulação sanguínea — as leis da mecânica clássica baseada na geometria euclidiana eram e permaneciam aplicáveis. Mas diante dele também biliões e biliões de células, de que esse organismo era formado. De uma grandeza ou de uma pequenez tal que não podíamos representá-la. E o que se passava ao nível celular desmentia perpetuamente o que se passava ao nível das nossas percepções sensoriais. Os organismos que assim, de repente, apreendíamos, os organismos que os trabalhos mais recentes nos revelavam, ultrapassavam por assim dizer e chocavam o «nosso bom senso». E os vazios de que eram compostos habituavam-nos também, no domínio da biologia, a essa noção do descontínuo que, por outro lado, se introduzia na física com a teoria dos *quanta*: decuplicando os estragos já causados nas nossas concepções científicas pela teoria da relatividade, parecia repor em questão a noção tradicional, a ideia antiga da causalidade — e portanto, de um só golpe, a teoria do determinismo, esse fundamento incontestado de toda a ciência positiva, esse pilar inabalável da velha história clássica.

Assim, toda uma concepção do mundo se desmoronava ao mesmo tempo, toda a construção, elaborada por gerações de cientistas ao longo de séculos sucessivos, de uma representação abstracta, ade-

quada e sintética do mundo. Os nossos conhecimentos ultrapassavam bruscamente a nossa razão. O concreto fazia estalar os quadros do abstracto. A tentativa de explicação do mundo pela mecânica newtoniana ou racional terminava num fracasso brutal. Era preciso substituir as antigas teorias por teoria novas. Era preciso rever todas as noções científicas sobre as quais se tinha vivido até então.

*

* *

Seria demasiado longo indicar aqui em pormenor o que foi essa revisão. Notemos que nada escapou. Nem a concepção do facto científico, nem a concepção da lei científica, nem a do Acaso. Nem, no total e em conjunto, a própria concepção das ciências e da Ciência. Ciências tais como Augusto Comte as apresentara, hierarquizadas numa classificação cujo duplo vício aparecia bruscamente: consistia, por um lado, em desconhecer a unidade profunda do trabalho científico e, por outro, em transformar abusivamente o estado de facto em estado de direito; consistia, por exemplo, em colocar no topo das ciências uma geometria e uma mecânica orgulhosas, que se compraziam na imagem da sua perfeição e propunham as suas leis às outras ciências — as suas leis de verdade, as suas leis abstractas, absolutas, universais e necessárias, como outros tantos modelos e, por assim dizer, como o ideal. As ciências? campos de deslocação. Magmas. E sendo todas as descobertas feitas não no interior de cada uma delas, no coração, mas nas bordas, nas margens, nas fronteiras, onde elas penetram. As ciências. Mas a Ciência, por seu lado, aproximava-se da Arte, e dela, no seu conjunto, podia dizer-se o que Berthelot dizia, em 1860, da química orgânica baseada na síntese, quando, no arrebatamento dos seus primeiros triunfos, proclamava: «A química cria o seu objecto». E quando acrescentava: «Esta faculdade criadora, semelhante à da própria arte, distingue-a essencialmente das ciências naturais e históricas.» Porque essas ciências, precisava ele, «têm antecipadamente um objecto independente da vontade e da acção do cientista; não dispõem do seu objecto», enquanto a química nova «tinha o poder de formar uma multidão de seres artificiais, semelhantes aos seres naturais e participando de todas as suas propriedades». Distinção que se torna caduca à medida que, cada vez mais, o fim do esforço científico aparece aos cientistas, não como conhecimento, mas como compreensão. Distinção caduca, quando, precisamente, os nossos cientistas definem cada vez mais a Ciência como uma criação, no-la representam «a construir o seu objecto», e verificam nela, em todos os momentos, a intervenção constante do cientista — da sua vontade e da sua actividade.

Tal é o clima da Ciência de hoje. Um clima que já não tem nada em comum com o da Ciência do passado — da Ciência do tempo em que eu tinha vinte anos. Os postulados sobre que essa Ciência assentava estão todos abalados, criticados, ultrapassados. Há anos que os cientistas renunciaram a eles e os substituíram por outros. E então eu faço uma pergunta, uma simples, uma única pergunta: Vamos ser nós, historiadores, os únicos a continuar a tê-los como válidos? E aliás que valeria esse nosso reconhecimento, se é verdade que todo o material de noções científicas que utilizamos, o recebemos precisamente dos homens que, há várias dezenas de anos, cultivavam as ciências no sentido napoleónico da palavra, as ciências do mundo físico e da natureza? Não será tempo de substituir essas velhas noções caducas por noções novas, mais exactas, mais aproximadas? Não será, pelo menos, tempo de renunciar de uma vez por todas, a apoiar-nos nas «ciências» de há 50 anos para escorar e justificar as nossas teorias — uma vez que as ciências de há 50 anos não são mais do que recordações ou fantasmas? Essa a pergunta. Responder-lhe, seria resolver a crise da história. E se é verdade que as ciências são todas solidárias — a resposta é conhecida de antemão. Inútil professá-la solenemente.

*

* *

Eis o grande drama que se desenrola à nossa frente. Um dos grandes dramas. Porque há muitos outros que se enlaçam e se desenlaçam sob os nossos olhos, sem que lhes prestemos um minuto de atenção. Ah se eu tivesse tempo! Como teria gostado de esboçar diante de vocês, a título de referência e de comparação, o que se pode chamar a Tragédia do Progresso! Como teria gostado de vos mostrar os criadores, os animadores das fortes sociedades burguesas do século XIX a fundar os começos do seu poder sobre a Razão, a sustentar esse poder com a ajuda de uma filosofia claramente racionalista e depois, para o fim do século XIX — quando se anunciam as dificuldades na partilha do mundo, quando as massas se organizam e reclamam cada vez mais imperiosamente um nível de vida mais elevado — a fazer meia-volta, a deitar a Razão pela borda fora, e, no próprio momento em que entregam a sua vida às técnicas, a essas aplicações da Ciência que outrora os seus antepassados exaltavam sob o nome de Progresso — essas aplicações da Ciência que já não os serviam, mas os dominavam —, deixando precisamente de acreditar na Ciência e no Progresso, cuja falência proclamavam... Contradição patética mas que se resolve, se é verdade que foi porque deixaram de crer no valor humano da Ciência que esses homens puderam ser dominados pelas suas técnicas. Quando não há no limite do seu horizonte um fim maior a incitar os homens, os meios tornam-se para eles fins — e, de homens livres, transformam-se em escravos.

Grande lição para nós, historiadores. História, Ciência do Homem, não o esqueçamos nunca. Ciência da mudança perpétua das sociedades humanas, do seu perpétuo e necessário reajustamento a

condições novas de existência material, política, moral, religiosa, intelectual. Ciência desse acordo que se realiza, dessa harmonia que se estabelece perpetuamente e espontaneamente, em todas as épocas, entre as condições diversas e sincrónicas de existência dos homens: condições materiais, condições técnicas, condições espirituais. É aí que a história encontra a Vida. É aí que ela deixa de ser uma proprietária de escravos e de perseguir esse sonho mortífero, em todos os sentidos da palavra: impor aos vivos a lei pretensamente ditada pelos mortos do passado. E, porque tenho a felicidade de saber nesta sala jovens decididos a consagrar a vida à investigação histórica, é com firmeza que lhes digo: para fazer história, virem resolutamente as costas ao passado e antes de mais vivam. Envolvam-se na vida. Na vida intelectual, sem dúvida, em toda a sua variedade. Historiadores, sejam geógrafos. Sejam também juristas e sociólogos, e psicólogos; não fechem os olhos ao grande movimento que, à vossa frente, transforma, a uma velocidade vertiginosa, as ciências do universo físico. Mas vivam, também, uma vida prática. Não se contentem com presenciar da costa, preguiçosamente, o que se passa no mar em fúria. Dentro do barco ameaçado, não sejam como Panurge que se macula de medo varonal, nem mesmo como o bom Pantagruel, que se contenta, abraçado ao mastro grande, com levantar os olhos ao Céu e implorar. Arregacem as mangas, como Frei João. E ajudem os marinheiros na manobra.

É tudo? Não. Não é mesmo nada, se vocês continuarem a separar a acção do pensamento, a vida do historiador da vida do homem. Entre a acção e o pensamento, não há separação. Não há barreira. É preciso que a história deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde só passam sombras despojadas de substância. É preciso que, no velho palácio silencioso onde ela dorme, vocês penetrem, animados da luta, todos cobertos da poeira do combate, do sangue coagulado do monstro vencido — e que, abrindo as janelas de par em par, avivando as luzes e restabelecendo o barulho, despertem com a vossa própria vida, com a vossa vida quente e jovem, a vida gelada da Princesa adormecida...

A unidade do mundo — do mundo dilacerado, quebrado, ensanguentado e que pede misericórdia: não serão as intervenções exteriores a restabelecê-la. Cada um tem de a refazer em si próprio, pelo acordo magnífico do seu pensamento profundo com a sua acção desinteressada, pela dádiva total, a única que libertará as nossas consciências da interrogação muda que eu lembrava ao começar, a única que, à grande pergunta: terei eu o direito? nos permitirá responder com toda a segurança reencontrada, sim.

Desculpem-me a feição que esta conversa tomou. Digo-o sobretudo aos historiadores. Mas se fossem tentados a achar que falar-lhes assim não é falar-lhes como historiador, pedir-lhes-ia que reflectissem antes de formularem essa censura. Que é mortal.



A história é como qualquer disciplina. Tem necessidade de bons operários e bons contramestres, capazes de executar correctamente os trabalhos segundo os planos de outrem. Tem também necessidade de alguns bons engenheiros. E esses devem ver as coisas um pouco acima da base. Esses devem poder traçar planos, vastos, largos planos — em cuja realização possam trabalhar em seguida, utilmente, os bons operários e os bons contramestres. Para traçar planos, vastos, largos planos, são precisos espíritos vastos e largos. É precisa uma clara visão das coisas. É preciso trabalhar de acordo com todo o movimento do seu tempo. É preciso ter horror ao pequeno, ao mesquinho, ao pobre, ao antiquado. Numa palavra, é preciso saber pensar.

É isto que falta terrivelmente aos historiadores desde há meio século, devemos reconhecê-lo. É isso que não deve continuar a faltar-lhes. Ou então, à pergunta «É preciso fazer história?», dir-vos-ei muito claramente: respondam que não. Não percam a vossa vida. Não têm esse direito. De resto, tentarei mostrar-vos da próxima vez que uma clara e larga visão das relações que unem a história às outras ciências não impede de captar os problemas concretos, e de os pôr de forma positiva e prática — pelo contrário! E se os historiadores puderem ter mais gosto e interesse por estas lições que pela sua Introdução, pedir-lhes-ei que pensem, simplesmente, que tudo está relacionado. E que uma forte cultura geral é talvez mais útil ao arquitecto que uma boa prática das habilidades da arte de pedreiro.

Eis o que vos queria dizer hoje, sem retoques. E que vos agradeço terem escutado sem cansaço.

## FRENTE AO VENTO

**Manifesto dos novos «Annales»**

A partir de 1929 os *Annales* não deixaram de aparecer.

Quaisquer que fossem as calamidades que se abatiam sobre a França e sobre o mundo, não abandonaram, nem um ano, a sua dupla tarefa de ciência e de educação.

Os *Annales* continuam. Num clima novo, com fórmulas novas. E um título novo.

* * *

«Que gosto pela mudança! Primeiro chamaram-se *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Depois *Annales d'Histoire Sociale*. Depois *Mélanges d'Histoire Sociale*. Agora, *ANNALES*, simplesmente, com este longo subtítulo: *Économies, Sociétés, Civilisations?*»

Poderíamos responder que essas mudanças foram em parte fortuitas. Mas porquê esse ar de quem se desculpa? Em 1929 quisemos, Bloch e eu, uns *Annales* vivos — e tenho esperança de que, por muito tempo ainda, os que prolongarão o nosso esforço prolongarão também o nosso querer. Ora, viver é mudar.

Admiramos muito, e são de admirar, as grandes revistas que se instalam num domínio do saber com a certeza tranquila, a indiferente placidez de uma Pirâmide do Egipto. Ali estão. Ali ficam. De longe, oferecem uma bela imagem de majestade. Mas, afinal, as pirâmides são túmulos. No centro da sua massa têm cativo um morto ilustre ou mumificado. Viva o cimento e o vidro transparente! Quando a sua união já não responde às novas necessidades, deita-se abaixo sem pena nem remorsos. Reconstrói-se. Recomeça-se. É uma outra força: a força em expansão dessas grandes cidades da América que de dez em dez anos reconstroem as suas avenidas e refazem a sua pele.

Os *Annales* mudam porque tudo à sua volta muda: os homens, as coisas, numa palavra, o mundo. Já o de 38 não era, de modo



nenhum, o de 29. Que dizer do mundo de 42 ou de 46 — que dizer que seja justo e portanto eficaz?

Porque, geralmente, vamos orquestrando o tema romântico das ruínas. Vamos pondo de parte as centrais eléctricas, os viadutos e as pontes, os bairros de cidades e as aldeias que não obedecem aos requisitos. Com os olhos dilatados pela inquietação, acrescentamos, baixinho: «E a bomba atómica... o mundo está arruinado!» — Arruinado? Além de ruínas, há outra coisa, e mais grave: essa prodigiosa aceleração da velocidade que, encaixando os continentes, abolindo os oceanos, suprimindo os desertos, põe bruscamente em contacto grupos humanos carregados de electricidades contrárias — e o mais possível firmados, até esse dia, em «conservar as distâncias», tanto no aspecto moral como no físico: contacto brusco, curto-circuito...

Eis a razão por que, essencialmente, o nosso mundo está destruído. É vital dar-mo-nos conta disto. Quem só tem olhos para as ruínas consola-se depressa: «Paciência... um ano, dois anos, dez anos e tudo será restabelecido. As estações do metropolitano todas reabertas. Os viadutos restabelecidos. E bananas em todos os vendedores de fruta.» — Falsa segurança.

Do mesmo modo, há certa maneira de pensar a velocidade que também nos engana perigosamente: «Ora! o problema dos câmbios. Para as nações, no círculo das suas fronteiras, está resolvido. Trabalha-se para o resolver ao nível dos Continentes. Pois bem, há-de ser resolvido ao nível de todo o Planeta! Questão de tempo, de estudos, de material. Sobretudo de material...» Ilusão de engenheiro. E também de político, rodeado de funcionários a quem, para que saibam manejar os homens, se ensinou muita álgebra.

Claro que há problemas técnicos. E problemas económicos. Mas para o futuro da humanidade, o problema que conta — é o problema humano. Aquele que em 1932, ao voltar de uma visita à Exposição Colonial, onde vira manifestar-se, irresistível, a obsessão nova, eu punha nestes termos: «O historiador volta a descer à cidade, meditando sobre todos os desregramentos que as variações alternadas das distâncias entre raças, entre povos, já produziram na história: umas, as distâncias materiais, que diminuem de dia para dia: as outras, as distâncias morais, enormes, talvez intransponíveis.» — Todo o drama reside aí. O drama da civilização. Anunciava-se em 1932. Representa-se em 1946.

«Nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais.» Teve grande ressonância esta frase que Valéry escrevia no fim dos anos 20 — e que, aliás, não tinha um som muito novo para o historiador; o velho Ballanche, para só o citar a ele, já tinha dito textualmente a mesma coisa, em 1817: reflexão de sinistrados, aqui e ali. Mas Ballanche podia ter uma ideia dessas — Ballanche, cidadão de uma Europa prestigiosa e que se sentia, e se proclamava, a despeito das troças de Fourier, a terra civilizada por excelência. Valéry? No tempo dos *Regards sur le monde actuel* já o problema não estava em saber se

a *nossa* civilização, a que continuamos a chamar *a* civilização, vai morrer. Morrer, palavra nobre, imbuída de majestade tranquila e de natural serenidade. O problema não é, sequer, saber se a nossa civilização vai desaparecer, assassinada. É saber que civilização se estabelecerá amanhã nesse mundo novo que já se elabora no fundo do cadinho.

Porque *uma* civilização pode morrer. *A* civilização não morre. Esse instinto dos homens, essa coisa própria dos homens: ultrapassar-se, tomar a sua vontade como trampolim, para saltar sempre mais alto. Só que, até agora, era no quadro estreito de grupos limitados que eles davam o máximo do seu esforço. Produziam assim civilizações de grupos, de tribos, de nações, de continentes até, ou de parcelas de continentes. Civilizações delimitadas. Amanhã, sem dúvida nenhuma, pela primeira vez e salvo alguma catástrofe, apresentarão, senão imediatamente uma civilização mundial, a civilização dos terrestres, espalhada pela ecúmena — pelo menos uma ou duas civilizações intercontinentais que, já aumentadas por várias civilizações locais, se prepararão, defrontando-se, para se absorver uma à outra.

Quais serão as etapas desse imenso processo? Quais os primeiros resultados parciais? A que níveis sucessivos se estabelecerão? Que representarão no conjunto da obra os contributos dos não-Europeus? Que passará da nossa civilização para essas civilizações à escala do mundo que, pouco a pouco, a substituirão? Segredo do futuro. Como quereríamos prever e, senão saber, adivinhar...

«Tudo loucuras. E saídas do punho de um historiador...» E queriam que essas notações de História viessem do punho de quem? Porque, afinal, que se passou, se faz favor, na Europa, nos séculos VI, VII, VIII, IX e X? O quê, senão já, no meio de convulsões sem nome, de derrocadas, de massacres, de incêndios intermitentes mas prolongados, com melhorias e recomeços, uma batalha de civilizações: bárbaros contra romanos, nórdicos contra mediterrânicos, asiáticos contra europeus — uma digestão de civilizações umas pelas outras. E, no fim, fresca, jovem, a civilização cristã da Idade Média. Essa grande inovação de que, ainda ontem, vivíamos unicamente. De que estamos sempre saturados. Então, as minhas «predições de historiador»? Regressos ao passado.

*
* *

Um facto é certo, a partir de agora: viver, para nós mesmos e para os nossos filhos, será amanhã, é já hoje, adaptar-se a um mundo perpetuamente escorregadio.

Começou um grande trabalho. Nunca mais parará. Qualquer que seja a duração das interrupções e das esperas. Liquidem os «Ramos-Vida», Companhias de Seguros. Passou o tempo em que os pais metiam nos vossos mealheiros umas centenas de escudos sobre a pessoa dos filhos — para os recuperar, vinte anos mais tarde, com os juros. Desenvolvam os «Ramos-Incêndio», modernizando-os. E também os «Ramos-Roubo»...



Sim. Vamos ser muito ameaçados. Gemer não serve de nada. É preciso adaptar-se. E, antes de mais, não se perder. Fazer todos os dias o ponto da situação. Situar-se no tempo, e no espaço.

O Espaço — que também chamamos o Universo. Esta minúscula bolinha de matéria perdida, entre milhões de outras, num canto da via láctea — e que já começa a não bastar aos nossos sonhos de explorador. Pela primeira vez tomamos consciência da sua pequenez. Medida à craveira era tão grande! Ao quilómetro, já menos. À velocidade do avião, já não é nada. Quem sobe para o avião de amanhã em Carachi, toma o chá em Londres no dia seguinte, às dezasseis horas. Será por acaso que, de há dez anos para cá, indiferentes num planeta sem desconhecido, sonhamos com foguetões, excursões no infinito, em direcção a essa lua esbranquiçada que acabaremos um dia por atingir?...

Sim, como nos parece de repente pequeno, mesquinho, sem mistério, o nosso humilde planeta. Em que no entanto todos nós, brancos, negros ou amarelos, temos, de bom ou mau grado, de passar a existência. A Casa dos Homens — com o seu «Regulamento» no princípio da escada: para qualquer falta, a morte...

Casa com cem partes de casa, casa com mil quartos. Com todas as cores, com todas as dimensões, com toda a espécie de mobiliário. Mas é preciso conhecer isto tudo, porque agora, dados uns passos no corredor ou subidos dois pisos no ascensor, o amarelo entra em casa do branco e o branco em casa do negro, de arma automática na mão e saco tirolês às costas, cheio de coisas boas para comer: os dois aspectos do mais recente internacionalismo.

Aprender a conhecer a organização deste universo, o conteúdo desses compartimentos cheios de mercadorias e também de forças cujo inventário precisamos de estabelecer, mas sempre do ponto de vista do homem: primeira tarefa do Europeu 46. Segunda tarefa? Situar-se em relação não somente às sociedades que viveram na nossa própria casa antes do nosso nascimento, mas a todas as que, nas outras partes de casa da Casa dos Homens, precederam os homens actuais, arranjaram os lugares, deixaram alguns móveis aos seus herdeiros, travaram relações com os nossos próprios antepassados. Primeira coordenada, o Espaço. Segunda, o Tempo. Peguemos na fórmula de Gustave Monod, reformador do nosso ensino secundário: o homem cultivado em 1946? «Aquele que é capaz de se aperceber da sua situação de homem simultaneamente no tempo e no espaço. De referir às outras civilizações aquela de que é actor e testemunha. O homem que, com o conhecimento de um certo número de acontecimentos essenciais, adquiriu, a partir da escola e através da escola renovada, uma espécie de experiência da vida e da morte das civilizações...»

Para ser mais claro, o Espaço: digamos, a geografia. O Tempo: digamos, a história.

*
*    *

Claro que outras soluções têm os seus defensores.

«Atenção ao vizinho», dizemos aqui. Dele vem o perigo. Mesmo que ele vos não queira mal, estabeleceu-se já entre os homens — brancos, negros e amarelos —, uma proximidade tal que qualquer movimento de uns se repercute imediatamente nos outros. Um tal acotovelamento. O que não quer dizer uma tal fraternidade. Pois que estranhos, que inquietantes vizinhos à nossa volta! Homens, já diz tudo.

Eu digo: sim, diz o humanista, homens. E vocês dizem: olhem para eles; mas eu respondo, com Sócrates: «Olhem-se a vós mesmos. Tomem consciência do Homem que está em vós. Do Homem parecido com o Homem, ao longo dos séculos e das civilizações. Sempre o mesmo, nas suas virtudes, nas suas qualidades, nas suas excelências. E de que só as formas exteriores, as aparências mudam. Desprezem o homem circunstancial. Sem grandeza nem constância. Apenas pitoresco. Vão direitos ao Homem eterno. Trabalhem para o libertar, criança, em vós. Acabem de o esculpir, adulto, em vós. Forte, orgulhoso, sólido, capaz de resistir às pressões exteriores, sem se deixar esmagar...»

O Homem eterno? Mas todo o esforço que fazemos, nós jovens «ciências do Homem» — a psicologia, a ecologia humana, a etnografia, o folclore, a sociologia, a história, naturalmente, até à cirurgia de Leriche, que cada vez se quer mais humana, mais directamente preocupada com o ser humano —, todo o nosso esforço não é opor a essa bela academia, executada segundo as regras (eleger dez belos modelos; tomar os ombros de um, as pernas de outro, etc...), e cada vez mais, os homens?

Há trinta anos os geógrafos não falavam naturalmente «do homem» e das suas obras na terra? Não os levámos nós a falar de grupos humanos e dos seus prodigiosos esforços de adaptação, pelos quais se explica o triunfo terrestre de seres tão pobremente equipados pela natureza, tão frágeis, tão vulneráveis — e que no entanto se encontram tanto sob o círculo polar como sob o Equador, na Groenlândia como no Congo, por toda a parte ou quase exactamente por toda a parte na superfície do globo? O nosso desejo não é compreendê-los através da obra, nesse perseverante e magnífico esforço que prosseguem, desde que estão na terra, para se inserir nos meios mais hostis e, desviando-os, desagregando-os, aproveitando as mínimas fendas, arranjar aí um lugar cada vez maior, talhar aí um papel para si — viver, na plenitude humana dessa bela palavra?



«Olhem-se a vós mesmos»? Mas quando descemos dentro de nós, quando nos esquadrinhamos a nós próprios profundamente — não, não são os lineamentos de uma academia tão perfeita quanto possível na sua abstracta nudez —, são os vestígios dos nossos antecessores que nos espantamos por encontrar tão numerosos em nós: essa surpreendente colecção de testemunhos de épocas antigas, de antigas crenças, das mais velhas maneiras de pensar e de sentir que cada um de nós herda no dia do seu nascimento — sem o saber. É que os historiadores descobrem até na consciência de Péricles, de Fídias, de Platão — ao preço de um sacrifício que os humanistas de velha observância sempre reprovam. Porque tais achados, no fundo, não nos agradam muito. Humilham-nos. Rebaixam-nos aos nossos próprios olhos. Mas enfim, os factos lá estão. E por vezes, sob uma violenta emoção, individual ou mais geralmente colectiva — não ressalta bruscamente o velho fundo herdado, selvagem, provocando pânicos, animando toda uma multidão de furor sagrado, apoderando-se de nós ao ponto de nos «alienar»?

Olhem-nos a nós próprios. Nas camadas sucessivas das aluviões que guarnecem o fundo das nossas consciências — quantos achados para a arqueologia dos pensamentos humanos! Legados dos nossos antepassados, mas que não podemos aceitar para beneficiar de um inventário. O passado domina em nós, vivos com estamos.

*
*    *

Depressa, pois, ao trabalho, historiadores. Basta de discussões. O tempo passa, o tempo aperta. Quereriam talvez que vos deixassem respirar? O tempo de cada um varrer diante da sua porta? É isso. O mundo empurra-vos, o mundo sopra-vos na cara o seu hálito de febre. Não, não vos deixarão tranquilos. Nem os Ingleses, nem os Americanos, nem os Russos, nem os Libaneses, nem os Sírios, nem os Árabes, nem os Cabílios, nem os carregadores de Dakar, nem os *boys* de Saigão. Tranquilos! Mas vocês foram apanhados pela massa. Comprimidos, apertados, empurrados, por pessoas que não aprenderam boas maneiras. As boas maneiras de que vocês tanto se orgulham. (Ainda que, na primeira ocasião, se saiba em que se tornam, as vossas boas maneiras.) Os vizinhos andam por cima dos vossos pés: «Tira-te daí, quero ir para aí.» Que fazer? Arvorar o vosso arzinho afectado: «Mas, senhor...» Troçará um bom pedaço, o Senhor Cabílio, o Senhor Ouoloff, o Senhor Tonquinês. E zás, um encontrão verdadeiramente fraternal nas vossas costas. Então, tanques, canhões, aviões? Mas eles também os têm. São mesmo vocês que lhos vendem. E depois, eles são demasiado, demasiado, demasiado... Salpicar o universo de bombas atómicas, metodicamente, quilómetro por quilómetro? Um quadriculado de precisão? Belo progresso; mas conhecem-se meios menos caros de se suicidar...

O mundo de ontem acabou. Acabou para sempre. Se temos alguma possibilidade de escapar, nós Franceses, é compreendendo, mais depressa e melhor que outros, essa verdade evidente. Deixando os destroços. À água, digo-vos eu, e nadem com força. Trabalhemos para fazer dessa solidariedade de facto que a partir de agora une os náufragos — que amanhã unirá todos os homens — uma solidariedade de labor, de troca, de livre cooperação. Perdemos tudo, ou quase, dos nossos bens materiais. Não perdemos nada se nos resta o espírito. Expliquemos o mundo ao mundo.

Através da história. Mas que história? A que «romanceia» a vida de Maria Stuart? que «lança a luz» sobre o cavaleiro d'Eon e as suas saias? que, durante cinquenta anos, estuda os dois últimos segmentos do quarto par de patas? Perdão, estava a confundir.

Pois bem, não! Já não temos tempo para isso. Demasiados historiadores e, o que é pior, bem formados e conscienciosos — demasiados historiadores se deixam ainda enganar pelas pobres lições dos vencidos de 70. Oh, eles trabalham muito! Fazem história como velhas avós fazem tapeçaria. Em ponto miúdo. Aplicam-se. Mas se lhes perguntam porquê todo esse trabalho, o melhor que podem responder, com um sorriso bom de criança, é a expressão do velho Ranke: «Para saber exactamente como se passou». Com todos os pormenores naturalmente.

*

* *

Já não temos tempo, já não temos direito. Em 1920, há vinte e seis anos, ocupando pela primeira vez a minha cátedra na Universidade Livre de Estrasburgo — eu são e salvo, mas à minha frente os cemitérios onde dormiam inquietos os mortos de duas gerações ceifadas em flor — como me interrogava, ansioso, sobre o meu dever!

Teria eu, historiador, o direito de refazer a história? de consagrar à história o meu tempo, a minha actividade, todas as forças que me restavam, quando tantas outras tarefas requeriam impiedosamente os cidadãos? Teria eu, professor, o direito de persuadir os outros pelo exemplo, de empenhar jovens, depois de mim, na via que era a minha? Hoje, numa situação bem mais dramática, com que redobrar de angústia nos interrogaremos todos?

Para responder claramente. Ora eu respondo, aqui, sem hesitar: «Fazer história, sim. Na medida em que a história é capaz, *e é a única capaz*, de nos permitir, num mundo em estado de instabilidade definitiva, viver com outros reflexos além dos do medo, das descidas desvairadas para as caves — reduzido todo o esforço humano a suportar por algumas horas, a suster em cima das cabeças vacilantes, os telhados fendidos, os tectos desventrados.»

A história, que não liga os homens. A história, que não obriga ninguém. Mas sem a qual nada de sólido se faz. Sobre o alto de Montmartre que quer construir o Sacré-Coeur desenvolve-se primeiro uma sondagem através da elevação — até ao nível do Sena. Areias, margas, gipsos, calcários: quando se sabe o que suporta, por baixo, o solo leproso da superfície, pode-se construir com conhecimento de causa. Claro que a geologia não obriga o arquitecto a fazer neo-bizantino em vez de neo-gótico. Qualquer que seja o estilo que ele por fim adopta, a geologia permite-lhe fundar solidamente a sua construção sem que ela se desmorone com o tempo. Assim a história. A que compreende e faz compreender. A que não é lição a estudar todas as manhãs, com devoção — mas verdadeiramente uma condição permanente de atmosfera. O que foi sempre aqui, para Marc Bloch e para mim. O que será amanhã, para todos os amigos que me ajudaram no meu trabalho. A história, resposta a perguntas que o homem de hoje necessariamente se põe. Explicação de situações complicadas, no meio das quais se debaterá menos cegamente se lhes conhecer a origem. Chamada de soluções que foram as do passado e que portanto não poderiam ser, em caso nenhum, as do presente — que escola de maleabilidade para o homem formado pela história?

*

* *

«Assim, subordinais a majestade de uma Ciência às exigências do que os nossos jornalistas chamam a actualidade...»

Não subordino absolutamente nada. É preciso assegurar que não confundo os historiadores com essas senhoras obsequiosas que os assinantes do telefone, depois de formar as letras S. F. G., têm o direito de interrogar sobre a idade dos seus conterrâneos célebres ou os galões dos postos no exército peruano. Mas também não entendo classificar sob o conceito do Eterno o Fulgence Tapir do velho Anatole France. Peço aos historiadores, quando vão para o trabalho, que não se dirijam para ele à maneira de Magendie: Magendie, esse mestre de Claude Bernard, esse precursor da filosofia que experimentava tanto prazer em vaguear de mãos nos bolsos por entre os factos raros e curiosos, como o trapeiro por entre as porcarias, dizia ele. Peço-lhes que vão para o trabalho à maneira de Claude Bernard, com uma boa hipótese na cabeça. Que nunca se façam coleccionadores de factos, ao acaso, como dantes se fazia pesquisadores de livros nos cais. Que nos dêem uma História não automática, mas sim problemática.

Assim agirão sobre a sua época. Assim permitirão aos seus contemporâneos, aos seus concidadãos, compreender melhor os dramas de que vão ser, de que já são, ao mesmo tempo, actores e espectadores. Assim trarão os mais ricos elementos de solução aos problemas que preocupam os homens do seu tempo.

Método histórico, método filosófico, método crítico: belos utensílios de precisão. Honram os seus inventores e as gerações que os

usaram, que os receberam dos seus antecessores e os aperfeiçoaram, utilizando-os. Mas saber manejá-los, gostar de os manejar — isso não chega para fazer o historiador. Só é digno desse belo nome aquele que se lança totalmente na vida, com o sentimento de que ao mergulhar nela, ao penetrar-se de humanidade presente, decuplica as suas forças de investigação, os seus poderes de ressurreição do passado. De um passado que detém e que, em troca, lhe restitui o sentido secreto dos destinos humanos.



## A VIDA, ESSA PROCURA CONTÍNUA

Não haverá aqui lugar para uma conclusão. Concluir é parar. Passar um traço. Sob que parágrafo de que capítulo? Evoco tudo o que os meus olhos leram e viram, tudo o que as minhas orelhas ouviram e escutaram desde os meus dezasseis anos. Evoco as transformações sucessivas de um espírito duas ou três vezes modificado, até ao âmago, por revoluções de arte e de literatura. Porquê a preferência por uma ou por outra, como fazer um traço: o traço que «pára»?

Aos dezasseis anos — 1896 — eu estava em vésperas de alcançar Paris, vindo da minha província natal de Nancy. Eu, pronome cómodo — apenas significa, aqui, os meus conterrâneos, os homens nascidos entre 1875 e 1880. A nossa bagagem, nessa altura? Já preciso de um esforço para a reconstituir. E, homem de entre cinquenta e sessenta anos, tudo o que vou dizer parecerá muito estranho aos leitores de trinta.

Literatura? Fora do liceu, aos clássicos reconhecidos juntávamos os românticos, Michelet, Flaubert (os romances e a correspondência), às vezes um pouco de Renan. Vigny tinha os seus fanáticos, Leconte de Lisle os seus fiéis. Autores «modernos» mas confessáveis: tinham direito a uma meia-encadernação ou pelo menos a uma cartonagem simples na biblioteca dos nossos pais — sinal certo de adopção. As nossas outras leituras eram mais arriscadas: fazíamo-las também em volumes brochados — os «três francos e meio» brancos, vermelhos ou amarelos de Vanier, de Calmann ou de Charpentier. Aliás, exactamente na altura em que procurávamos libertar-nos dela, era a nossa demasiado boa formação liceal que continuava a ditar-nos os nossos juízos. Assim saboreávamos sobretudo, em França, as ironias de Jérôme Coignard ou a erudição maliciosa de *La Reine Pédauque*; assim, mais que o anarquismo subtil dos três romances ideológicos de Barrès, agradavam-nos *Le Sang, la Volupté et la Mort*, tingindo

de cores românticas uma Espanha mais que semi-retórica. No entanto, com muita emoção mas alguma resistência, começámos a saborear Verlaine. Quanto à nossa época, *Les nuits, les ennuis et les âmes de nos plus notoires contemporains* (como resistir ao prazer de citar este título, tão perfeitamente datado, de um livrinho de Ernest La Jeunesse?) — *Nuits*, e alguns outros, revelavam-nos o sentido de adjectivos na moda: «decadente» e «fim de século». Alguns, de entre nós, aventuravam-se até ao Goncourt. Outros, até Huysmans. Mas todos, às escondidas, líamos Maupassant. Um pouco de Daudet. E muito Zola.

Música? alguns concertos clássicos. Beethoven, Schumann. Berlioz, raramente. Entre uma repetição de *Romeu* e o triunfo de *Werther* ou da *Herodíade*, o Teatro Municipal revelava-nos, numa misturada, *Sansão e Dalila*, *Sigurd* ou *L'attaque du moulin*: tudo novidades fortemente discutidas. Atrás das quais, a medo, soavam *Lohengrin* e *Tannhäuser*.

Pintura, escultura, não muita coisa. Por sorte, eu podia amar um Rodin — o *Claude Lorrain* empoleirado, no parque da Pépinière, a sua silhueta gorducha, as suas pesadas botas e o seu rosto maravilhado sobre o pedestal que os cavalos de Apolo arrastam com tão impetuoso ardor. Mas, apesar da intensa curiosidade que despertavam, aos dezasseis anos nenhum de nós tinha visto um Manet, um Monet, um Renoir. Conhecíamos ao menos os nomes desses reprovados — nem isso, desses ignorados? Os dos grandes homens do Salão, sim. Com a deferência conveniente contemplávamos, todos os anos, no *Figaro-Salon* de Albert Wolf, os Bonnat, os Benjamin Constant, os Jean-Paul Laurens — por vezes, um Besnard, tão audacioso, ou um Henri Martin, tão revolucionário. Além disso, no país do ferro, empregávamos os nossos ardores em maldizer a indústria. Bem tínhamos olhos para admirar, à noite, o clarão das fundições ou a estranha paisagem que, de manhã, as fábricas de silhuetas metálicas surgindo da bruma compõem. Mas os dogmas abafavam-nos as impressões. Como nos impediam de ligar à arte tudo o que não era arquitectura, pintura, escultura ou gravura. É verdade que, nesse tempo, as fábricas eram leprosas, os altos fornos mesquinhos, as pontes metálicas não eram amplas. É verdade que a fotografia (para não citar mais nada) justificava plenamente os anátemas de Flaubert: não era senão um meio de fabricar esses álbuns cujos fechos se abriam para admirar a crinolina da tia Maria, ou o tamborete da prima Joana.

Em tudo isto, uma novidade — uma única. Mas que só interessava à «arte decorativa». Lançavam-nos no mundo cuidadosamente munidos de categorias estanques: havia a Arte, que era Beleza, e a Indústria, que era Fealdade; do mesmo modo, às artes «puras», inúteis e prestigiosas, opunham-se as artes «aplicadas», maculadas de utilidade e portanto inferiores. Ora, era no domínio destas últimas que nascia qualquer coisa: a arte silvestre e floral de Émile Gallé, que já passava dos seus vasos cheios de mistério para os seus móveis



improvisados — para todos os tampos de mesa com embutidos que ele juncava com os despojos de um Outono castanho-avermelhado. Devidamente estilizada, essa flora sinuosa começava a invadir o pedestal dos monumentos públicos e as fachadas dos hotéis burgueses. O «modern style» constituía-se: lírio, vinha virgem, folhas de plátano e de castanheiro. Nas vitrinas de Majorelle, assistíamos todas as tardes à sua génese. Mesas de chá e baús, pratos pintados e vidrarias, poltronas de madeira ou tapeçarias, molduras esculpidas de portas e janelas — todo o *décor* da nossa vida afundava-se numa orgia de flores em madeira esculpida e de ramos em bronze.

*

* *

Bruscamente, Paris, 1896-1902. Lutas e crises — políticas, morais, estéticas. Tudo ao mesmo tempo. Nesses anos agitados, pequenos provincianos a descobrir a Cidade, batíamo-nos pelas nossas verdades, pelas nossas razões de ser — e também por arranjarmos outros olhos, outras orelhas, uma maneira nova de sentir o mundo. Por alegrias desconhecidas.

Um domingo de tarde, no Châtelet. Esse peitilho ligeiramente amachucado; essa barba nestoriana; esse homem gordo que se inclina: reprovado pelas poltronas por crime de wagnerismo, é Édouard Colonne — freneticamente aclamado por nós, os das terceiras galerias: de pé, todas as mãos a bater palmas, todos os clamores fora das goelas. Após o que, durante horas, ao longo dos cais e das ruas, enquanto os sábios discutiam tema e *leit-motiv*, os silenciosos, ainda maravilhados, escutavam o coração a saltar-lhes no peito.

Outro domingo: o Palácio da Indústria. Em batalhões, em regimentos, em corpos de exército, as portas escancaradas, vomitam--«nos»: na nave, todos arremetem, alegres e saciados, excitando-se de antemão com o prazer prometido. E chegados ao pé do pedestal sobre o qual, a cabeça para trás, arrogante e desdenhoso no seu traje de burel, o *Balzac* de Rodin não os desafia, mas rejeita-os — cospem as suas troças e os seus risos obscenos.

Entretanto, a sala Caillebotte no Luxemburgo, mas sobretudo, na Exposição de 1900, a Centenal da Arte Francesa, revelam aos nossos olhos, deslumbrados por tanta claridade, o impressionismo e os da sua comitiva. Pois quê, a França era o lugar universal da pintura — e não nos diziam isso? Revolta e formidável golpe de picareta nos nossos espíritos. Monet, Renoir, Pissarro, Sisley, Cézanne, Manet e Degas, e depois Rodin — acolhêmo-los a todos. Fraternalmente. E ocuparam-nos. Acabou-se, o resto desaparece: nunca mais iremos aos Salões Oficiais venerar os virtuosos do falso desenho e do claro--escuro pedagógico. Conhecemos os nossos deuses, os verdadeiros. Que nos refazem uma alma.

A nós, que nunca segurámos tira-linhas nem arcos de pua, escopro nem pincel. A nós, filósofos, historiadores, biólogos, médicos ou filólogos. No momento, sem dúvida, não analisamos quase nada. Amamos, possuímos, não fazemos a teoria nem dos nossos amores, nem dos nossos bruscos desgostos. Entre a serenidade voluntária de um Cézanne absorvido nas suas preocupações com a posição exacta; entre a saúde e a alegria de um Renoir, tão puro de intenções literárias como Rabelais e, por outro lado, o romantismo germânico de Wagner, ou os gritos, os soluços, os apelos desesperados que sobem de um par enlaçado de Rodin; entre a dureza de Manet, a crueza de Degas, as visões de Monet ou as festas sobre a água viva de Sisley — não queremos ver choque, conflito, oposição certa. Subitamente dilatado, o nosso coração é suficientemente grande para os conter a todos.

A eles, e aos que já se apressam para os substituir, tão generosa é a seiva nestes anos fecundos. Um dia, em casa de Druet, vamos descobrir, depois das suas paisagens, os nus de Marquet. Ou então, em casa de Bernheim, na praça da Madeleine, os retratos de Bonnard, os interiores de Vuillard, as églogas de Roussel. Em casa de Durand-Ruel, a robustez plena dos Renoir. Um pouco por toda a parte, os desenhos de Rodin. Impunemente, tudo? Isto é, bem fechado num armário reservado, com a etiqueta: «Prazeres de arte e de literatura»? A uma pergunta dessas, se respondermos não, não é por termos lido tratados de estética. Mas sentimos operar-se em nós, graças a esses «operários» e à sua arte, a metamorfose que fez de nós, verdadeiramente, o que continuamos a ser, trinta anos mais tarde.

*

* *

Para que servem estas recordações? Pareço divagar, contar para nada, por prazer, os nossos jovens anos... De facto: *Encyclopédie Française, tomos XVI e XVII, Arts et Littératures*, fim — parece-me que estou em cheio no assunto.

Qualquer coisa tinha penetrado em nós. Tão forte, tão brilhante que, bruscamente, a partir daí, tudo nos parecia desafinado. Era preciso restabelecer os laços desfeitos, recriar uma ordem necessária. Ajustar. E, em primeiro lugar, o próprio *décor* da nossa vida. Pois vocês vão pendurar um Renoir, um Monet, num salão Félix-Faure, desfeado por móveis de perfis redondos, de curvas moles — atulhado de *bibelots* heteróclitos e disformes, de pesadas tapeçarias sombrias, de uma profusão de inutilidades agressivas? Pois vão inserir as linhas de um Cézanne numa moldura «modern style»? Já Loos, depois de Viena, nos pregava a guerra ao ornamento. Melhor ainda no-la ensinavam, e agiam, os quadros dos discípulos de Courbet e de Delacroix.



Ajustar o que mais? A nossa literatura? Certamente que, se tivéssemos posto a questão em termos abstractos, nos teríamos visto fortemente embaraçados para a resolver. De todas essas telas, de todos esses mármores e esses bronzes que nos tinham conquistado, disse-o e todos o sentíamos confusamente: não se desprendia de modo nenhum uma lição única. De um Rodin, de um Degas, de um Renoir e de um Monet contemplados numa mesma manhã, antes de uma audição de *Tristão* — ou de *Pelléas* — ninguém teria podido deduzir, nem que o romantismo tinha desaparecido, nem que o naturalismo estava enterrado, nem que um lirismo espontâneo acabava de vencer, em combate singular, um áspero realismo. Mas, do mesmo modo, em literatura nós não tínhamos renunciado de repente a tudo o que amávamos «antes». E estávamos pouco preocupados em discernir, no que agora acolhíamos com o maior entusiasmo, essa unidade de inspiração que só nos manuais se desenvolve verdadeiramente, tanto como em estabelecer uma relação de discurso académico entre os «nossos» pintores, por um lado, e, por outro (cito propositadamente em desordem obras muito díspares) — digamos, as *Histoires naturelles* de Jules Renard (aliás ilustradas por Bonnard) e o seu *Poil de Carotte*; e ainda, os Charles-Louis Philippe, de *Bubu* aos *Charles Blanchard*; os Octave Mirabeau; os Pierre Hamp de *La peine des hommes* ou a Collette de *La vagabonde*. É certo, no entanto, que na origem de certos repúdios, de certos desgostos, de certas impossibilidades (por exemplo, o teatro de *boulevard* e os seus dramas burgueses), houve, para nós e para quantos outros, a tomada de posse, por volta do ano de 1900, e a adopção apaixonada dessa coisa muito pequenina, desconhecida e descurável na história da Civilização Ocidental: a pintura francesa — a dos mestres nascidos cerca de 1830-1840.

É preciso ir mais longe? falar de moral também a «ajustar», ou de filosofia? Claro que não permitiríamos a nós próprios estabelecer laços demasiado precisos entre o impressionismo e as atitudes filosóficas que então seduziam tantos jovens espíritos. Não menos do que entre os nossos desejos fogosos de justiça, as nossas necessidades apaixonadas de clarividência e, por exemplo, a proposta de Monet a Renoir, a Sisley e a Bazille, nesse dia do ano de 1862 em que, diante de um modelo vivo, Gleyre lhes impunha pensar na arte clássica: «Raspemo-nos daqui, o ambiente é insalubre, há falta de sinceridade...» Que fique pelo menos entendido que à inversão dos termos do problema oporíamos, não apenas a questão prévia, mas datas positivas e uma pergunta precisa. Bergson e o bergsonismo? Mas

porquê meter os pintores, que trabalharam muito antes dele e sem ele, no ambiente frágil do filósofo — mais que a filosofia transitória no palácio eterno da pintura?

*
* *

Era preciso ajustar. Ajustávamos. Eliminando. Mas também vendo as coisas antigas com olhos inteiramente novos. Era o tempo em que alguns de nós se lembravam de adquirir a edição Calmann — tipos velhos e rombos e papel grosseiro — dos *Promenades dans Rome* e das *Mémoires d'un touriste*, tais como o bom Colombo as tinha legado a uma posteridade que aliás, nessa data, não se apressava muito a adoptá-los... Já, nesses anos febris, estávamos prontos a acolher Proust. E Valéry. Se eles entraram em nós — e na medida em que entraram — foi introduzidos por aqueles que nos transformaram e contra os quais eles próprios reagiam. Como foi Wagner quem deu, definitivamente, entre nós, audiência a Debussy. E Debussy a Ravel, a Strawinsky, a Florent Schmitt. E estes... não continuemos. Quem então dizia: «Eu vivo talvez em 1900; mas o meu vizinho, que vocês aqui vêem, vive em 1890; e aquele outro, acolá, em 1880.» — Na verdade, é cada um de nós que vive, em parte, em 1935, e também em 1920, e ainda em 1912.

Resumamos numa palavra. Por vezes, não são apenas as conquistas da ciência que conduzem ao que se considerou como verdadeiras «mutações» do intelecto humano: transformações súbitas e tão profundas que em alguns anos as próprias noções cuja conquista custou o maior esforço aos primeiros génios científicos de uma época, se tornam evidentes e fáceis mesmo para os estudantes. Há o que podemos, o que devemos chamar as conquistas da arte. Cujos resultados provocam também eles «mutação», incorporando-se, em alguns anos, na visão comum do Universo. E não apenas na dos artistas; ou dos amadores de arte; ou mesmo dessa «lite» de que ontem falava um excelente historiador de arte denunciando, na incompreensão total, furiosa e obstinada dos Franceses de entre 1860 e 1900 para com Courbet, Manet, Monet, Rodin e quantos outros, «um dos múltiplos efeitos da democracia que suprime as elites»: contudo, e salvo erro, eram as «elites» que enchiam os seus salões com os uniformes caríssimos desse Meissonnier de que não se encontra vestígio na recente *História da pintura em França*, do mesmo autor, e com os combates desse Detaille e com os retratos bem cotados desse Chartran, e com imagens coloridas de tantos académicos enfeitados com galões, de que um homem culto hoje coraria ao citar um só nome. Revoluções de arte. Quando têm o poder, a amplitude, da que se realizou sob os nossos olhos de homens cujos vinte anos soaram nos relógios de 1900 — nelas reconhecemos um dos fermentos mais activos da história humana.



*
* *

E talvez se veja para onde se encaminha tudo isto? Antes de mais (é inútil voltar agora a isso) para demonstrar que nos volumes XVI e XVII da *Enciclopédia* não é desejável, nem possível, nenhuma conclusão. Porque mesmo nós, os cinquentenários de hoje, ainda não passámos um traço sob as nossas conquistas de 1900 a 1910. Porque no regresso da guerra (e a guerra, aqui, não é alegada senão como uma referência cronológica, não como uma causa, ou, em todo o caso, «a» causa) conhecemos, fizemos a experiência de outros pintores, de outros escultores, de outros músicos, de uma outra arquitectura enquadrando outros *décors*. Mais ainda, outras artes: o homem a colaborar, com a fotografia, no trabalho bruto da luz; o homem a registar o movimento para o recriar à sua maneira. Tudo isto, num mundo completamente transtornado e renovado por um prodigioso conjunto de descobertas científicas que levam à telegrafia sem fios, à aviação, ao fonógrafo, à rádio — amanhã à televisão, etc. Tudo isto, de tal modo forte e profundo que ontem Henri Wallon nos advertia: em tão poucos anos, já essas invenções de uma prodigiosa universalidade começaram a agir sobre os nossos organismos, a modificar as nossas percepções, a transformar uma humanidade há séculos e séculos quase imóvel na sua constituição.

Mas há outra coisa. Se, no plano total da *Enciclopédia*, dei desde o início às Artes e às Literaturas um lugar amplo e vasto; se, face aos dois volumes necessariamente dedicados à física moderna, essa revolução das revoluções do nosso tempo, quis pôr dois volumes, dois grandes volumes destinados a «fazer compreender» o que é a arte na nossa civilização e nas nossas vidas; se, tendo por um momento tentado reduzir esses dois volumes a um só, logo renunciei para voltar ao meu projecto primitivo — não se tratou de uma fantasia gratuita. É que eu encontrava, na minha própria experiência, nas minhas recordações, no que eu tenho consciência de ter «sido feito», a noção viva de que a arte não se inscreve, ou inscreve-se apenas acessoriamente e pelo preço de uma deformação, entre os «Tempos Livres e Divertimentos» de que se tratará no tomo XIV da *Enciclopédia*: marquei desde a origem o seu verdadeiro lugar (Pierre Abraham houve por bem lembrá-lo do início do tomo XVI). Ela é um dos mais eficazes meios de Conhecer e de Compreender de que a Humanidade dispõe. Desde já — e sem conjecturar o que será amanhã.

Acerca do que ela poderá e deverá ser... É preciso dizê-lo, na hora em que os cientistas abrem diante dos nossos olhos, ao mesmo tempo extasiados e inquietos, as perspectivas que se sabe; na hora em que nos mostram a investigação experimental e a investigação matemática revezando-se para melhor captar o universo nas malhas da rede humana, para melhor o conter em poderosas construções, feitas das formas e das noções abstractas que a razão extrai das coisas

já conhecidas. Explorador das regiões sem limites de que fala Jean Perrin; prospector desse cérebro humano «onde dormem na noite inúmeros possíveis que a consciência poderá nunca animar» — o matemático extrai de objectos conhecidos as suas cadeias indefinidas de entidades racionais. Até ao dia em que, encontrando-se inteiramente elaborado o conteúdo das realidades, ele exija aos trabalhadores da experimentação uma nova colheita de factos, elementos necessários das construções futuras.

Ciclo sem fim, engrenagem um tanto aterradora, entre cujos dentes sem dúvida muitas coisas frágeis, ternamente vivas e a que estamos presos, correriam o risco de se ver trituradas sem piedade — se precisamente a arte não interviesse aqui como um contrapeso. Ou como se rasgasse avenidas banhadas de sol. A arte, que não é a antítese da Ciência. A arte que não deve de modo nenhum ignorá-la, ou combatê-la — mas, cada vez mais, apoiando-se nela, tomar os seus dados como objecto do seu trabalho. Não somente para enriquecer as suas possibilidades, para se dotar de meios novos, para abrir a si mesma novos campos, mas ainda, mas sobretudo, para apresentar a certos homens que só dela a poderiam aceitar, essa interpretação geral das coisas que a Ciência propõe e que a arte sugere. A arte — ou os artistas.

No ciclo das duas pesquisas revezando-se uma à outra e conjugando os seus esforços alternados, é bom prever uma pausa de arte. Uma terceira pesquisa. Mais em superfície que em profundidade? Acreditam? Profundidade, que importa. Debruço-me sobre o Oceano, dizem-me: «Aqui, três mil metros de profundidade.» Três mil ou trezentos, é o mesmo. O que conta é saber até onde a claridade descerá. É fazer descer a luz mais longe, mais abaixo, sempre mais abaixo. Fazer recuar a escuridão. E portanto ser profundo: quero dizer, iluminar o escuro. A arte pode iluminá-lo.



# POR E CONTRA

# POR UMA HISTÓRIA DIRIGIDA

## As investigações colectivas e o futuro da história

Investigações colectivas: a fórmula ou, se quisermos, o programa, não tem nada que surpreenda, ou que choque, o biólogo ou o fisiólogo; nem sequer o psicólogo; nem sequer, ainda menos longe de nós, o geógrafo «humano», o antropogeógrafo, que de bom grado procede por «inquéritos». Aplicada à história, como surpreende e choca a maior parte dos que se dizem historiadores, hoje, num país como a França. É preciso compreender esse facto para o explicar.

Pode invocar-se a tradição. Quando eu nasci para a história, no tempo em que também nascia o século XX — a moda, na firma Clio, não era a do trabalho colectivo. Passavam-se ainda histórias espantosas de velhos arquivistas, que escondiam documentação por eles «descoberta» e a faziam desaparecer durante anos, para reservarem para si o seu uso eventual. De tempos a tempos revelava-se uma história, perfeitamente ridícula, de «prioridade», ou então assistíamos, um pouco comovidos, à luta de velocidade entre dois historiadores a trabalhar sobre o mesmo fundo e que, lançados a todo o vapor (metáfora do tempo que ignorava o automóvel), procuravam adiantar-se triunfalmente um ao outro. Individualismo pueril. O que importava, não era a história, uma ciência a promover. Era o historiador, um livro a assinar. Vaidades de autor.

Não sou suficientemente ingénuo para não pensar que esse estado de espírito — um pouco atenuado, sem dúvida — ainda persiste. Mas é um efeito, e não uma causa. Procede de convicções fortes, em boa lógica antagónicas, mas que no entanto acabam por se encontrar. Para uns, convicção de que a história «não é uma ciência». Para outros, convicção de que sendo uma ciência, a história proíbe «naturalmente» ao historiador qualquer escolha de elementos, qualquer interposição de ideias (sob a forma de hipóteses, ou mesmo de teorias) entre a colheita bruta dos documentos e a sua apresentação ao leitor. Não empreendamos discutir em pormenor estas concepções contraditórias. A persistência do seu sucesso nos meios históricos

não se explica senão por um desconhecimento total da solidariedade que une, de bom ou mau grado, todas as disciplinas científicas umas às outras, e, por outro lado, por uma ignorância absoluta e serena da evolução, ou da revolução, que nos nossos dias se produz nas ideias de associações inteiras de «sábios» sobre o que se convencionou chamar a objectividade científica.

*
* *

Numa palavra, notemos simplesmente: não, a Ciência não se faz numa torre de marfim, pela actuação íntima e secreta de cientistas desencarnados que vivem, fora do tempo e do espaço, uma vida de pura intelectualidade.

A Ciência — e com isso significo a Sociedade das Ciências — a Ciência é feita por historiadores que radicam no meio da sua época: é o mesmo para os matemáticos, os físicos, os biólogos... e os historiadores; o mesmo, e que age sobre todos da mesma maneira, e através do qual se opera a ligação das suas actividades científicas com o conjunto das outras actividades da mesma época [1].

Por outras palavras, a Ciência não é um império dentro do império. Não se separa do meio social em que se elabora. Sofre a sua pressão, o constrangimento de contingências múltiplas que pesam sobre o seu desenvolvimento. E é por isso, entre parêntesis, que a história da Ciência, muito longe de constituir um morno e poeirento conservatório de teorias mortas e explicações caducas, representa, pelo contrário, um capítulo vivo da história geral do pensamento humano: ela descreve, definitivamente, a adaptação do espírito às coisas e a tomada de posse pelo homem do seu meio.

Daí que, se as ciências da Natureza sofreram, nas duas últimas décadas, os efeitos de uma verdadeira revolução ideológica; se viram desabar, em consequência dos progressos súbitos e espantosos da física, toda a construção teórica elaborada ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX por gerações de sábios; se, porque o concreto fez rebentar os limites do abstracto, a tentativa de explicar o mundo pela mecânica «racional» terminou num desaire brutal; se foi preciso proceder a uma revisão de conjunto de todas as noções científicas sobre as quais se tinha vivido até então; se, enfim, nada do que é essencial escapou a esta revisão: nem a concepção do facto científico, nem a da lei; nem a da necessidade; nem a da contingência; nem,

[1] Sobre tudo isto, para além dos relatórios das *Semaines Internationales de Synthèse* — nomeadamente as exposições sobre o tema *Science et Loi* (5.ª semana; Paris, Alcan, 1934, in-12) — ver o interessante volume colectivo intitulado *A la lumière du marxisme* (Paris, E.S.I., 1935, in-8.°) e as minhas reflexões sobre esse assunto: «Un débat de méthode: Techniques, Sciences et Marxisme» (*Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 1935, p. 615-623).



no todo, a das próprias ciências e da Ciência..., da Ciência a construir o seu objecto com a intervenção constante e grave dos cientistas — a história não pode abstrair-se de tais transformações. Quer o queira quer não, está implicada. Referir-se a toda uma bagagem de ideias «científicas» velhas de um século e totalmente rejeitadas hoje pelos «sábios» de quem ainda há pouco as recebera: obstinando-se a fazê-lo, a história torna-se risível. E se é verdade que todas as ciências são solidárias, torna-se risível por nada — por prazer.

*
* *

Ora, que nos ensinam essas ciências solidárias, cujo exemplo deve pesar sobre a história? Muitas coisas, mas especialmene isto: que qualquer facto científico é «inventado» — e não um dado bruto que se apresenta ao sábio. Que a velha distinção entre observação, essa fotografia do real, e experimentação, essa intervenção no real, é de rever inteiramente. Que em nenhum caso a observação proporciona algo em bruto. Que se trata de construção. Como são construções as próprias «perspectivas» de que as pessoas entendem servir-se para esta ou aquela verificação ou demonstração da teoria. Que desde logo a objecção tantas vezes repisada de que o «o historiador não tem o direito de escolher os factos» é incoerente; porque de facto o cientista, qualquer que seja, escolhe sempre — e, aliás, toda a história já é escolha, devida ao simples acaso, que distruiu aquele testemunho, aquele vestígio do passado, aquele conjunto de documentos, e salvaguardou aquele outro. Enfim, que apegar-se a tantos velhos pressupostos sobre o verdadeiro valor do trabalho científico — é cair, dentro da própria história, na crença absurda e ingénua de que reunir factos «para nada», por prazer, esperando a chegada de um espírito capaz de os dominar, é obra pia; e que, tratando-se das relações da história e das ciências vizinhas com a teoria, tão cara outrora aos sociólogos (e aliás tão propícia às suas ambições), o historiador é operário votado a tirar da pedreira e a desbastar pedras de cantaria que o sociólogo-arquitecto virá sozinho juntar...

Há que banir seriamente esse ingénuo realismo de um Ranke, que imagina poder conhecer os factos em si mesmos, «como se passaram». É através das formas do nosso espírito que nos apercebemos tanto da «realidade histórica» como da realidade física. E tentemos substituir a velha distinção, o esquema tradicional do trabalho histórico — estabelecer os factos, depois prepará-los —, por uma outra, que tenha em conta não só a técnica de hoje mas também a prática de amanhã, tal como já se anuncia. Historiadores, não raciocinemos como lógicos preocupados em se elevarem progressivamente, hierarquicamente, do simples ao composto, e em reconstituírem gradual-

mente a escada que leva da tarefa mais simples à mais elevada. A ordem que se impõe aqui é a ordem genética. E deste ponto de vista, o que importa antes de mais é a existência, a elaboração e a actualização perpétua de programas de pesquisa longamente meditados e de vasta envergadura [1].

*

* *

Então, na base da vossa história, «teorias»? — A palavra não tem nada que possa fazer-me recuar. Quem escrevia então, essas palavras que eu lia não há muito tempo: «Uma teoria é uma construção do espírito que, respondendo à nossa necessidade natural e imperiosa de compreender, se destina a fornecer-nos uma explicação dos factos. Neste aspecto, é a própria expressão da Ciência... que não tem por último objectivo a descoberta das leis... mas a compreensão dos fenómenos.» Que metafísico suspeito é este? Um biólogo, Anthony, citado por outro biólogo, Fraipont [2]. Acabados, volvidos, os tempos que Louis Lapicque [3] evocava ultimamente a essa excitação de trapeiro no seu giro que Magendie descrevia: «Passeio-me lá dentro como um trapeiro, e encontro a cada passo qualquer coisa de interessante para meter na minha alcofa.» «Lá dentro» era o dédalo de um corpo vivo. «Lá dentro», para muitos historiadores, ainda hoje, é o dédalo de uma História viva... Mas às palavras de Magendie, Lapicque opunha as de Dastre; saibamos retê-las também para nós, historiadores; a «Ciência» cobre-nos: «Quando não se sabe o que se procura, não se sabe o que se encontra.»

O que é válido para o biólogo, o que é para ele sabedoria e razão — como seria asneira e contra-senso para os historiadores? Como aceitaria lançar-se por mais tempo à aventura, sem bússola, isoladamente, e só implorar como deus o Acaso, aquele que trabalha sobre a mais complexa de todas as matérias, sobre a actividade histórica dos homens? Ainda actualmente, no campo da história, quem quer que seja instala-se seja onde for, e seja com que materiais for, seja em que direcção for, constrói a seu gosto — como mais ou menos gosto — o seu pedaço de muro. Após o que, a esfregar as mãos: «Tanta coisa feita para o Palácio futuro!» Não! Nada feito! Quando se quiser construir o palácio, mandar-se-á vir um arquitecto, que irá conceber o plano. E em primeiro lugar mandará lançar por terra todos os pedaços de parede desarmónicos com que terão obstruído

[1] Ver mais acima, *De 1892 a 1933: Exame de consciência de uma história e de um historiador*, pág. 17.

[2] Ch. Fraipont, *Adaptations et mutations*, Paris, Hermann, 1932, in-8.°.

[3] *L'orientation actuelle de la physiologie* (*R. Philosophique*, 1930, n.° 9-10)



o seu terreno. Comecemos, nós, pelo princípio: pelos planos de arquitectos [1].

Plano de coordenação, essencialmente. E de cooperação. Por aí regressamos às «investigações colectivas», que nunca perdemos de vista. Passaram os tempos do universalismo. Por toda a parte, em todos os domínios. Dizem-nos: «Girard foi o último dos naturalistas completos.» Dizem-nos: «Sylvain Lévi foi o último dos indianistas completos.» Seja. Que lição podemos daí tirar? Que, morto Alexandre, o seu Império se divide? Quero dizer, que virão homens que serão senhores de apenas uma das partes do imenso império que um Sylvain Lévi podia ainda possuir e dirigir inteiro? Mas será essa a única conclusão? Por mim, vejo uma outra.

Restringir o campo de acção do sábio — é aumentar a «especialização», esse flagelo. É torná-la irremediável. Então, se se deixasse o sucessor de Alexandre reinar sobre todo o império, mas impondo-lhe a colaboração de cinco ou seis homens — um general, um diplomata, um financeiro, um construtor —, cabendo-lhe apenas organizar a colaboração deles, estabelecer-lhes o trabalho e definir-lhes a tarefa?

Façamos a transposição: se o historiador, em lugar de ser só ele a fazer vista; em primeiro lugar, construir os seus próprios utensílios; em seguida, fabricar as suas peças; e finalmente reuni-las e fazê-las funcionar — se contentasse com o último papel? Se, tendo escolhido, por razões válidas, um assunto de estudos; tendo-o delimitado com cuidado; tendo marcado tudo o que antes de mais importava chegar a estabelecer (porque é preciso renunciar à ideia pueril de que tudo é igualmente interessante para todos) — organizasse as investigações de uma equipa composta, digamos (pensando em certos inquéritos possíveis e desejáveis da história das técnicas), por um técnico propriamente dito; por um químico conhecedor da história da sua ciência; por um economista de espírito concreto; se, reservando para si o papel difícil entre todos de estabelecer os questionários prévios; de relacionar as respostas fornecidas; de desprender delas os elementos de solução; de ordenar os inquéritos suplementares indispensáveis; sobretudo, de marcar as relações do problema posto com o conjunto dos problemas históricos do tempo que o formulou; se, tendo escolhido esta via longa, que afinal parecerá muito mais curta do que os velhos caminhos sinuosos de outrora, chegasse enfim a fazer da história uma «ciência de problemas a pôr», senão a resolver sempre

[1] Seja-me permitido lembrar, não sem orgulho, que a *Encyclopédie Française*, tal como a concebi — *Enciclopédia de problemas*, e não de *referências* — representa a maior tentativa até agora feita em algum país, para aproximar uns dos outros e pôr em contacto directo com o público esclarecido, não vulgarizadores de talento, mas os próprios criadores, «inventores» da Ciência, em todos os domínios: os homens que, colocados na ponta extrema da investigação matemática, física, biológica, etc., tiram as suas ideias, não de tratados ou de manuais, mas da sua luta contínua e quotidiana contra o desconhecido, que cada dia mordem um pouco mais.

com certeza e à primeira vez — creio que o seu papel estaria singularmente mais em evidência que o de um vago fabricante de livros «pessoais»; creio que ninguém mais perguntaria a si próprio se a história é uma ciência, ou uma arte; creio que, ou nunca mais se qualificaria de historiador aquele sábio autor de sábios livros sobre *Luís XV e as mulheres*, *O veneno dos Bórgia*, ou então o historiador, deixando a essas excelentes pessoas, com os prémios académicos por elas fundados, o próprio nome que desacreditam, mudaria de nome sem hesitação, para não ser por mais tempo a vítima de uma confusão indelicada e ao fim e ao cabo demasiado absurda.

Se quisermos acelerar a chegada desses tempos — e tal é necessário — a primeira coisa a fazer é aproveitar o conselho dos outros. Informar-se das realizações já feitas. Apoiar-se nos que, no seu domínio, organizaram «a Investigação Colectiva».



## Contra a História Diplomática em Si

## HISTÓRIA OU POLÍTICA?

### Duas reflexões: 1930, 1945

#### I

A *história diplomática da Europa* (*1871-1914*), que um grupo de qualificados historiadores franceses publicou, há já algum tempo, nas Presses Universitaires (1929), sob a direcção de Henri Hauser, não cai directamente sob a jurisdição de uma Revista como a nossa. No entanto, não assinalar um tão cómodo instrumento de trabalho, seria cometer uma forma de injustiça — e, mais ainda, renunciar a pôr uma questão que não parecerá totalmente desprovida de interesse.

Tem-se a impressão, ao abrir o livro, que Henri Hauser, autor judicioso de tantos estudos de história económica, está, pessoalmente, longe de se esquecer de que uma nova diplomacia substitui progressivamente «a política dos Tribunais e dos Gabinetes», e que teve de ceder um lugar cada vez maior, quer aos movimentos da opinião pública, quer aos interesses dos grupos. «Não é preciso mais do que um conflito operário entre nacionais que defendem o seu *standard of life* e a mão-de-obra estrangeira que aceita salários de fome, escreve, numa vigorosa Introdução, para lançar duas nações uma contra a outra.» Claro, e que se abram os jornais, que se folheiem as revistas: tratados de comércio, negociações aduaneiras, empresas de organização financeira ou de equipamento industrial, empréstimos bancários pedidos e concedidos em contrapartida de vantagens económicas ou políticas — é este, apercebemo-nos disso sem dificuldade, o pão quotidiano de uma diplomacia que, contra a sua própria vontade, tem de sofrer, pela acção do meio, o controlo permanente e directo de assembleias populares. É evidente que esta influência do económico, relativamente à política, não é de ontem; se há alguém que saiba quantas guerras antigas foram, se formos ao fundo das coisas, guerras por causa do sal, por causa das especiarias ou do arenque, esse alguém é o autor de um excelente livrinho sobre as *Origens históricas dos problemas económicos actuais*, que tivemos o prazer de assinalar e louvar quando apareceu. Mas é verdade que, desde há um bom meio século, esta influência se torna cada vez mais

visível; para escolher um ou dois exemplos, entre os mais evidentes, a compra por Disraeli das acções de Khédive Ismail foi um factor essencial da política inglesa no Egipto, a partir de 1875; o caminho de ferro de Hérat esteve quase a desencadear o conflito, muitas vezes prognosticado, entre os Russos e os Ingleses; não se concebe bem a Tríplice se não pensarmos na abertura do Gothard; finalmente, problemas de minerais, de combustíveis, de mercados comerciais e de créditos industriais pesaram, de certeza, nas determinações dos homens e dos países que entraram na guerra de 1914.

Ora, estes factos, muito claramente circunstanciais ou, como se diz algumas vezes, «eventuais», qualificados apenas para representar, na exacta proporção do seu brilho, esta obscura mas constante pressão do económico sobre o político, que é, entre vários outros de igual importância, um dos factores determinantes do comportamento dos Estados uns em relação aos outros — estes factos particulares e, em certa medida, anedóticos, são bem realçados, na ocasião, pelos redactores da *História diplomática da Europa*, mas ainda com demasiada reserva e concisão; porém preocupam-se muito menos com trazer à luz do dia as forças ocultas, as energias secretas que fazem agir e mover as massas humanas. Basta-lhes que elas durmam em secretas profundidades. São as «camadas subjacentes da história», como escreve Hauser na sua Introdução. Eles, entricheirados por detrás de um pressuposto, o de nunca utilizar senão documentos diplomáticos propriamente ditos — os das compilações oficiais, azuis, cinzentos, amarelos ou vermelhos; os das grandes colecções nacionais, a alemã e a inglesa na falta da francesa, demasiado recente; além das correspondências e das memórias dos actores e das testemunhas dos acontecimentos — preocupam-se apenas com a crosta aparente do seu globo, da sua esfera político-diplomática... Deveremos censurá-los, por isso? Eles, não. Os homens, não. Uma tradição, talvez.

*

* *

Na própria capa dos dois volumes da *História diplomática*, lê-se esta fórmula: *Manual de política europeia*. Dizer que não gosto dela? Mais vale notar que ela marca, à primeira vista, uma certa orientação, que traduz uma determinada concepção, legítima, se se quiser, mas um tanto especial. Essa mesma que livros bem conhecidos, recentemente publicados sob a rubrica *Manuais históricos de política estrangeira*, representaram em França, desde 1892, e fizeram triunfar, pouco a pouco, no ensino. Fizeram *infelizmente* triunfar: escrevo-o tal como o penso há muito tempo, e não porque considere estes manuais maus livros tecnicamente falando, mas porque contribuíram, mais que quaisquer outros, para substituir nos cérebros de várias gerações de estudantes (muitos dos quais se tornaram, depois, professores), a noção desinteressada de uma história «das relações», pela noção



pragmática[1] de uma «política histórica», isto é, de uma história que se contenta com compreender e fazer compreender, se possível (digamos, em toda a medida em que não é impossível), os motivos reais, profundos e múltiplos desses grandes movimentos de massas que tão depressa levam as colectividades nacionais a unir-se e a colaborar pacificamente, como as lançam umas contra as outras, incitadas por paixões violentas e assassinas.

Ora, estes motivos, é evidente que não devemos procurá-los apenas no humor, na psicologia e nos caprichos individuais dos «grandes», nem no jogo contraditório de diplomacias rivais. Há-os geográficos; há-os económicos; sociais também e intelectuais, religiosos e psicológicos; e creio bem que, quanto mais mergulharmos no passado — refiro-me ao dos Estados europeus modernos — mais o historiador se sente levado a atribuir influências aos factores pessoais de políticas que os textos apresentam sempre como conduzidas por soberanos mais ou menos absolutos, ou por ministros ainda mais absolutos que os seus senhores. Creio bem, também, que existem razões para consagrar ao que se pode denominar técnica diplomática um lugar proporcionado ao seu papel. Creio, enfim, que não é certamente vão o labor que conduz, à custa de dificuldades por vezes extremas e de um esforço crítico, sempre árduo, a datar, não pela semana, nem pelo dia, mas pela hora, por vezes, ou pelo minuto, negociações diplomáticas cuja influência pode ter sido decisiva sobre determinado acontecimento. Percebo tudo isto e, também, o que se poderia responder usando argumentos, não contrários mas complementares; e não deixo de dizer que intitular um livro *Manual histórico de política estrangeira* ou, mais elipticamente, *Manual de política europeia*, quer se queira quer não, é ficar acima da história viva de Estados «em carne e osso», de Estados «que informam» países feitos de terras e de águas, de florestas e de montanhas, mas também de homens que praticam determinados géneros de vida, habituados a certas formas de pensar, de sentir, de crer, tudo combinado em proporções tão variáveis que daí resulta, para cada país, uma fisionomia propriamente individual; é fazer pairar acima destas realidades a perpétua abstracção de uma política «estrangeira», de uma política «externa», de uma «grande política», se se preferir (pode-se escolher as fórmulas), isto é, de uma política «europeia» que se alimenta, no céu diplomá-

[1] Deveremos dizer, conscientemente pragmática? Cf. Émile Bourgeois, *Manuel historique de politique étrangère*, t. I, *Avertissement* p. 7 (Julho de 1892): «Outrora, quando os povos entregavam os seus destinos nas mãos das famílias soberanas, os filhos destas famílias, filhos e filhas, eram levados aos arquivos do Estado para aí serem preparados, pelo estudo do direito público e o conhecimento dos interesses tradicionais do Estado, para a tarefa que os esperava. Por toda a parte, hoje, onde a nação retomou a sua soberania, é a ela que pertence dar aos seus filhos estas lições.» As mesmas, inspiradas no mesmo espírito, baseadas nas mesmas considerações, derivadas dos mesmos princípios? É esta a questão; e a obra que citamos resolveu-a sem a ter posto.

tico, não de segundas intenções, como a *Chimère* do bom Rabelais, mas de caprichos reais, de fumos imperiais ou de «grandes designios» ministeriais.

E se se objectar: «Mas, existe realmente muitas vezes esse divórcio que você sublinha entre os interesses reais das nações e a grande política dos governantes», responderei que então obras que, por definição, silenciam este facto de capital importância, obras que parecem apresentar sistemas abstractos de diplomacia (elas mesmas consideradas como seres abstractos) como traduzindo os sentimentos unânimes, as ideias, as vontades e os interesses dos grupos nacionais em cujo nome esses diplomatas falam, escrevem e agem, estas obras, passam à margem do verdadeiro problema, do único problema que vale a pena ser posto. Isto, para não ter em conta senão o aspecto puramente científico do debate. Se nos coubesse colocarmo-nos, aqui, num outro ponto de vista; se nos fosse necessário falar de formação profissional ou de educação cívica, como certos autores, adivinha-se facilmente o que teríamos para dizer. Mascarar tais divórcios não é um grave erro, para não empregar palavras mais sonoras?

*

* *

Concluamos e resumamos numa palavra estas observações, ligadas livremente a uma obra da qual apreciamos a imparcialidade e a consciência.

Este *homo oeconomicus* ao qual sorriam complacentemente tantos economistas bem intencionados, foi quase completamente afastado do campo dos bons estudos, foi relegado para as solidões geladas em que «dominam» as fantasias escolásticas. Quando acabarmos de eliminar do mesmo campo o *homo diplomaticus* com as suas delicadezas protocolares, as fórmulas de saudação sabiamente graduadas e a detestável barbárie que as suas cortesias caricatas mal disfarçam, não se terá apenas assegurado, de um ponto de vista puramente científico (o único que conta aqui para nós, o único que deve contar para os historiadores), o triunfo da razão esclarecida sobre uma rotina dissecante; ter-se-á, por acréscimo, de um ponto de vista inteiramente prático, realizado uma boa acção, quer se trate de preparar para o seu futuro papel aprendizes de diplomatas ou simplesmente de esclarecer cidadãos livres.

Os nossos bisavós conheceram uma política tirada da Sagrada Escritura. Haverá lugar para ensinar aos nossos contemporâneos uma política tirada da história diplomática, no sentido estrito da palavra? Vejo aí que repetir e que contradizer. O que sei, sem dúvida alguma, é que esta política e a história são duas coisas distintas: a história que não isola arbitrariamente dos interesses fundamentais dos dirigidos, as vontades ou as veleidades dos dirigentes; a história que não sabe o que são nem a diplomacia em si, nem uma política sem ligação com a economia, nem uma economia que não reflicta, juntamente com a acção dos factores físicos e naturais poderosos, o papel, não menos ardente, destas forças espirituais ou psicológicas que se vê (ou que se sente) correr no meio de todas as manifestações de actividade humana, como o fogo entre as matérias explosivas, «infatigável e estridente».



## II

Quinze anos mais tarde. Aparece um livro na pequena colecção Armand Colin. Título: *A paz armada (1871-1914)*. Sinto-me um pouco embaraçado para fazer a sua crítica. É que este livro é um livro feito conscientemente por um bom universitário, habituado a um trabalho honesto e que se documentou nas melhores fontes.

No entanto, ele põe um problema de uma tal gravidade que é necessário examiná-lo sem ideias preconcebidas.

Não nos detenhamos no título. «Paz armada», é um sistema, no sentido estrito e restrito das palavras, que poderia merecer um estudo. Não se trata aqui deste estudo, mas de um resumo preciso de toda a história das relações diplomáticas que abrangem o período de 1871-1914: o que se chama, geralmente, o «período da paz armada». O que não quer dizer grande coisa, confessemo-lo. Porque a paz de depois de 1920 não foi menos «armada» que a paz anterior a 1920. E não me parece que a paz de depois de 1946 seja muito «desarmada». O importante, é que este livro claro, munido, à moda escolar, dos seus títulos, sub-títulos, parágrafos e alíneas, este livro situa-se, com demasiada exactidão, nos antípodas do que, para nós *Annales*, constitui o bom livro de história contemporânea.

*

* *

Geografia, nada. Não nos parece que o autor tenha sido influenciado, por pouco que seja, nem pelos trabalhos da escola geográfica francesa, nem pelos trabalhos dos geopolíticos alemães. E, todavia, é de preservar a sua virtude, quando nos encontramos em contacto com essas sereias germânicas; aliás, nem sempre há nisso grande mérito; ainda é preciso saber que elas existem quando se publica, em 1945, um livro, terminado em 1940, sobre estes problemas de «relações internacionais» que, evidentemente, não se desenrolam fora do espaço. O sentido geográfico de que Jacques Ancel dava testemunho no seu trabalho e pelo qual tentava renovar a história das relações diplomáticas — é necessário constatar que ele permanece totalmente estranho ao nosso autor.

Economia, nada. Oh, claro, uma palavra aqui outra ali, uma palavra acessória: a economia a reboque... — não será, então, pelos interesses económicos que, cada vez mais, o mundo toma partido, que as potências fazem o seu jogo?

«Qual é o sujeito?», perguntam os gramáticos quando mandam os principiantes explicar uma frase de César. A. Roubaud e com ele todos os que conservam esta velha e nefasta «história diplomática» respondem: «a diplomacia». Mas não! A diplomacia não é o sujeito. E os diplomatas não são os atributos do sujeito. O sujeito é o Mundo de 1871 a 1914.

O Mundo. Não digo a Europa. O Mundo, as suas descobertas, as suas vitórias, as suas paixões. Porque, durante os anos de que nos enumeram os conflitos diplomáticos, o Mundo fez-se. Quero dizer que um certo regime de vida, até então localizado em alguns países e neles confinado a certas regiões, a certos meios — um determinado regime de vida, de repente, universalizou-se, todos os homens de todos os países passaram a usar todos os produtos humanos, quer intelectuais, quer materiais: o fim definiu-se. Desprendido. Tende-se para isso. E isto implica permuta, permuta, mais permuta...

Portanto o Mundo. As suas paixões. Os seus apetites. As suas astúcias. A diplomacia nesse contexto? Um meio entre outros, um dos meios que emprega este Mundo selvagem, desregrado, veemente, apaixonado, atravessado por forças tão grandes que correm o risco de escapar, a cada instante, das mãos dos que as manipulam com prudência; um dos meios empregado por este Mundo, cujos grandes motores se chamam os capitais, o crédito, a indústria, os organismos de venda e de troca, para saciar as suas paixões, satisfazer os seus apetites, manifestar as suas astúcias. Um dos meios. Existem outros: a força aberta e brutal dos exércitos, a força dissimulada e corrosiva da corrupção e da propaganda.

Fechar os olhos a tudo isto; anunciarmo-nos tranquilamente que «as razões complexas dos acontecimentos e, em particular, os motivos que dirigiram os governantes permanecerem envolvidos em obscuridades que, às vezes, não se chegarão a dissipar»; hipnotizar-se e querer hipnotizar o leitor acerca dos «motivos dos governantes», que não são mais que anedota; agir como se as verdadeiras causas, as profundas, as causas mundiais, não estivessem lá, ofuscantes e certas — isto é, as grandes revoluções da técnica industrial, filhas, elas próprias, das grandes revoluções da técnica científica e geradoras das grandes revoluções da economia mundial —, é teimar num propósito. Um mau propósito.

Quando o nosso autor, ao tomar a defesa da diplomacia secreta, evoca com ternura esses técnicos dotados com o sentido das realidades que trabalham sob o controlo de ministros responsáveis, «ao abrigo das paixões e das utopias», pensamos sonhar. «Ao abrigo das paixões e das utopias?» Cabe-lhe a si, Laval, a você X, Y, Z (não citemos nomes tristes), «sob cujo controlo» imparcial, o controlo



«defectivo», o controlo desinteressado, esses deliciosos técnicos trabalharam tão bem... Nós, nós não vamos continuar. Este pequeno jogo pacífico anterior a 1940, este pequeno jogo que nos levou, a nós, aos nossos diplomatas e à nossa diplomacia, onde nos levou — este pequeno jogo durou, na realidade, bastante. Antes de 1940, poderíamos dizer, encolhendo os ombros: falta contra o espírito. Depois de 1940, devemos dizer: falta contra a França. Gritaremos tão alto, tão forte, quando for necessário. E repetiremos, sem cessar, a frase de Marc Bloch: *A derrota da França foi, antes de mais, uma derrota da inteligência e do carácter.*

*

* *

Depois de 1850, a França, que dominava, dirigia, orientava as revoluções no mundo — a França cedeu o lugar, sem dar por isso (ou apercebendo-se disso e glorificando-se por esse motivo). É que a revolução material nasceu e os Franceses, entrincheirando-se por detrás da sua velha filosofia da moderação, da sabedoria, da prudência, continuaram a fazer política, nada mais que política, sempre política. «Abaixo a Monarquia, viva a República! Abaixo a República, viva o Império! Abaixo o Império, viva a República! Abaixo a República, viva o Rei!» — fosse este rei um marechal. Resumo um tanto sumário, mas exacto, da história das ideias e das preocupações francesas depois de 1848. Ideias e preocupações quase unânimes.

No entanto, por grandes vagas sucessivas e cada vez mais furiosas, a civilização mecânica inundava o mundo. Que fazer? Saltar para a sua barca, empunhar os remos com mão viril, tomar a chefia do movimento. Pelo menos, a chefia espiritual. Procurou-se a França. Acabou-se por encontrá-la, a valente pequena França, tão sensata, tão razoável, tão modesta nos seus velhos hábitos de outrora, sentada no jardim da sua encantadora velha casa de família e com os dedos nos ouvidos para não ouvir nada, lendo e relendo os seus velhos clássicos. Os mestres da Moderação francesa.

Da Moderação ou da Mediocridade?

Sim, é impressionante. É mortal. A França escolheu. Escolheu a catástrofe. E esta escolha, ninguém a compreende. Procura-se a França onde ela devia estar. Não se encontra. Ela brinca com as velhas bonecas da avozinha. Sensatamente. Santamente. Estupidamente.

Pois bem! é necessário que isto termine. É necessário que os Franceses — e, antes de mais, aqueles que doutrinam os outros — olhem as coisas de frente. Quem conduz, pois, o Mundo? Os diplomatas? Os políticos? Ou antes estas duas elites que nos apresenta, em acção, o Sr. Chappey, no seu recente livro: aqui, os técnicos do espírito, literatos, artistas, moralistas; além, os técnicos da matéria,

fabricantes e negociantes; aliados, apesar dos motejos que podem lançar uns aos outros, às vezes, para se divertirem — aliados, unidos para governar o mundo há décadas?

*

* *

«Os partidários do materialismo histórico procuram sempre aumentar a parte dos factores económicos nos conflitos internacionais, em detrimento dos factores políticos e morais», escreve, habilmente, A. Roubaud, na página 212 do seu livro. Oh! céus, que vem fazer aqui o «materialismo histórico»? E que significa este equilíbrio ingénuo: «Sem dúvida... Mas, enfim»? O Mundo é o Mundo. Digam-nos: antes da guerra de 1914, não era de modo algum o que se tornou de 1920 a 1940. Mas já não era, de 1871 a 1914, o que fora de 1848 a 1870. Porquê? Por razões políticas? ou morais? De modo nenhum! Por razões económicas. Isto salta à vista.

E repito: dizê-lo em 1945, não é servir a inteligência e a história. É, para um Francês, servir a França.



**Pela Síntese contra a História-Quadro**

## UMA HISTÓRIA DA RÚSSIA MODERNA

### Em primeiro lugar a política?

Num breve Prefácio, Ch. Seignobos apresenta ao público francês uma *História da Rússia* em três grandes volumes [1], cujo projecto concebeu e cuja execução dirigiu com Ch. Eisenmann, e em primeiro lugar com Paul Milioukov, historiador muito conhecido da civilização e do pensamento histórico russo: obra colectiva de homens habituados à prática do trabalho histórico e numa situação mais ou menos delicada relativamente ao actual regime da sua pátria, que quiseram fazer os leitores franceses beneficiar de um saber e de uma competência incontestáveis.

É preciso aplaudir a iniciativa tomada pelos directores. Como *História da Rússia* não tínhamos em França senão o manual de A. Rambaud, que foi novo no seu tempo: inútil dizer que hoje está datado. É portanto com muita esperança que nos precipitamos sobre os três grandes volumes que a Librairie Leroux fez sucederem-se rapidamente. Depois... Não quero dizer que fiquemos desiludidos. É uma palavra muito forte. Mas depressa se torna evidente ao leitor que essa grande tentativa não vai prestar, longe disso, os serviços que se esperava. De tal maneira que, por vezes, nos sentimos tentados a crer que os tipógrafos se enganaram ao imprimir 1932 na capa: por instinto, dir-se-ia 1902. Porquê?

Em primeiro lugar, a *História da Rússia* propriamente dita começa na página 81 com o artigo de Miakotine que introduz na história da Europa Oriental, por volta do século VII, as tribos eslavas. Página 81, o século VII; na página 150, já Ivan, o Terrível (1533-1584); na página 267, Pedro o Grande! Recapitulemos: uma história de 1416 páginas, em três volumes; 200 páginas para dez séculos (VII-

[1] Paris, Ernest Leroux, 1932, 3 volumes in-8.° de XX-438, 439-828, 829-1416 páginas. O título anuncia: *Histoire de la Russie, des origines à 1918*. Na realidade, todo o período contemporâneo, após a morte de Alexandre II, é resumido em algumas páginas.

-XVII) contra 1140 para dois séculos e meio (1682-1932)... Assim, quando se lê na página XI a frasezinha de Ch. Seignobos assegurando com serenidade «que se manteve um equilíbrio judicioso tanto entre os períodos sucessivos como entre as matérias de diferente natureza», é escusado sabermos que o prefaciador cultiva voluntariamente a ironia, pois nem por isso deixamos de esfregar os olhos.

E o pior, é que Ch. Seignobos justifica! Porque se nos tivessem dito: «Desculpem! os tempos são duros; os editores são terríveis; meteram na cabeça que a história do mundo (a que recompensa) começa em 1900; que querem fazer contra isso?»; ou ainda: «Não temos colaboradores para esses períodos, que requerem verdadeiros especialistas; desculpem...» — ter-nos-íamos queixado, porque assim nos privavam daquilo com que mais contávamos. Daquilo de que temos uma necessidade evidente.[1] Mas enfim, ter-nos-íamos curvado: motivo de força maior! Nada disso! Ch. Seignobos empenha-se em defender a sua causa. Não se vos diz nada, explica ele categoricamente, porque não há nada a dizer, em primeiro lugar por «falta de documentos» e em segundo lugar por «falta de acontecimentos»... Ah! isso só não basta; e se é um sistema, deixem-me dizer: é detestável.

«Não há acontecimentos». Então convida-nos a identificar, de muita boa fé, «história» e «acontecimentos»? E, majestosamente sentado nessa imensa balbúrdia de papéis feitos de serradura, azulados (que ao fim de dez anos se tornam brancos) com anilina, a que chama os seus «documentos», proclama: «A história de dez séculos é incognoscível?» Perdão! É tudo o que há de mais cognoscível. Todos os que dela se ocupam o sabem, todos os que se esforçam não por transcrever do documento mas por reconstituir o passado com todo um jogo de disciplinas convergentes que se apoiam, escoram e substituem umas às outras: e o dever do historiador, é precisamente ajudar o seu esforço, descrevê-lo, promovê-lo o mais possível, não é justificar uma preguiça real e uma lamentável vista curta, proclamando, da ponta dos lábios desdenhosos: «Nada a fazer...»

Isto no que respeita ao equilíbrio entre os períodos. Mas o doseamento das «matérias», como se diz em farmacologia? É preciso confessar que não é mais feliz. Política em primeiro lugar! Só um Maurras o diz... Os nossos historiadores vão mais além: aplicam-no. E é mesmo um sistema. É mesmo, talvez, um contra-sistema? Mais uma vez, Ch. Seignobos entoa o hino em honra da história-quadro — que é a história-compêndio. Aqui está um homem que os anos não gastaram! Os autores, explica-nos o Prefácio (p. X), «pretenderam apresentar um quadro histórico de todos os aspectos da vida russa: regime político interno e política exterior; movimento da população e organização da sociedade; agricultura, indústria e comércio; letras e artes, ciências e ensino». E, mais longe, este programa: «Apresentar separadamente e sucessivamente os grupos de factos de naturezas diferentes, política, social, económica, intelectual.» É o que eu tenho o costume de chamar «o sistema da cómoda», a boa velha cómoda de mogno, glória dos larzinhos burgueses. Tão bem arrumada e em tão boa ordem! Gaveta de cima, a política: «a nacional» à direita, «a internacional» à esquerda, nada de confusão. Segunda gaveta: canto direito, «o movimento da população»; canto esquerdo, «organização da sociedade». (Por quem? pelo poder político, imagino, que domina, regula e governa tudo do alto da gaveta n.º 1.) É uma concepção; tal como pôr «a economia» depois da «sociedade»; mas não é nova. Eu era um rapazinho que andava à procura de si próprio, melhor ou pior, quando apareceu na *História de França* dita de Lavisse, o *Século XVI* de Henri Lemonnier. Ainda me lembro da minha cândida emoção (eu tinha vinte anos!) quando descobri com horror que o autor, com santa simplicidade, tratava das «classes» da sociedade antes de nos falar da vida económica... Depois disso, trinta e cinco anos passaram; e medimos o progresso ao ver que, depois de ter encaixado, triunfalmente, a organização da sociedade na segunda gaveta, a *História da Rússia* arruma na terceira... os fenómenos económicos? Não, mas as três velhas em pessoa, as três irmãs-de-leite, se preferirem: a Agricultura, a Indústria e o Comércio, a que se seguirão as Letras e as Artes. Oh! comício agrícola de Yonville! Só que, em Yonville, o Comércio vinha à cabeça; na *História da Rússia*, põem-no-lo no fim. Não é natural, no caso de um país onde, imagino eu, deve ter-se tratado em primeiro lugar de... vender, tanto localmente como no estrangeiro, os produtos de uma agricultura cedo a trabalhar para a exportação, e de uma indústria a seguir-lhe as pisadas? História-quadro, são golpes dos teus...

De facto, não temos uma *História da Rússia*. Temos um *Manual de história política da Rússia, de 1682 a 1932*, encabeçada por uma Introdução de algumas 200 páginas, que comporta um *Rückblick* sobre a Rússia com Pedro o Grande. Dentro destes limites está tudo bem. E devemos mostrar-nos contentes com o que nos é dado. É evidente que, no quadro tradicional dos reinados, os colaboradores de Paul Milioukov e o próprio Milioukov souberam compor uma narrativa muito precisa e suficientemente alimentada pelos «acontecimentos» da história russa — acontecimentos políticos, com incursões mais ou menos breves nos acontecimentos económicos, sociais, literários e artísticos, na medida em que eles são comandados pela acção política dos governos. Mas...

Mas aí está: têm diante de vocês a Rússia. Eu não a conheço *de visu*, como dizia o outro, nunca a estudei especialmente; no entanto, tenho a ideia de que a Rússia, a imensa Rússia ligada à terra e camponesa, feudal e ortodoxa, tradicional e revolucionária, é bastante poderosa? — Ora, abro a *História da Rússia:* czares gro-

[1] Reabramos a pequena obra-prima de Henri Pirenne sobre as cidades na Idade Média, e encontraremos, na simples leitura das páginas, alguns exemplos de como pode servir a história da Rússia para a compreensão da história europeia medieval.

[illegible], salões do [illegible], tragédias de palácio; ministros concussionários; burocratas-tagarelas; ukazes e prikazes à discrição. Mas a vida forte, original e profunda daquele país: a vida da floresta e da estepe, o fluxo e refluxo das populações móveis, a grande maré de ritmo irregular que rebenta por cima do Ural até ao Extremo Oriente; e a vida poderosa dos rios, os pescadores, os seus instrumentos, a sua técnica, a rotação das culturas, o apascentamento; a exploração florestal e o papel da floresta na vida russa; o funcionamento do grande domínio; a fortuna da nobreza em terras e o seu modo de vida; o nascimento das cidades, a sua origem, o seu desenvolvimento, as suas instituições, os seus caracteres; as grandes feiras russas; a lenta constituição do que chamamos uma burguesia — mas houve alguma vez uma burguesia na Rússia? —; a tomada de consciência por toda esta gente de uma Rússia evocando neles que representações precisas, e de que ordem? étnica? territorial? política?; o papel da fé ortodoxa na vida colectiva russa e, se aí couber (se não couber, digam-no), na formação individual das consciências; as questões linguísticas; as oposições regionais e os seus princípios — que mais sei eu? Sobre tudo isso, que surge diante de mim sob a forma de pontos de interrogação, sobre tudo isso que é para mim a própria história da Rússia: quase nada, nessas 1400 páginas. Serei um anormal, um fenómeno de feira, um monstro? Mas a Senhora Krudner e as suas relações com Alexandre, e essa czarina que era filha de um taberneiro, e a outra que gostava de homens bonitos, e toda essa miscelânea anedótica: não, a história não é isso.

A História é o que não encontro nesta *História da Rússia*, que por isso nasce morta.

E, deveremos dizê-lo, se bem que seja delicado? Talvez insuficientes aberturas sobre o presente e o futuro russos.

Um breve capítulo expõe o que se passou na U.R.S.S. depois de Outubro-Novembro de 1917. Esforço de objectividade certo. Acrescento: meritório, pois estas páginas são assinadas por Milioukov. Mas, dever-se-ia pedir precisamente a ele estas páginas, a Milioukov, que foi autor na tragédia? Tratava-se de quê? De fazer compreender. Nem mais nem menos. Ora, não há compreensão verdadeira, apesar de todos os esforços, onde há marca necessária e fatal de simpatia.

Se quisermos saber o que verdadeiramente anima os homens que desde há dezasseis anos têm a rude incumbência de pilotar a barca da U.R.S.S. sobre vagas terrivelmente agitadas — os homens que bordejam, tropeçam, hesitam, se ferem e por vezes se destroem entre si, mas resistem, e apesar de tudo amassam com uma bela força a massa humana — perguntá-lo-emos a dez observadores franceses, ingleses, americanos ou outros, que viram e fazem ver, e aliás se contradizem (felizmente!) em muitos pontos, mas estão de acordo noutros — e deixam todos uma impressão de vida, de força, de acção



tensa e de vontade criadora que, é preciso dizê-lo, satisfaz o espírito: porque enfim, explicar a história pelo nada, é uma aposta? Não se perguntará nada disto à *História da Rússia* — tudo isto que, mais uma vez, para mim se chama história — não se lhe pedirá, mais uma vez, senão um resumo de acontecimentos políticos, vistos por um dos seus actores.

## Contra o torneio vão das Ideias

### UM ESTUDO SOBRE O ESPÍRITO POLÍTICO DA REFORMA

Um livro espesso, publicado recentemente por Picard, foi-me enviado com o pedido de dar conta dele nesta Revista. [1] Eis-me muito embaraçado. Porque é obra de um espírito curioso, desejoso de compreender e a quem a história das ideias interessa por si mesma. Testemunha, aliás, um trabalho inconsiderável, leituras sérias e longas, reflexões prolongadas. Mas, na realidade, sou o menos indicado possível para falar dele aqui.

Lagarde mandou imprimir um volume de 486 páginas. É muito, parece. Imagine-se, no entanto, o que pretende abarcar? Eis a Introdução: trata «do pensamento político na Idade Média»; não é um tema pequeno. Eis o capítulo I: «O ponto de vista político da Reforma», e Lagarde vá de passar em revista, recapitulando, um após outro, o pensamento político de Lutero, de Zuinglio, de Calvino, o dos camponeses da Alemanha, revoltados em 1525 (chama-lhes, não sei porquê, os Rustauds, do nome que lhes deram na Lorena); não esquece o pensamento político dos anabaptistas, nem o dos monarcómacos: matéria para provocar, com razão, calafrios. — Depois do que ataca a teoria do Direito dos reformistas; a sua concepção do Estado; a sua noção de Soberania. Procura, em seguida, determinar o lugar que ocupam as ideias individualistas na filosofia e na eclesiologia dos reformadores. E eis de novo o desfile de alguns pequenos problemas: o livre exame; liberdade cristã; sacerdócio universal... Compreende-se o sentimento de mal-estar que experimento ao fechar este livro? O assunto é daqueles que, segundo os gostos e os talentos, se trata em duzentas páginas, sem notas, quando se reflectiu sobre ele vinte anos. Ou em seis volumes de quinhentas páginas, quando se lhe dedicou a vida.

[1] Georges de Lagarde. *Recherches sur l'esprit politique de la Reforme*, [illegible]



Não é apenas porque sobre tantas questões, cada uma das quais é suficiente, pela sua amplidão, para assustar um historiador, Lagarde, apesar de toda a sua boa vontade, não nos pode dar senão considerações superficiais. Trata-se, para mim, de uma questão de método. Este livro fundamenta-se num certo número de livros. Escolhidos, naturalmente, e com muita consciência — apesar disso, arbitrariamente — sobre os quilómetros de prateleiras destas bibliotecas formidáveis: a luterana, a zuingliana, a calvinista, para não falar das restantes. Tendo lido estes livros, Lagarde aplicou-lhe os recursos de uma inteligência clara, lúcida, leal. Como ele próprio o diz, numa fórmula muito clara: «Ao agrupar os materiais antigos, tentei compreender.» É aí que está a dificuldade.

Compreender? Podemos compreender extraindo directamente dos livros as ideias políticas dos reformadores, comparando-as, observando-as, observando as suas combinações possíveis, as suas contradições subtis, as suas consequências prováveis. Mas não é isso que um historiador chama compreender. Para ele, compreender não é clarificar, simplificar, reduzir a um esquema lógico perfeitamente claro: traçar um desenho elegante e abstracto. Compreender, é complicar. É enriquecer em profundidade. É ampliar gradualmente. É unir à vida.

Circunscrever com um golpe de bisturi bem afiado o compartimento das «ideias políticas» no cérebro de Lutero (mas Lutero é apenas um cérebro?), no de Zuinglio, no de Calvino (e a mesma questão, prejudicial, põe-se aqui também); retirá-lo, em seguida, separando-o de tudo quanto o rodeava, de tudo quanto o enquadrava, cortando as artérias e os nervos que lhe davam a vida — e, depois, descrever esta coisa morta como se não se lhe tivesse retirado a vida: nunca um historiador poderá aderir a semelhante método. Ainda que, desde há anos, ele seja aplicado com o maior sucesso académico, por homens que são considerados (e que se consideram) mestres. Mas ao ler os seus escritos — aqueles em que se inspirou Lagarde — sente-se precisamente um mal-estar que vos confirma a ideia de que se é «historiador»... Vê-se, agora, a razão do meu embaraço em dar contas do livro de Lagarde.

Abra-se na primeira página. Contém o resumo da Introdução. E este resumo começa assim: «As três origens do pensamento político da Idade Média: a filosofia escolástica e a teologia; o Direito romano e os legistas; os Canonistas». Pois quê! São estas as origens do pensamento político da Idade Média, as únicas, e não existem outras? Este pensamento não se alimentava senão de livros, ou sobretudo de manuscritos, de tradições livrescas e de especulações doutrinais? Os homens deste tempo, entaipados em bibliotecas hermeticamente fechadas aos barulhos do exterior, não se inspiravam senão nestas «tradições», o ensino dos jurisconsultos romanos e a tradição patrística? Compreendo que Lagarde acrescente: «Colaboração das ideias e dos factos.» Compreendo que ele indique, na página 13, que, «mais ainda do que nas universidades, era nos campos de batalha e nas chancela-

rias que o renascimento do Estado se tinha produzido». Mas existe mais alguma coisa que os campos de batalha e as chancelarias e que é preciso ter em conta — se se quer «compreender».

E, de modo semelhante: Lutero, Zuinglio, Calvino, os anabaptistas, os camponeses, os monarcómacos, todos, simultaneamente, todos no mesmo saco, se ouso dizê-lo, serão todos representantes desta abstracção personificada, *a* Reforma? Quando leio o pequeno resumo de história das páginas 114-115: «o mundo reformado», deslocado e desprovido de orientação em 1530, porque Lutero está absorvido com a organização da Igreja de Saxe, Zuinglio derrotado em Cappel, Estrasburgo ocupada pelos doutores divergentes; e depois, bruscamente, quando «a Reforma se esboroava», Calvino surge: «Com Calvino inicia-se uma nova fase da sua história... A Reforma retoma-se e organiza-se à volta de uma doutrina mais intelectual. Definha, mas fortifica-se outro tanto. Rompe com o espírito do luteranismo indeciso e difuso», etc. — Tenho medo de já não compreender. O quê? Calvino foi, por conseguinte, o coveiro do luteranismo; foi ele, «com a sua mão latina», que sepultou o bebedor de cerveja de Wittemberg? Mas que imaginação! Visivelmente, Lagarde não se preocupa, no seu livro, com procurar as origens profundas, todavia singularmente heterogéneas, da Reforma francesa, da Reforma alemã, da Reforma de Zurique — para empregar denominações étnicas que não satisfazem mais que as denominações de pessoas. Não acredito que o nome de Lefèvre d'Etaples seja citado em todo o seu livro. *A Reforma*, para o autor, parece ser uma invenção de Lutero, do alemão Lutero, que causou admiração ao suíço Zuinglio; quando aconteceram a estes dois protagonistas desgraças que ameaçavam a Reforma de divisão, a singular, a única — apareceu, então, João Calvino, que a salvou temporariamente, latinizando-a. Eis na verdade, em 1926, uma estranha concepção! Onde está pois, em todo este livro, a preocupação com os meios tão diferentes, em que radicavam homens, eles mesmos também diferentes pelo seu nascimento, pela sua origem social, pela sua formação, pela sua nacionalidade, pelas experiências vividas, pela própria época, como um Lutero, um Zuinglio, um Calvino? E como «compreender» estes homens se os isolarmos, deste modo, de tudo o que os explica — de tudo quanto nos dá conta, ao mesmo tempo, das suas semelhanças profundas e das suas diferenças radicais?

Comentando numa nota (p. 114) um texto muito conhecido de Florimond de Raemond, Lagarde diz-nos que «Estrasburgo era o refúgio de *todos os adeptos* franceses do luteranismo». Somos nós que sublinhamos esta fórmula curiosa. Não nos espanta encontrá-la em Josse Clichtoue ou no nosso mestre Beda: trata-se de um combate leal. Mas aqui, neste livro? Todos os adeptos... é muito. Ou muito pouco. Porque, afinal, quais foram os refugiados franceses de Estrasburgo, os que contam? Lefèvre d' Étaples; Gérard Roussel; Guillaume Farel; João Calvino. A qual destes quatro homens, tão diferentes de resto, se aplicaria correctamente a fórmula de Lagarde: «Adeptos franceses do luterismo?» — Compreendemos agora, imagino, a natureza das reservas, de qualquer forma prejudiciais, que nos inspira o livro de Lagarde. Reservas de método e, se se quiser, de princípio. Reservas de instinto para um historiador aplicado a cultivar em si o gosto e o sentido das diferenças específicas — tão fecundas.



Dir-me-ão que me alonguei demasiado sobre um livro cuja concepção, mais que a execução, levanta críticas — mas críticas que não se dirigem especialmente ao leitor. É possível. Mas existe tanto ardor e boa vontade neste espesso volume, que nos irritamos por ver desperdiçar forças que, concentradas sobre um objecto bem delimitado, escolhido sem excesso de ambição nem de timidez, teria podido produzir excelentes efeitos.

Quanto a discutir as teses do autor, acabo de dizer, precisamente, porque não me sinto inclinado a fazê-lo. Não sou controversista. Esforço-me por ser historiador. Não incrimino as intenções de Lagarde, mas, mais uma vez, o seu método. Pela minha parte, há trinta anos que estudo, com paixão, o século XVI. Todos os assuntos, tão numerosos, tão grandes, tão prodigiosamente variados, que Lagarde aborda sucessivamente, com uma bela intrepidez, apressado, a correr de Gerson a Grotius, seguindo as pisadas de Figgis — mas não sou de ideias curtas. É tão fácil, relativamente, ter ideias. Mas estarei certo de «compreender»? Não alimento uma ilusão tão grosseira.

Ideias que não passam de ideias — pode ser agradável fazê-las colidir com as de um elegante parceiro quando nos sentimos com veia para discutir; iludir-se a si próprio, eis o verdadeiro perigo — mesmo quando as apoiamos, segundo receitas conhecidas e de percurso fácil de seguir, sobre algumas destas citações que não dizem nada porque dizem tudo, e que retiradas do seu meio permanecem sem raízes, como que esvaziadas da sua seiva. O individualismo não é «o eixo da revolta dos reformadores», afirma, um tanto bizarramente, Lagarde. Esta proposição parece-me tão verdadeira e do mesmo género de verdade que a proposição diametralmente oposta. *Flatus vocis*. Trata-se de compreender. Não digo apenas de definir o que se entende por individualismo, mas compreender os homens da Reforma. E se se compreende verdadeiramente em profundidade um Lutero e um Calvino; se se compreende o que eram a fé e a intensidade do sentimento religioso que os abrasava; se se restituem, por detrás das frases que proferiram, os sentimentos que os moveram, as ideias que os determinaram — como estas controvérsias, estes choques de ideias, estes dilemas triunfantes, todo o arsenal de uma dialéctica jurídico-escolástica que caducou no mesmo momento em que se imaginava em plena prosperidade — como tudo isso, na verdade, parece ocioso! Escrever que «toda a mensagem espalhafatosa de liberdade» dos reformadores «se reduzia, em definitivo, ao direito de sacudir o jugo romano para encontrar um outro senhor» — é simplesmente mostrar até que ponto nos preocupamos pouco com descer à intimidade da consciência luterana. É cometer, exactamente, o

género de equívoco que Lagarde censura aos ingénuos que tomam Lutero por «pai do livre exame e da razão moderna».

De facto, para me interessar por este choque de fórmulas que retém a atenção de Lagarde, seria necessário que eu me despojasse de todos os meus hábitos de espírito. Ou então, que, sentando-me na mão de um destes guias impossíveis de encontrar, que não se encontram senão uma ou duas vezes na vida e que se seguem com delícias mas não sem um secreto terror — eu fosse tentado a fazer às minhas alegrias de letrado o sacrifício temporário dos meus escrúpulos de historiador.



## Nem História de Tese nem História-Manual

### ENTRE BENDA E SEIGNOBOS

É um facto bastante curioso, se reflectirmos nisso, a espécie de timidez com que durante um meio século, em França, historiadores de valor evitaram, não dizemos «os grandes temas» — a expressão tem desagradáveis ressonâncias académicas — mas, se se preferir, os amplos temas, os que ultrapassam o quadro estrito da monografia.

Não procuremos longamente as causas desta carência. Seria necessário, para as descobrir, empreender a história da história em França, de há mais de meio século para cá. Salientemos, simplesmente, um dos sinais impressionantes desta renúncia: a ausência de Histórias de França no sentido tradicional da palavra.

Nada de individual e também nada de colectivo. A última tentativa, a de Lavisse, terá tido êxito na livraria, terá podido suscitar uma autêntica obra-prima, o *Qaudro geográfico* de Vidal de la Blache: também não deixou de produzir uma obra sem unidade de concepção, que se iniciou sem vida — uma colecção de volumes que limitou a sua ambição a munir os candidatos com noções utilitárias. Com essas e não com outras. De modo que se o público propriamente dito foi induzido a comprar estes volumes — foi um abuso. Respondem mal às verdadeiras curiosidades pragmáticas, eram incapazes de suscitar novas, de alargar o horizonte de leitores cultivados, pondo-os a par do trabalho que, silenciosamente, os melhores investigadores prosseguem, longe dos locais em que se fala demasiado.

A este respeito dá gosto ouvir gritar os nossos historiadores: «Ignoram-nos! Põem-nos à margem!» — e, no entanto, os editores empanturram de «vidas romanceadas», de «indiscrições da história», de «aspectos secretos» e de «revelações» adulteradas um público ávido de ser enganado. É verdade. Mas, antes de mais, as vossas censuras contra toda esta confusão parecem sem fundamento. Erros, dizem vocês: não é essa a questão. Pequenos e grandes livros que vos inflamam tanto, serão de uma admirável exactidão quanto às datas e aos factos: em que é que esta correcção deveria desarmar as críticas?

Reprovam-lhes o manterem no público a ilusão de que são «história» e que o que eles contêm é, precisamente, a história: ilusão que mesmo bons espíritos [1] partilham. E para que as vossas censuras tenham êxito, façam vocês próprios história, verdadeira história, não nas vossas bibliotecas interiores e para vinte especialistas: diante do público, em público. Pedem-vos um passado inteligível, a Humanidade viva e verdadeira: deixem de nos oferecer manuais escolares.

Ora, na minha frente, dois pequenos volumes, com o formato de romances [2]. Obra, quer de um ensaísta que tenta com boa vontade caminhos novos; quer de um profissional reputado da pedagogia histórica. Ambos, com algumas semanas de intervalo, nos oferecem uma História de França. Oh! com os escrúpulos que as palavras traduzem: *Esboço* aqui, e ali *Ensaio*; mas, enfim, em letras gordas, negras ou vermelhas, lê-se bem: *História dos Franceses* e em seguida, *História da nação francesa*. Ter-se-ia interrompido a prescrição? Vejamos, sem preconceitos.

## I

O ensaísta, Julien Benda. Inútil relembrar o seu gosto pelas lutas de ideias. Desta vez é nos historiadores que pensa, um pouco triste, o analista de *Fim do Eterno*. Reprova-lhes, também ele, os seus silêncios e, entre tantos assuntos importantes que silenciam, assinala-lhes um, ao qual não falta envergadura.

Uma grande nação — e, nomeadamente, esta nação francesa cuja história se desenrola durante mais de vinte séculos já — como é que ela se fez através dos séculos? Não é apenas o problema do patriotismo, acerca do qual continuamos a não possuir senão declamações ou indicações mal ligadas. É o problema fundamental da nação, tomado corpo a corpo e com uma energia vigorosa. Quem a forjou na safra dos séculos? Os seus chefes, os seus reis, como se diz muitas vezes? Ou, formando corpo e grupo, a totalidade dos seus membros, animados por uma obscura mas poderosa vontade colectiva? «A formação actual dos franceses em nação, responde Benda (p. 16), é o resultado de *uma vontade* que tiveram, e que tiveram desde cedo

[1] Será necessário lembrar os vibrantes ataques de Paul Valéry (*Regards sur le monde actuel, 1931*), diremos contra a história? Contra o que o grande público chama história, está bem; mas será isto a história? É essa a verdadeira questão.

[2] Julien Benda, *Esquisse d'une histoire des Français dans leur volonté d'être une nation*, Paris, Gallimard, 1932, 271 pp. in-16 — Charles Seignobos, *Histoire sincère de la nation française, essai d'une histoire de l'évolution du peuple français*, Paris. Rieder, XII 520 pp.



— e não, como o ensina uma certa escola, de uma série de transformações por eles efectuadas, de certo modo mecanicamente, sob a pressão de forças exteriores e fora (pelo menos durante longos séculos) de qualquer tendência, mesmo inconsciente, para o organismo que nos apresentam.»

Vê-se a amplitude da proposição e tudo o que ela implica. Mas não é intenção de Benda descrever os factos em todos os seus pormenores. Não é historiador, di-lo prudentemente. O seu objectivo? Sensibilizar os historiadores; levá-los a realizar o trabalho que delineia; levá-los, sobretudo, a tomar consciência da necessidade de o fazer. Existiria uma maneira absurda e desleal de criticar o seu livro; esquadrinhar, página por página, com a aspereza do pequeno negociante de história que teme a concorrência. — Haveria uma outra forma, essa perfeitamente legítima: retomar o seu plano, ponto por ponto, aprovar, criticar, corrigir, retocar... Mas isso seria querer pintar uma «História dos Franceses» por sua conta. — Limitemo-nos a um exame do método e das ideias, pois a isso nos convida o próprio autor. À sua tese, segundo pensa (p. 32), encontrará «duas espécies de opositores»: aqueles para quem a história é apenas obra dos indivíduos; e os que vão declarar: «Aceitável, ao que se refere aos tempos modernos; mas quanto à Idade Média e à Alta Idade Média e às origens, não, mil vezes não». Perdão, mas eu peço para me inscrever numa terceira categoria.

Não sou daqueles para quem a história «é apenas obra dos indivíduos». Ela é, a meu ver, obra dos indivíduos e dos grupos, para usar, propositadamente, uma palavra muito geral. O indivíduo histórico — como já esclareci anteriormente [1] — *a personagem histórica*, mais exactamente, desenvolve-se em e pelo grupo. Desprende-se dele temporariamente e aponta-lhe caminhos novos. Mas para realizar a sua tarefa — a de um fermento que faz levedar a massa humana —, é necessário que mergulhe nela, o mais cedo possível, que se reincorpore no grupo; e assim, para usar uma linguagem corrente, dizemos recuo, e mesmo retrocesso. Recuo que o que se evade temporariamente efectua por si mesmo; ou pelos discípulos; ou pela doutrina que a massa, após uma recusa mais ou menos demorada, a que se segue, às vezes, uma aparente aceitação literal, não assimila a não ser depois de a ter retocado, repensado à sua maneira, transformado de modo a poder assemelhar-se-lhe...

Pertenço, ainda menos, àqueles que dizem, ingenuamente: tudo o que vive e conta na história da Humanidade data do «início dos

[1] *L'individualité en histoire, le personnage historique* (Terceira Semana Internacional de Síntese). Paris, Alcan, 1933, in — 16, pp. 123-138). Lembro também tudo quanto em *Un destin, Martin Luther* (Paris, Rieder, 1928, in — 16; 3.ª ed., Paris, Presses Universitaires, 1951, in — 8.º) se refere ao problema das relações da personagem histórica com a colectividade em História.

tempos modernos». Penso compreender um pouco o nosso século XVI. Creio que se pude dar dele, nalguns aspectos, uma representação plausível, foi porque reagi sempre, com todas as minhas forças, contra a ideia pueril de que ele correspondia a «um começo».

A minha atitude é simples. Gostaria de pensar que esta é, exactamente, a atitude do historiador. Diante de mim, uma tese. Uma tese metafísica, precisemos [1]. Pouco me importa. Não vejo nisso, pessoalmente, senão uma hipótese de trabalho. E ponho mãos à obra com os meus utensílios e a técnica do meu ofício. O que é *por* ou *contra*? Maneiras bombásticas de falar. Sob que condições, historicamente falando, e em que condições pode a hipótese ser considerada como respondendo a uma realidade? É esse o problema.

*

* *

«E creio, diz, que o desejo de formar uma nação existiu em França não somente nos últimos tempos, nos séculos modernos, mas muito antes.» Não interessa «nem a sua crença», nem a «descrença» dos que o contradizem. Mostre-nos *como* é que a coisa pôde ou não pôde realizar-se e segui-lo-emos.

«Não possuo outra prova, afirma (p. 34), a não ser o contentamento que, no dizer dos historiadores, os Franceses parecem ter manifestado de cada vez que se realizava uma das condições que permitiam formar, pouco a pouco, a nação: união de territórios, progresso da autoridade central, subtracção ao domínio do estrangeiro.» Detenho-me francamente nesta última palavra: o «estrangeiro» teria sido uma noção constante através de toda a história de um país como a França? O «domínio do estrangeiro» — J. Benda fala noutro lugar (p. 16) da «resolução tomada pelo estrangeiro de se apoderar da terra dos Franceses» — como é que os Franceses puderam, verdadeiramente, conceber nas diversas épocas este domínio? Exactamente assim, com o cortejo de ideias jurídicas e políticas precisas que a acompanha necessariamente, nos nossos espíritos, poderá esta expressão traduzir as maneiras de ver e de sentir tanto dos conterrâneos de Clóvis como dos soldados do ano II, dos súbditos de Carlos Magno e dos soldados franceses de 1914? E estas outras

[1] «Esta vontade de um conjunto de homens que eu assimilo a uma vontade individual, que transcende as vontades das suas partes... e, sobretudo, um produto do poder de abstracção do meu espírito, uma noção de ordem metafísica. Ela existe, necessariamente, em todo o homem que fala da história da França, da «vontade secular da França», ainda que os que usam esta linguagem professem, as vezes, o maior desprezo pelas noções abstractas e pretendam «não conhecer senão os factos». O nosso único valor nesta obra consiste talvez em, sendo metafísicos reconhecermos que o somos.» (Benda, p. 39). Observemos simplesmente, de passagem, que entre as duas fórmulas, «a historia da França» e «a vontade secular da França», existe uma lacuna. Não levantam ambas as mesmas questões.



fórmulas, tão claras para nós, *união de territórios e progresso da autoridade central* — não esconderão, numa «História de França» das origens aos nossos dias, a ausência de outras expressões, as únicas inteligíveis para gerações inteiras desses Franceses «que fizeram a França»: submissão ao senhor natural, respeito religioso pela pessoa sagrada do rei, afinidades de costumes, de falares, de convivência, de devoções, etc.?

Analise mais uma vez. Elabore os seus quadros de ausência e de presença. Não está em frente da Esfinge. Ninguém o come se não encontrar a palavra. Mas o seu trabalho será vão, o golpe da sua espada não cortará a não ser a água límpida, se você nos pedir, a nós historiadores, para resolvermos problemas históricos com afirmações lógicas — ou ainda, recorrendo aos velhos mandamentos de uma «psicologia de nação» que se supõe imutável através de vinte séculos, e não pelo estudo das reacções específicas dos homens das diversas épocas, estudadas em si mesmas e por si mesmas. Reacções humanas, entenda-se, e o homem permanece o homem. Reacção de grupos em que, a maior parte das vezes, contamos os nossos antepassados, e que, por conseguinte, são nossos parentes próximos no tempo. Mas no tempo e *mutatis mutandis*: o que há para «mudar» é imenso, e esta vasta margem entre passado e presente é, precisamente, o nosso domínio, o nosso campo de pesquisa e de acção.

«Nação», escreve. Mas o que é isso, nação? De quando data a palavra? Que sinónimos a acompanharam? E como se distinguem dela? Sobretudo, que realidades acumularam sucessivamente os Franceses, por detrás desta palavra? Enquanto não responder ou tentar responder a estas perguntas, *nada* terá dito para um historiador. Apenas terá reforçado a tendência para tornar as palavras mais claras, hoje, para os homens de hoje, como outros tantos veículos confortáveis e seguros para remontar, bem sentados, o curso dos séculos, sem ter necessidade de mudar de lugar ou de transporte. Constantes históricas, compreendo. Não oponho, de modo nenhum, o «atomismo» deste ao «continuismo» daquele. Mas há duas maneiras de trazer à luz as constantes históricas. Uma delas, a metafísica; a de Bossuet, por exemplo, uma vez que Benda cita Bossuet [1]. A outra, a histórica. Quando procuramos saber o que teria sido para um homem do século XII ou XIV o equivalente das ideias, sentimentos, reacções de todo o género que para nós, homem de 1933, significa a expressão «resistência ao domínio do estrangeiro», ou ainda «à resolução tomada pelo estrangeiro de tirar a sua terra aos franceses», não ignoramos uma constante. Simplesmente, recusamos basear uma continuidade num anacronismo. Repelimos a solução de facilidade dada ao verda-

[1] «O *continuismo* sistemático de Bossuet não é, talvez, um erro maior que o atomismo não menos sistemático de Stendhal» (obra citada, p. 45).

deiro problema: de que modo, no meio de um mesmo agregado humano, sob que formas sucessivas, no decorrer das épocas, através de que conjuntos móveis de sentimentos e ideias, se expressaram as vontades elementares — que não se trata de passear, revestidas de roupagens modernas, através de toda a história mutável das épocas desaparecidas.

*

* *

Em resumo, como é que nós, homens do ofício, devemos encarar este livro cheio de curiosidades inteligentes, redigido de fora por um bispo, em intenção, em parte, dos clérigos da história?

Antes de mais, como um documento sobre o estado de espírito de um certo público culto. Julien Benda «não admite» (p. 8) a objecção de que um grande historiador, «até por conhecer um número imenso de factos de toda a espécie, nunca aceitará reduzi-los a uma simples ideia». E não concebe que um «grande espírito científico» possa, tendo os meios para isso, renunciar, deliberadamente, a exprimir a sua filosofia de cientista, não pensa que um grande historiador «atraiçoe» ao exprimir a sua filosofia da história, «com o que ela implica, necessariamente, de arbitrário e de poético». Não examinemos com minúcia estas expressões. Retenhamos apenas o sentido geral. Elas justificam o que escrevíamos no início deste artigo.

O livro de Benda é ainda outra coisa: um convite a reflectir sobre a intervenção frequente e grave, na história, de um certo género de factores históricos «aos quais os historiadores não dão, talvez, a devida importância». Ouçam, por exemplo, as vontades dos grupos que «transcendem a vontade dos membros do grupo». É verdade. Aí, reside um grande problema. Quanto a mim, disse-o várias vezes [1]: os que não querem conhecer senão os «factos»; os que não se dão conta de que uma grande parte dos factos que utilizam não lhes é «dada» em estado bruto, mas já criada de alguma maneira, inventada pelo trabalho da erudição, isolada de centenas e centenas de testemunhos, directos ou indirectos; aqueles que, desde logo, preguiçosamente, não se preocupam a não ser com os factos registados em documentos completamente estabelecidos, esses historiadores que se dizem prudentes mas não são senão limitados, colocam-se verdadeiramente fora das condições primordiais do seu ofício.

«Conhecer os sentimentos com que a população média das várias províncias aceitou a sua união à França é um género de questão que, tendo por tema uma humanidade obscura e anónima, não é tratada pelo historiador.» Prestemos atenção a estas palavras de J. Benda

[1] Particularmente, no artigo *History* de *Encyclopaedia of the Social Sciences*, artigo escrito em colaboração com Henri Berr.



(p. 12, n.º 1). Na verdade eu não creio que, se as nossas histórias de união são, antes de mais, histórias políticas, diplomáticas e militares, seja porque as massas, os homens «obscuros e anónimos» são particularmente difíceis de conhecer na intimidade dos seus sentimentos [1]. Pensar-se-á que estamos melhor informados quando se trata dos grandes e que é necessário distinguir o que podia movê-los num sentido ou noutro: ambições territoriais, rancores familiares, laços de clientela, hereditariedades de lealismo ou de rebelião?

De facto, os historiadores calam-se porque os textos não lhes dão respostas acabadas. Porque estão demasiado habituados, não a extrair deles o que não comunicam imediatamente, mas a aí irem buscar o que oferecem, como o oferecem. Se existissem nos arquivos departamentais conjuntos de documentos constituídos administrativamente por prefeitos do tempo de Filipe Augusto ou procuradores gerais do tempo de Luís XI e que trouxessem na bandeja, em letras gordas, a inscrição «Estado da opinião pública», os historiadores teriam, há já muito tempo, tratado a questão com essa espécie de zelo indiferente com que aceitam os assuntos tais quais lhes são oferecidos. Mas é mesmo verdade que são passivos, demasiadas vezes, diante dos documentos, e que o axioma de Fustel (a história faz-se com os textos) acabou por ter para eles um sentido desmoralizante. Por aconselhar a preguiça de espírito e a passividade.

A história faz-se, antes de mais, com o sentido e a paixão da história: com este conjunto de aptidões especiais, único que qualifica para o bom exercício de um ofício intelectual. E é estranho que se esteja de acordo com isso se se trata de um matemático, até mesmo de um filósofo; mas quem é que nas nossas Universidades alguma vez conseguiu (se pensou nisso) desencorajar um «inapto para a história»; e não parece ingenuamente escandaloso a muitos exigir de um historiador, primeiro que tudo, «o dom»?

Primeiro espírito, depois cultura. Não se faz história sem um mínimo de conhecimentos positivos perfeitamente adaptados às necessidades do historiador. E, acrescento, sem um material do qual ninguém tem o direito de dar preventivamente um inventário limitativo — porque, precisamente, uma das formas de escolha da actividade histórica consiste em multiplicar os seus elementos, em descobrir que, quando não se tem textos, se pode aproveitar muito do estudo profundo de nomes de lugares; ou da análise comparativa de certos grupos de palavras; ou ainda da distinção dos tipos de sepultura, da expansão de um modo de construção, da separação dos nomes de santos usados pelas igrejas, de ritos religiosos, de fórmulas jurídicas, de cerimónias ou de usos, que mais sei eu? Esforçar-se por se ser activo diante do desconhecido. Suprir e susbstituir e completar: trabalho próprio do historiador.

[1] Esta é, no entanto, a opinião de Ch. Seignobos: ver à frente o começo de uma discussão.

Do historiador que tem apenas um objectivo. Saber? Isso é apenas um começo. Julgar, não. Prever, menos ainda. Compreender e fazer realmente compreender, sim.

## II

O livro do ensaísta precedeu um ano o livro do professor. E ter-se-ia podido dizer, ao ver este nas montras: «O quê, teria sido um esconjuro da sorte? Responderia, finalmente, um historiador profissional à interrogação de Julien Benda?» Abriu-se o livro. Gostaria de dizer muito simplesmente a razão por que alguns, depois de o lerem, tiveram de confessar que se tinham enganado; que, em vez de uma verdadeira «História», não possuíam, mais uma vez, senão um manual escolar, aliás muito habilmente feito e congruentemente tradicionalista; e ainda que o livro com que sonhavam continuava por escrever. Com toda a simplicidade e sem o menor preconceito: para além deste livro, não é contra um historiador, mas contra uma determinada concepção de história que eu me declaro; uma concepção que, durante anos, em nome das suas funções, da sua influência pessoal e dos seus escritos, o Sr. Seignobos também serviu com meios potentes [1]; uma concepção que eu repudio com todo o meu ser e que de bom grado consideraria responsável, em parte, por esta espécie de descrédito, ao mesmo tempo injusto e justificado, com que a história é, muitas vezes, vista pelos «leigos». Uma certa história. Precisamente aquela de que Seignobos fez questão de nos dar, no livro de que nos ocupamos, uma nova e significativa amostra.

Eis-nos, pois, à vontade para trazer ao de cima e passar rapidamente sobre duas ou três questões que não devemos negligenciar, nem ampliar. — Adivinha-se que se trata, antes de mais, do título. Título desagradável, peço por isso desculpa simultaneamente ao autor e ao seu cúmplice, Ch-V. Langlois, cujo testemunho póstumo ele invoca. Irá o sábio professor da Sorbonne lançar uma moda? Rivalizando com ele, ver-se-á, amanhã, Antoine Meillet anunciar uma *Exposição sincera dos caracteres gerais das línguas germânicas*, ou Georges Dumas, um *Tratado sincero das emoções*? Possuímos já uma *Geografia cordial da Europa*; mas não é a obra de um geógrafo. Entre parêntesis, epíteto por epíteto, teria apreciado mais que Seignobos tentasse dar-nos uma *História cordial da nação francesa*. Mas

---

[1] O que, entre parêntesis, torna bastante surpreendentes as suas recriminações contra «a versão da história de França dada no ensino» (p. 12). Porque, enfim, durante anos, os *Manuels Seignobos* tiveram, no ensino, uma forte audiência e toda a autorização para introduzir nos espíritos das crianças uma versão satisfatória — isto é, que satisfaça Seignobos?



não nos deixou a escolha. E uma vez que ele conta com uma crítica directa, porque não dizer-lhe, com força: «Que nos quer a sua sinceridade?»

«Sinceridade, assunto entre si e a sua consciência. Você que fala de ciência e de espírito científico, abra um destes excelentes livros em que toda a delicadeza de uma sociedade polida e cortês parece condensada em formas requintadas; abra os *Sinónimos franceses* do bom abade Girard, que nunca reponho no seu lugar na biblioteca sem reconhecimento; lerá: «a sinceridade impede-nos de falar diferentemente do que se pensa, é uma virtude» [1]. Mas, precisamente, a história não se preocupa com a «virtude» daqueles que a fazem; e você desloca a questão. Não falar diferentemente do que se pensa será um dever? — De homem privado, talvez, mas em relação a quem e a quê? A si mesmo, às suas «opiniões»; em resumo, ao seu Eu mais pessoal e mais claramente individualizado, ao seu Eu partidário, totalmente envolvido nas paixões do século, nos laços do ofício, da classe, do partido político, da religião, ou da incredulidade. Você será «sincero»; mas no que lhe diz respeito; no que se refere às suas formas privadas de pensar e de *sentir* (Littré. V° *Sincère*: «o que exprime com verdade o que pensa, o que sente»). Na realidade, o pior dos subjectivismos. Seja *verídico* em relação aos documentos que utiliza, aos factos que acumula; mas neste sentido em que, depois do abade Girard, Littrés define a palavra desastrosa que emprega: não seja *sincero*. Será o maior serviço que poderá prestar a uma história de espírito científico.

*

*   *

História «sincera», logo «intrépida»: a vertente das virtudes é escorregadia. Ouçamos Ch. Seignobos no seu Prefácio: falará «sem reticências, sem ter em conta as opiniões recebidas, sem deferências para com as conveniências oficiais, sem respeito pelas personagens célebres e autoridades estabelecidas». O grande juramento. O resultado de tanta audácia? Em 520 páginas, três ou quatro «boutades».

Vejamos Vercingétorix no seu Mont-Auxois. Sempre alerta, Charles Seignobos, ao subir para o frouxo pedestal do vencido de Alésia, vai suavemente puxar-lhe os bigodes (p. 30). Um herói nacional! Para outros! E que nos quer essa invenção de «patriotas retrospectivos»? Não existia «nação» na Gália, na época de Vercingétorix: afirmação peremptória que basta, evidentemente, para lançar por terra as conclusões contrárias de uma *História insincera da Gália* à qual, como todos sabemos, Camille Jullian consagrou a sua vida?

---

[1] Utilizo a edição de Paris, 1780, aumentada por Beauzée (2 vol. in-12); o artigo *Sincérité* (comparada com *Franchise*, *Naïveté*, *Ingénuité*) encontra-se aí no 1.° tomo, p. 386 (art. 341).

— Uma vez que os Gauleses «nunca constituíram uma nação», Vercingétorix não podia ter sido o herói «nacional» dos Gauleses.

Não demos atenção a que Seignobos parece ter aqui uma ideia precisa do que se deve entender por «nação»; bem deveria, como vamos ver, ter tirado partido desta precisão ao elaborar o plano do seu livro. Não perguntemos, também, o que foi, «em verdade», Vercingétorix. «Um chefe arverno que serviu no exército romano», responderia Seignobos (p. 30) e a quem, tendo rebentado na Gália «um levantamento geral» (*geral*, não *nacional*, estão a perceber), pediram para tomar a chefia de uma «liga de guerra contra os invasores estrangeiros». — Em suma, um comandante-em-chefe de forças interaliadas? Então, qualifiquemos Vercingétorix de «herói polinacional dos Gauleses» e não falemos mais disso. Os «patriotas retrospectivos» poderão ver aí uma promoção, e a sinceridade de Seignobos crescerá de satisfação.

Há, também, Joana d'Arc... Estava previsto. Incarnação do patriotismo? Ora vamos lá! Tolices à Michelet, o Michelet que não possuía o Método. (O que não impede que a única Joana d'Arc inteligível que possuímos até ao presente, seja sempre a Joana d'Arc de Michelet...) — Joana d'Arc? Uma partidária, sem mais (p. 201). «O seu lealismo dirigia-se ao rei do seu partido, mais do que ao rei da nação francesa.» Isto não é novo, e é simples; tão simples que compreendo mal. Em primeiro lugar, se um dos dois partidos, o borguinhão, tivesse surgido como aliado do estrangeiro, e não fosse precisamente o de Joana? Sobretudo, rei de um partido, rei da nação, não compreendo. Mas gostaria de saber o que era, na opinião comum dos homens, nessa altura *o* rei de França. Toda a questão reside aí.

Porque a um historiador, não se lhe pede que diga (excepto nos jornais, quando é entrevistado; mas então não se trata de história) se sim ou não, Vercingétorix e Joana d'Arc merecem o título de «heróis nacionais». Pede-se-lhe que «explique» cada uma destas personagens históricas. «Resistência ao estrangeiro», volto novamente aqui, e não é culpa minha se, após o «metafísico», o professor de história me incita a isso: gostaria de saber que ideias e sentimentos poderia representar esta expressão no espírito dos Gauleses, sublevados «em geral» contra Roma, sem dúvida radicalmente diferentes das nossas próprias ideias e dos nossos próprios sentimentos? Portanto o que incarnava, na realidade, o chefe comum dessa resistência, Vercingétorix? Ou ainda, em que é que os «Armagnacs» da época de Carlos VII fundamentavam a sua luta «contra os bandos ao serviço do rei de Inglaterra»? Por outras palavras, que me ensine o que levara Joana d'Arc e os seus companheiros à luta, o que significava, para eles, o rei que combatiam e o rei que apoiavam, eis o que peço ao historiador. E, se não puder satisfazer as minhas curiosidades, que pelo menos diga: «Investiguei. Eis as questões que me pus. Não consegui encontrar nada. Talvez, amanhã, um outro, mais feliz...»



Sempre a porta aberta. Situar as coisas no seu lugar, não demolir. Programas de pesquisa, não ditos para aborrecer X... ou falar sem rodeios a Y... Sinceridade? É consigo. Mas sentido histórico, sim. Isto é: um esforço constante, tenaz, desesperado, para entrar e fazer entrar o leitor na própria pele dos homens de outrora.

*

*   *

Dito isto, qual terá sido, exactamente, o plano de Ch. Seignobos? Que terá ele querido dar-nos? *História da nação francesa*, responde o título: era exactamente o que pedia Benda — Julien Benda, cuja tese se opõe, tão categoricamente, à de Ch. Seignobos [1], e que não deixa pairar nenhuma espécie de dúvida sobre o que entende por Nação. Mas Seignobos: «Quis fazer um esboço da história da evolução do povo francês.» Portanto, povo francês igual a nação francesa? Será certo? — «Mostrar em que tempo, continua Seignobos, em que local e por que motivos, foram criados os usos, as instituições, as condições de vida que me parecem constituir o fundamento da nação francesa...» Estamos longe da Nação no sentido de Benda, em plena «história da sociedade», ou das sociedades que nas diferentes épocas os franceses de todas as condições, de todos os estados, de todas as culturas constituíram, para bem ou para mal, como diziam os fiscais? — será também certo? Seignobos testemunha, em cem páginas, uma concepção inteiramente maioritária da «nação francesa». O que preocupa é a massa. Em virtude de um raciocínio singular e que revela a mais estranha concepção do papel e das ideias e da forma como se propagam, sacrifica-lhes as Artes, as Ciências, as Letras [2].

[1] Recordemos a sua intenção: a nação não é o resultado de transformações «mecânicas» efectuadas sob a pressão de forças exteriores. Mas Seignobos, na primeira frase da primeira página: «A evolução de uma nação depende das condições materiais em que viveu.» É certo que a continuação desmente imediatamente esta afirmação a favor do «meio»: porque existe, para além do meio, «a raça»; porque o meio «não actua do mesmo modo sobre todas as populações»; porque «a natureza não produz os seus efeitos senão onde os homens sabem levá-la a produzi-los». Sensatas reservas; mas então porquê o toque de trombeta inicial? e o resumo tão sombrio que se segue, a glorificar as vantagens materiais do solo francês?

[2] *Obra citada*, p. X; «Não me desculpo por ter relegado para um plano secundário as letras, as artes e as ciências; é por demais certo que não pode ter sido forte a sua acção sobre a massa da nação, que mal sabia da sua existência.» É certo? Seignobos exagera, mas o nosso artigo já vai demasiado longo. — Seja, pois: não cite nem Buffon, nem Lavoisier, nem Lamarck, nem Cuvier, nem Claude Bernard, nem Pasteur, nem... (precisaria de vinte linhas para enumerar todas estas exclusões) — numa história em que não retém senão «os factos mais importantes pelas suas consequências»; mas, então, deixe-nos tranquilos com Baluze, Budé, Casaubon, etc... Deixe-nos tranquilos com o salão de Mme Geoffrin, sobre o qual me pergunto, horrorizado, se foi «mais importante pelas suas consequências» do que a obra científica, as ideias propagadas, os «géneros de vida» instituídos pelos homens da têmpera daqueles que acabei de enumerar — Berthelot e a sua química, por exemplo?

Dedica-lhe, em contrapartida, os factos da vida quotidiana: não constituiram eles, sempre, «o interesse principal da vida da enorme maioria dos indivíduos?» — E então? Perdemo-nos aí. História da nação ou do povo francês, ou do povo de França, ou das massas populares? Uma sarabanda, e num livro de educação pública, é preciso que se diga, será, logo desde o início, um bom exemplo?

*

* *

À margem, existiram ainda alguns pontos de exclamação. E que se multiplicariam a partir do momento em que se chegasse à Idade Média.

Ch. Seignobos não gosta dela. Está no seu direito, como homem privado, senão como historiador. Considera-a pueril e de boa vontade se compadece da sua «ingenuidade»; nas vinte linhas que consagra à religião dos homens da Idade Média (p. 186), o epíteto repete-se até à obsessão: fé ingénua; transposição ingénua; imaginação ingénua; para concluir: cristianismo ingénuo. Desconfio. Não seremos nós os ingénuos, quando mutilamos assim uma palavra? Mas passemos adiante. O Sr. Seignobos ocupou-se da Idade Média noutro tempo, quando, recém-saído das lições de Fustel, sustentava uma tese sobre o *Regime feudal na Borgonha*. Pergunto-me se isto não é muito pior. Nunca nos esquecemos do que pensamos saber por volta dos trinta; e quantas noções adquiridas nos anos 80 e 90, não será preciso esquecer para tratar, hoje, as questões que ocupavam Seignobos há cinquenta anos?

Igualmente, os quatro capítulos que o autor dedica por ordem de precedência, aos Vilãos, aos Nobres, aos Burgueses e aos Clérigos, satisfatórios se os datarmos de 1895 ou 1900, já não estão actualizados em 1933. Particularmente no que se refere às cidades e à burguesia, põem demasiado a claro que o autor não acompanhou o trabalho intenso (e tão vivo no seu aprofundar sucessivo, nas suas vicissitudes e contradições e no seu alargamento) que, um pouco por toda a parte, se dedicou a estas questões: mas especialmente na Bélgica, com H. Pirenne e seus discípulos, mesmo em França, com Georges Espinas e alguns outros (apesar da abstenção, muitas vezes denunciada, dos nossos historiadores universitários). Principalmente, os preconceitos tão claros como «sinceros» de Seignobos levam-no a colorir por vezes com cores estranhas os seus heróis colectivos. Quando, para dar um exemplo entre vinte, afirma que «a nobreza não se interessava pelo seu domínio senão como fonte de rendimentos», este acesso de materialismo económico maníaco não deixa de nos desconcertar [1],

[1] O «nobre», afirma (e espero que esta não seja uma das suas abstracções personificadas, como «o Francês» ou «o Alemão», de que os seus antigos alunos nos dizem que o seu professor tinha a fobia) — o «nobre»: devemos



E, de modo semelhante, quando pinta (p. 177) este quadro de «vida nas cidades» no século XVIII: «A vida urbana desta época difere profundamente da vida no campo. A cintura de muralhas que defende os habitantes do exterior, obriga-os a viver amontodas num espaço muito estreito... Mal saem dele; o campo não tem nada que os atraia (?), foi desguarnecido de casas (?) e de árvores para se poder vigiar os arredores, lá não se sentiam em segurança; nenhum indício mostra que eles fossem lá passear» — adivinharia ele a que ponto este esboço deixa atónitos, incrédulos e desconcertados aqueles dos seus leitores que sabem como, ainda no século XVI, cidade e campo se penetravam intimamente, em lugar de se virarem as costas, e que imaginam, nestas cidades já relativamente «modernizadas», o vaivém contínuo da criação, dos cães, dos cavalos, o vaguear dos porcos, chafurdando em plena rua, a reunião, todas as manhãs, do gado da cidade ou do bairro pelo pastor comunal, e o seu regresso, todas as tardes, pelas ruas estreitas, entre os latidos dos cães e o mugido dos animais? Para não falar dos vinhateiros, com o cesto às costas, dos burgueses com os utensílios na mão, à espera desde o nascer do sol diante das portas ainda fechadas e que, mal o guarda acorda e a ponte levadiça se baixa, avançam para as vinhas e os jardins, enquanto os camponeses, num movimento inverso, chegam à cidade com os seus feixes de lenha, os seus frutos, os seus molhos de palha?

Teria eu sonhado que o ideal dos pequenos burgueses, nesses tempos em que o numerário, tão raro, se perdia, tão pouco, nas algibeiras do vulgo, era, necessariamente, não abastecer-se nas lojas (raras!) e gastar aí o dinheiro que não tinham [1], mas possuir, explorar

traduzir, penso eu, por o «senhor»? Mas perpetuar assim uma confusão lamentavel, não é o meio de educar o público. E, além de tudo o mais, em que é que se apoia esta fórmula tão categórica? «O nobre só se interessava pelo seu domínio como posição estratégica»: a afirmação seria tão plausível — e tão gratuita — quanto a de Seignobos. Não teria o prudente professor, ao menos uma vez, «preenchido as lacunas dos... seus conhecimentos... com raciocínios fundamentados em generalizações imprudentes»?

[1] Ch. Seignobos consagra aos factos monetários algumas anotações esporádicas. Mas que ficam à margem do seu texto e do seu espírito. Não pensa em termos económicos. No campo doutrinal, as suas tentativas neste domínio não foram felizes; no campo dos factos, não se pode sequer falar de tentativas. Mostrar-nos o camponês medieval (sem outra especificação) «fechado no horizonte da sua aldeia, desprovido de qualquer meio para mudar a sua condição, não tendo nem dinheiro, nem conhecimentos para melhorar as suas culturas» — é amontoar em duas ou três linhas uma quantidade assombrosa de anacronismos. O camponês «fechado»? Mas Ch. Seignobos não terá nunca encontrado nos textos esse exército prodigioso de vagabundos, de fugitivos, de errantes, de nómadas que percorriam os campos, frequentavam as florestas, respondiam ao apelo dos empreendedores do arroteamento, se infiltravam nos domínios florestais que constituiam, no seio de um país como a França, outras tantas enormes colónias de povoamento? Entre mil outras, dedico a Ch. Seignobos estas palavras que ontem sublinhava na tese de um

ou mandar explorar as três ou quatro jeiras de terra o menos longe possível da sua cidade, as quais lhes dariam o trigo e a «bebida» e, se possível, os espaços vazios, os jardins, as cercas, os prados e as vinhas? «O campo não possui nada que os atraia.» Esteticamente, talvez; é necessário viver antes de contemplar e, como se diz na minha região, «a beleza não se come à colher». Mas o que o campo produz atrai, e fortemente. «Não vão lá passear?» Evidentemente. O *camping* não data do século XIII. Mas vão lá «laborar», no velho sentido da palavra; e negociar; e também, em Abril, colher o espinheiro e as violetas. Os homens que modelaram, para o deleite dos contemporâneos e a glorificação de um Deus criador de belezas naturais, as silhuetas dos ceifeiros e segadores dos nossos calendários de pedra, nas velhas igrejas: quem, portanto, os julgaria alheios ao que chamamos o sentido da natureza? E, no entanto, ao meditarem diante dos seus cofres fechados a cadeado, os grandes comerciantes sonhavam com o senhorio que adquiririam um dia...

Divórcio entre a cidade e o campo? Que belo tema de História comparada [1], que bela ocasião perdida! Era preciso ver claramente a diferença profunda que, sob este ponto de vista, separa um país como a Alemanha, em que as cidades, isolando-se, com efeito, encerrando-se em muros, ciumentas, irradiam pouco sobre um país plano que lhes é totalmente estranho pelo seu estatuto político, o seu direito, a sua incultura, e que se vinga tornando-as impotentes — e um país como a França, onde desde cedo os campos, urbanizando-se, assimilam o que podem de direito urbano e criam a civilização relativamente homogénea e coerente que foi desde cedo uma das características distintivas do nosso país.

Na verdade não, a Idade Média não teve sorte com Charles Seignobos.

geografo, M. Deffontaines, sobre *Les hommes et leurs travaux dans les pays de la moyenne Garonne* — conclui um longo estudo com esta fórmula: «Um país repovoado sem cessar». Quem de nós, ao conhecer intimamente uma região da França, não a faria sua? Não seria eu, homem do Franco Condado e do Jura (O Jura, essa colónia de povoamento na charneira de vários mundos). Quanto ao acrescentar ainda que o camponês, se tivesse possuído «dinheiro» e... os conselhos do professor departamental de agricultura teria podido, no século XIII, «melhorar as suas culturas» — quando mais acima nos expôs, menos mal (p. 130), o sistema das servidões agrárias (mas parece que não o *compreendeu* no seu espírito) — será isto contribuir para difundir ideias sãs e justas?

[1] Não obstante afirmações teóricas, Ch. Seignobos (e isto não é o que menos nos espanta) não conseguiu, em parte alguma, mergulhar a história francesa no grande banho da história ocidental em que se deveria sugerir que ela mergulha, num livro de vulgarização e de educação popular. Voltemos a ler o discurso de Pirenne sobre a *Histoire comparée* e a exposição de Marc Bloch sobre as condições desta História (*Revue de Synthèse Historique*, t. XLVI, 1928).



*
*  *

Pontos de interrogação, pontos de exclamação: mas haveria também *Apoiados* à margem? Sem dúvida. Todavia, eu nem sempre os poria onde tantos críticos competentes — jornalistas, políticos, moralistas e outros — nos ensinaram gentilmente que era conveniente pô-los.

«História sem protagonistas, ó maravilha! No capítulo sobre a Revolução, procurais Mirabeau? Não está lá. Danton? Não está. Carnot, Vergniaud, Desmoulins, Hébert..., ninguém! Que magnífica audácia!» É verdade (magnificência à parte). Mas antes de gritar Aleluia, recordemos que Seignobos terçou as suas primeiras armas sob as insígnias de Fustel. E que já o autor de *A cidade antiga*, se bem que a democracia não esteja acostumada a saudar nele um dos seus pais, afirmava que o único agente dos fenómenos sociais, é a multidão. E podemos fechar as *Instituições da antiga França* sem ter aprendido nada sobre Dagoberto, Carlos Magno, Luís o Pio ou Carlos o Calvo; nada, nem sequer o seu nome.

Mas a preocupação com os factos da vida quotidiana — estes factos de que Seignobos faz, aliás, uma enumeração bastante estranha: alimentação, vestuário, habitat e, em seguida, os «usos da família» e... o direito privado, em apêndice? Haveria, certamente, muito que dizer sobre a maneira como são, não apresentados mas enumerados, por um autor preocupado, dir-se-ia, em deixar cuidadosamente os seus leitores ignorar tudo o que à sua volta preocupa geógrafos, historiadores, economistas, folcloristas, juristas em pleno trabalho. «O camponês habitava geralmente uma cabana pequena, húmida, sombria..., construída, a maior parte das vezes, com ripas de madeira e com argila, etc.» Aí está ao que conduzem (p. 140) cinquenta anos de estudos sobre a habitação em França, tudo quanto sabemos sobre a extrema variedade das formas, da disposição e do modo de construção das casas rústicas nas diversas partes do país, todo o complexo de problemas apaixonantes que se põe a este propósito... «O» camponês e «a» cabana: será que eram pintados com outras cores na época do maldito romantismo detestado por Seignobos?

Continuemos: «O camponês alimentava-se sobretudo de papas de farinha, de pão negro, de centeio, de legumes muito pouco variados, de toucinho e de queijo.» Papas de farinha, sim; mas as sopas? (cozeduras, ácidas ou doces). Pão, sim; mas as simples bolachas? E depois, papas de quê? — Preocupa-me uma expressão: «legumes muito pouco variados». Aí está disfarçado esse grande facto da história da alimentação, isto é, a diminuição constante do número das plantas alimentares recolhidas no local. Não terá um longo esforço de simplificação e de melhoramento levado, pouco a pouco, o homem a negligenciar um número sempre crescente de plantas de recolha ou de plantas de menor valor; a reduzir a uma só, o trigo candial, a enorme variedade

dos cereais panificáveis usados antigamente; finalmente, a substituir as papas de milho miúdo e de trigo mourisco, as bolachas e sopas de todo o género, em pleno uso ainda na França do século XVIII, por uma alimentação cujas bases vegetais são o pão de trigo candial e a batata? Enquanto, por um movimento inverso e cada vez mais rápido, a criação de uma vasta rede de circulação mundial leva à mesa, não apenas dos ricos citadinos mas dos operários e dos camponeses, uma gama sempre crescente de legumes e frutos novos recém-vindos dos quatro cantos do mundo?

Entretanto, redução, estabilização, alargamento, progresso qualitativo, afinal de contas: diga-nos tudo isto, trace este esquema. Mas quando assinala a chegada dos caminhos de ferro, tenha, pelo menos, uma palavra para acentuar que cada vez mais vão levar os Franceses a não viver exclusivamente do que produz o seu país. Quando falar da Idade Média, não deixe de referir, numa palavra que seja, que a alimentação francesa não é uniforme e exclusivamente francesa; que os factos capitais ultrapassam a França — mas que, muitas vezes também, não dizem respeito a toda a França; que existe, alimentar e culinariamente falando, alguma coisa mais que a França do azeite e a da manteiga (e quantas coisas para dizer sobre a manteiga!); que pelo menos existem em França tanto regiões culinárias como regiões linguísticas... ou regiões vegetais.

Dito isto, acrescento: não, a preocupação pelas coisas da vida quotidiana, num historiador francês, não poderia datar de 1933. O velho Monteil (Amans-Alexis), para não ir mais longe, já investigava estes terrenos desconhecidos quando, a partir de 1827, compunha a sua *História dos Franceses dos diversos estados*. E mais próximo de nós e dos nossos métodos, o excelente Rambaud, quando compilava a sua *História da civilização francesa*, onde aprendi tanto quando tinha catorze anos.

*
* *

Feitas estas restrições, existem coisas boas no livro de Seignobos. Grandes coisas, não. Refiro-me a hipóteses amplas que, ao agruparem milhares de pequenos factos dispersos, os esclarecem pela sua aproximação e suscitam todo um labor fecundo de verificações, demolições e reconstruções: a própria vida de uma ciência e dos seus cientistas. Pequenas reflexões, aliás incisivas, cunhadas por um bom senso um tanto ou quanto limitado, vigoroso e cáustico nos seus limites. Nelas a forma e o contorno são mais vezes negativos que positivos, e mais desiludidos que entusiastas: é o quinhão de Seignobos. As boas fadas suas madrinhas não lhe concederam indicar alegremente os caminhos novos, excitar os viajantes à ousadia e os aventureiros às descobertas. Zombar do entusiasmo; ensinar que se arrisca muito quando se põe um pé à frente do outro (cair num



buraco, ter um entorse, partir o nariz...); enfim, a todo o comprimento da estrada real dos estudos históricos (e sobretudo nos cruzamentos e bifurcações), levantar marcos encorajantes: «atenção, perigo de morte!». Isso, sim, é o seu triunfo. É até um triunfo demasiado.

Porque podemos, agora, ir directamente à questão. Seignobos não escreveu o seu livro pelo vão prazer de escrevinhar. Ou eu me engano completamente sobre a sua intenção, ou ele se propôs criar um livro de educação popular, susceptível de uma larga difusão. Livro de educação e, simultaneamente, é necessário acreditá-lo, livro de iniciação à história, aos métodos, ao seu espírito, ao seu objecto? Apreciada deste duplo ponto de vista, que dizer da *História sincera*? Que ela é, na verdade, desconcertante. E, antes de mais, pelo seu conformismo. Porque este livro é, de uma ponta à outra, tradicional [1].

A concepção do seu tema? Seignobos tomou-a do domínio público. Ao longo do seu livro, faz da França um «dado acabado», um leito predestinado que, providencialmente preparado, espera desde a primeira página da *História sincera* que o Eleito nele se deite? E, no entanto, teria eu sonhado que Vidal de la Blache pôs magistralmente o problema, há trinta anos, no seu *Quadro:* procurar *como* e porquê regiões heterogéneas, que nenhum decreto nominativo da Providência designava para se unirem num certo conjunto, acabaram, no entanto, por formar este conjunto: do género do que, pela primeira vez, captávamos nos textos de César, que desenham com os seus «limites naturais» uma Gália, prefiguração aproximativa da nossa França?

Mas formar um tal conjunto é muito e não é nada. Porque ele não tem valor se não se tiver mantido. Ter-se-iam podido constituir cem conjuntos diferentes, e constituíram-se temporariamente, mas não duraram, e nós ignoramo-los porque a história não regista senão as coisas que resultam. Como, porquê, apesar de tantas «ofertas», como teria dito Lavisse, tantas tentativas falhadas de nações franco-inglesas, ou franco-ibéricas, ou franco-renanas, supostas possíveis ou por vezes temporariamente realizadas nos factos — como, porquê a formação Gallia, após tantas tormentas, conseguiu sempre reaparecer e reagrupar em redor de um germe (cuja noção fecunda não aparece em parte alguma, no livro de Ch. Seignobos) os *membra disjecta* que acontecimentos, que qualificamos «acaso», tinham temporariamente dissociado do conjunto? Não teria existido aí, com efeito, senão «pressão mecânica dos acontecimentos exteriores», ou então, será necessário considerar outros factores, os que Benda queria trazer à luz? — E ainda, quando falamos de *Franceses* desde o começo de uma história que se diz de França e continuamos a falar deles ao longo de toda essa história, teremos razão? Não deveríamos antes, em todas as épocas, preocupar-nos em dizer quem eram esses Franceses — pre-

[1] Indiquemos simplesmente que quando o livro foi posto à venda uma cinta de papel prometia em cada exemplar: «A Verdade contra a Tradição».

cisar o que denominamos *Franceses* em determinada data e o que excluímos da França, e quais eram, nos aspectos importantes que nos interessam, os sentimentos dos excluídos, dos Franceses separados?

É cómodo escamotear uma questão. O problema permanece e é preciso enunciá-lo se se quer dar ao público uma verdadeira lição de *independência de espírito.* Esse problema que Vidal punha como grande geógrafo, Benda como metafísico insistente. E que Seignobos recusou pôr como historiador. Porque a própria noção de problema permanece estranha para ele, e «repugnante» a de hipótese. Nova fidelidade a ideias de sempre.

Sentido do movimento, virtude cardeal do historiador. Recusa de tomar como postulado uma espécie de necessidade perpétua das nações e das formações políticas, consideradas permanentes por direito através dos séculos. Gosto da vida que não é senão construções e demolições, reuniões e deslocações. Sendo antigo, não é rico de sentido este texto, que recorda tão bem ao historiador a perpétua relatividade do seu trabalho? «As sociedades morrem; das suas ruínas nascem sociedades novas; leis, hábitos, usos, costumes, opiniões, mesmo princípios: tudo mudou... *A França deve refazer os seus anais para os pôr em relação com os progressos da inteligência.*» O próprio espírito da história? Sim. Definido por Chateaubriand.



## E O HOMEM, EM TUDO ISTO?

### A propósito de um manual

Repetimos. Repisamos. Damos a impressão de nos encarniçarmos. Contra homens? Claro que não. Os homens executam, em plena consciência, o programa que lhes traçaram, e que eles aceitaram. Fazem a história que lhes ensinaram a considerar como história. Mas para nós essa história é inoperante. Questões de método? De temperamento também? Em todo o caso, conflito nítido, oposição nítida de duas escolas.

Eis portanto mais um desses manuais que, tantas vezes, nos suscitam reservas. O título é sedutor: *Democracias e capitalismo.* Quantos problemas! Na verdade, quantas reflexões trágicas sobre esses dois temas de uma amplidão desconcertante! Quantas lições críticas e positivas a dar aos jovens — e mesmo aos velhos que, por acaso, atraídos pelas promessas de uma bela bandeira, abrissem com uma curiosidade calorosa esse grande livro, de aspecto simpático?

Abrimo-lo, pois. É, se não me engano, o penúltimo dos livros que faltam para completar a colecção *Peuples et Civilisations* [1]. Trata da Europa e do mundo entre 1848 e 1860. Trata como um manual. Com (no que concerne ao objecto próprio dos nossos estudos) preconceitos e esquecimentos igualmente singulares.

Não que não dê lugar à economia. Descreve a «revolução dos transportes» e os progressos das técnicas industriais; anuncia o advento do crédito; mas sobre a estrutura social dos povos e das nações, nada. As coisas, está bem. Os homens? Que viriam eles fazer às oficinas de Clio?

Portanto, nada sobre a evolução das burguesias durante este período tão rico em factos sociais. Nada sobre a evolução das massas de artífices e operários da mesma época. Nada do conflito vivo e car-

[1] Paris, Presses Universitaires, 1941; 640 páginas in-8.º (Col. *Peuples et Civilisations*, vol. XVI).

nal das ideias encarnadas nos homens e nos seus agrupamentos pululantes e contraditórios. O livro move máquinas, não seres humanos. Conta, enumera, arrola, incansavelmente. Aqui estão, na página 201, as «caldeiras Belleville», os «aquecedores Farcot», aperfeiçoados pela Société Industrielle de Mulhouse, as turbinas de Tournaire, «os motores de ar quente de Ericson, 1862, e de Franchot, 1853, de fraca potência», e «os motores a gás que, inventados primeiro por Lebon, em 1801, conhecem a aplicação industrial com o motor de Hugon, em 1858, e sobretudo com a máquina horizontal de Lenoir, em 1860». Pergunto-me o que estas ladainhas — um nome, uma máquina, uma data; uma máquina, um nome, uma data — podem acrescentar de inteligível para um leitor cujo cérebro não se reduz inteiramente a uma memórica mecânica? Enumerações: mas onde está então posto à luz o novo papel que as máquinas assumem na vida dos homens? E qual é esse papel? E quantas máquinas dessas, proporcionalmente? E que rendimento? — Em poucas palavras, não obstante um belo título que todo o conteúdo da obra parece feito para trair — não temos ali um livro de história, mas um manual, sempre um manual. No mau sentido da palavra. Mas enfim, são precisos manuais? É verdade. Para as crianças das escolas, são precisos livros clássicos. Os autores entendidos que a colecção *Peuples et Civilisations* mobiliza não trabalham para essa clientela. Para ela, admito livros de leitura bem feitos — e livros de consulta precisos, com a condição de que tudo o que ensinam às crianças desagúe na vida. E que, se reunirem factos, sejam muito poucos factos, mas bem escolhidos, de importância real, explicados verdadeiramente a fundo. Com a condição, sobretudo, de que não procurem, mas proscrevam as fórmulas, as aterradoras fórmulas que se aprendem «de cor» e dispensam para toda a vida os preguiçosos do trabalho de julgar por si próprios: pesado trabalho, diante do qual a maior parte dos homens recua teimosamente... — Quanto aos jovens de 17, de 18, de 20 anos, que entram nas Faculdades; quanto aos homens feitos, com mais razão, e aos professores que preparam os seus cursos — digo resolutamente: não. Inventários de questões bem feitos: há já alguns bem sucedidos na colecção *Clio* (alguns, nem todos; mas existem os modelos). Isso sim, incita, ou pode incitar, a pensar, a procurar, a ler. Manuais «fechados» e cuja ambição se reduz a descrever todas as coisas de fora, com o máximo de pormenores, tendo em vista o lugar: não, não, mil vezes não.

E reparem bem que o que é verdadeiro para a economia não o é menos para a arte. O autor do livro encontra diante de si Courbet. Aqui, cito: «Courbet, liberto de toda a prudência pelo seu entusiasmo revolucionário dá, em 1849, os *Britadores de pedra;* em 1850, o *Enterro de Ornans* (embirrentos, restituamos-lhe o seu verdadeiro nome: o *Enterro em Ornans*); em 1851, as *Meninas de aldeia;* em 1853, os *Lutadores*, depois, em 1854, *Joeireiras de trigo* e *Encontro;* em 1855, o *Atelier*.» Courbet, liberto de toda a prudência... A fórmula é curiosa. Não acredito, na verdade, que um Courbet se tenha libertado do peso das suas obras por «imprudência», ou por «entusiasmo revolucionário». Mas deixemos isso. Esses títulos e essas datas? Aqui está Courbet tão bem tratado como a máquina a vapor. Títulos, telas e datas, datas, telas e títulos. Amanhã o jovem Durand, de Mende, que nunca na vida viu um Courbet (tanto como um aquecedor Farcot), e o jovem Dupont, de Béziers, que tem jeito para a história (dotado de uma memória de cavalo, vai mal em francês, em filosofia, em latim, em grego e não percebe nada de matemática, o que o vota irremediavelmente a Clio, esse ganha-pão dos recusados) — estes dois futuros «historiadores», portanto, lerão, relerão, repetirão em voz alta, cinquenta vezes se for preciso, esses oito títulos e essas oito datas, com um zelo furioso: «e hão-de sabê-lo tão bem que, de uma assentada, o vomitarão de cor, de trás para a frente». Perfeição gargantuesca. Mas, mais astucioso, o jovem Martin, de Castelnaudary, lembrar-se-á talvez de aprender noutro livro algumas datas e alguns títulos suplementares. Porque, afinal de contas, porque não está outra lista courbética: «O *Retrato de Baudelaire*, de 1845; o poderoso *Berlioz*, de 1848; o *Homem com cinto de couro*, de 1849, o *Homem com o cachimbo*, de 1850; a *Ceia em Ornans*, 1849; as *Banhistas*, 1853; o *Rochedo das dez horas*, 1855, e o *Hallali* 1858?» Outras tantas obras-primas: oito contra oito — e esse sonso do Martin, muito capaz (tão dotado que é!) de contaminar as duas listas, passará à frente de Dupont e Durand derrotados, e receberá depressa a sua licenciatura, como Nosso Senhor Janotus! Pois a regra do jogo não é: dizer todos os factos, os nomes e as datas que se sabem, em dez linhas, ou em duas páginas, ou em dez, segundo as proporções do exame?

Assim se fabricam, assim se perpetuam estas gerações de historiadores sem ideias, sem pensamentos, sem exigências intelectuais e que se sustentam de nomes, de títulos e de datas. Impávidos, eles repetem e repetirão até à eternidade, ao começar as suas lições, ou, ai de mim, os seus livros, essas fórmulas magníficas que encerram a Sabedoria e a Filosofia da Escola: «O período que vamos estudar continua o que o precede e anuncia o que se segue. É notável pelo que suprime, mas também pelo que estabelece», etc., etc. — Exagero? Ai de mim, cito, apenas (p. 1): «O período que se estende de 1848 até por volta de 1860 imprimiu a sua marca na história (?), quer pelo que destruiu quer pelo que começou a construir... Neste sentido, o movimento de 1848 pertence ao período anterior e concluí-o. Mas é também um começo, e orientou o futuro.» Porque não fazer destes textos e de alguns outros, sob o título sedutor de *Ideias gerais* (ou mesmo, se preferirem, de *Filosofia da história*), uma boa edição muda — quero dizer, datas e nomes em branco? Cada um preencheria os espaços à sua vontade. E estou a ver o historiador de Ramsés II, Sesostris, a começar: «O período que se estende de... a cerca de..., imprimiu a sua marca na História», etc.

Depois disto, espantemo-nos com as cóleras e as ironias de tantos bons espíritos que, ao virem para a história, acreditam encontrar em livros deste género a satisfação das suas curiosidades e, feita a experiência, se irritam por ver tantos esforços, dinheiro e bom papel impresso, não conduzirem senão a propagar essa filosofia — essa concepção de uma história psitácica sem mistério e sem vida, de uma história em que já ninguém sente, para utilizar a linguagem de Paul Valéry (que deliberadamente faço questão de citar), «essa suspensão ante o incerto que caracteriza a grande sensação das grandes vidas — a das nações diante da batalha em que está em jogo o seu destino; a dos ambiciosos na hora em que vêem que a hora seguinte será a da coroa ou do cadafalso; a do artista que vai descobrir o seu mármore ou dar ordem de retirar os arcos e as escoras que ainda suportam o seu edifício». E se fosse só isso!

Retomo o livro. Total ausência dos homens. Nenhuma preocupação com o que eles foram, com a sua formação, com o seu carácter, com a sua psicologia. O ser humano que sente, que pensa, que sofre, que age, que goza: não usamos cá disso. Por três ou quatro vezes, menciona-se a intervenção de um tal Marx. Ou, por outro lado, os livros de um certo Comte. Quanto aos homens que usaram esses nomes: porquê interessarmo-nos por eles? Títulos, nomes, datas, títulos, nomes, aí está a resposta para tudo. De tempos a tempos, no entanto, uma fórmula. Eis, enumerados, os últimos escritos de Augusto Comte: «O sentimento encontra aí lugar ao lado da inteligência — e o amor guia a acção.» *O Amor que guia a Acção* e o *Sentimento que encontra o seu lugar no lar da Inteligência:* dois bons temas para medalhas, na verdade. Mas parece-me que para Dupont e Durand, seduzidos, há muitas possibilidades de que estas palavras bem aplicadas tomem, toda a sua vida, o lugar de Augusto Comte — e ressoem no vazio dos seus cérebros incultos, num nada de pensamentos e de experiências. E é isso que me assusta. Porque toda a pedagogia vai longe — e a da história talvez mais longe que outras...

Resumamos: Ausência de indivíduos enquanto tais. Impossível discriminação entre os insignificantes e os muito grandes. Acumulação de mediocridades que nos levam a perguntar que têm a ver com a história. Murger, Laprade, quem mais? — Vamos, uma vez mais, e não será a última; uma vez mais, e sem estabelecer preferências entre pessoas (será preciso dizê-lo), repitamos essas coisas importantes. Essas coisas que os manuais nunca dizem, e que portanto é preciso proclamar não uma, mas dez vezes: «O homem, medida da história. Sua única medida. Muito mais que isso, a sua razão de ser.» Nas velhas casas do Franco-Condado, no tempo da minha juventude, havia sempre, ao fundo da alcova dos velhos, um DEUS ÚNICO, emoldurado de negro. Os *Annales* estão prontos a mandar fabricar, para uso dos historiadores, tantos HOMEM ÚNICO quantos forem precisos para a sua satisfação pessoal. Vamos, quem se inscreve?



## CONTRA O ESPÍRITO DE ESPECIALIDADE

### Uma carta de 1933

MEU CARO AMIGO, lamento a sua decisão, lamento-a mesmo muito. A *Enciclopédia* QUER agrupar, DEVE agrupar os cérebros, em todos os domínios da investigação francesa. Agrupá-los-á, já os agrupa. Teria desejado que o vosso não faltasse ao apelo.

Responde-me três coisas: *Trabalhos já prometidos* — e a isso, nada tenho a dizer. *Extrema dificuldade e desproporção do esforço:* demasiado trabalho material para demasiado pouca iniciativa intelectual. Aqui já começamos a discordar, porque, muito pelo contrário, a parte de iniciativa e de inovação na obra que eu queria ver empreender, parece-me enorme; não se trata de fazer um *álbum de imagens* com o pequeno comentário restrito que se lê ao fundo da página em todos os álbuns que se dizem «comentados»; trata-se de escrever belas páginas de história e de geografia com a ajuda de representações aproximadas e combinadas, apoiando-se e esclarecendo-se uma à outra: *mapas, quadros estatísticos* e *vistas* propriamente ditas reunidos nas mesmas páginas, com uma pesquisa inteligente e engenhosa de processos novos de apresentação e também de tradução (fazer variar os números de um quadro estatístico, desenhando de outra maneira os «períodos», imagino, e mostrar, perante o mapa imutável e a «fotografia-testemunho», as consequências, etc., etc.). Sim, é difícil: não *mecanicamente* (se bem que o talento mecânico não seja coisa para desdenhar), mas intelectualmente. Tão difícil que, da primeira vez, não se chegará à perfeição. Mas a *Enciclopédia* é uma obra em *evolução* permanente e que, *de ano para ano*, se completará, se aperfeiçoará, se refará.

Enfim, terceiro argumento — e aí, é o desacordo total. Diz-me: «Onde está a Geografia em tudo isso»? Mas, meu caro amigo, está *em toda a parte e em parte nenhuma.* Exactamente como a *história da arte.* Exactamente como o *direito.* Exactamente como a *moral.* Exactamente como... não continuo. Porquê? Porque não estou a fazer uma *Enciclopédia das ciências.*

Repeli energicamente, violentamente mesmo, esse ponto de vista. Encontrei-o diante de mim no ano passado, representado por um notável filósofo: ele tinha-nos trazido uma classificação completa das ciências e pedia que, umas após outras, cada uma das que tinha apurado (e estava lá a geografia, e a moral, e a lógica, e a metafísica, e o direito, e a estatística, etc., etc.) tivesse na *Enciclopédia* o seu capítulo, pequeno ou grande, em que as belezas do espírito especialista se desenvolvessem mais uma vez. *Não, não e não.*

Este é o ponto vivo do debate entre nós. Estou de acordo com todos aqueles que não param de me repetir todo o dia: «Seja duro! Nem uma concessão ao espírito de especialidade, que é o espírito de morte no estado actual do trabalho humano»: estou de acordo, atrevo-me a dizê-lo, comigo próprio, que toda a vida dirigi toda a acção contra o espírito de especialidade — vejam, em última análise, os meus *Annales d'Histoire Economique et Sociale* — e disse: *Não*, as *ciências* não — essas combinações circunstanciais e locais de elementos associados muitas vezes arbitrariamente. Quebrar os quadros abstractos, ir direito aos *problemas* que o homem não especializado traz consigo, põe a si próprio e aos outros, fora de qualquer preocupação de escola, de qualquer «espírito de botão», como se diz na Marinha — é esse o meu objectivo desde sempre, desde a primeira nota redigida à pressa, em Outubro de 1932, que é o germe da *Enciclopédia*. Por aí tornar-se-á sensível a todos a unidade do espírito humano, a unidade da inquietação humana perante o desconhecido: essa unidade que mascara o pulular das pequenas disciplinas ciosas da sua autonomia e que se aproximam desesperadamente, também elas, de uma *autarquia* tão vã e tão funesta no domínio intelectual como no domínio económico. Façamos, uns e outros, quando houver ocasião, Tratados e Manuais das nossas ciências respectivas: é uma necessidade prática. Mas não terão valor *humano* senão animados do largo espírito de *unidade* científica que, precisamente, a *Enciclopédia* quer servir e servirá.

Esse pensamento é de sempre. E não traio nenhum segredo dizendo-lhe que se me lancei na *Enciclopédia* com tudo o que ainda posso guardar de entusiasmo, é porque entrevi o meio, que subitamente me era dado, e da forma mais imprevista, de servir ideias que são desde sempre as minhas e que, cada vez mais, são as dos cientistas que pensam as suas ciências no quadro da Ciência. Não, a geografia humana como tal não figura na *Enciclopédia*. E retomo a sua fórmula final, e o voto que ela exprime, para melhor traduzir o meu pensamento: não, meu amigo, *nunca* a geografia humana encontrará «a sua casinha *independente* no edifício enciclopédico». Do mesmo modo que a química, a botânica, etc. Seria a própria negação do programa, do designio da *Enciclopédia*. Ela não é uma «cidade-jardim» das ciências e das artes: cem pequenos pavilhões isolados, cada um com o seu porteiro, o seu aquecimentozinho central, e o dono da casa com os seus pequenos hábitos; é a casa comum de *todos* os cientistas e de todos os artífices, sustentando-se uns aos outros com as suas ideias, os seus métodos, as suas procuras e as suas preocupações: reconhecendo que são irmãos de intenção e de esforços, que têm os mesmos objectivos e que, do êxito ou do fracasso de um, o outro deve tirar proveito e ensinamento.



Porque não peço a professores eminentes que componham Manuais ou Tratados de anatomia, de mineralogia ou de química — não desprezo o poder intelectual que a arte de fabricar o oxigénio, ou o ácido sulfúrico, ou o piramido, implica. Faço outra coisa, simplesmente, e porque assim o decidi — com fins que creio muito elevados, muito úteis hoje, fins que à minha volta se está de acordo em considerar como tais: com este *se*, significo homens que são os mestres nas suas disciplinas, reconhecidos e consagrados como tais no mundo inteiro; mas que também estão preocupados com deitar abaixo as divisórias e fazer circular por cima das caixinhas fechadas em que os especialistas operam, com as janelas todas fechadas, a grande corrente de um espírito comum, de uma vida geral da Ciência.

Paro e tenho de parar porque isto é o próprio fundo do meu pensamento, aquilo que me importa acima de tudo — desculpe-me, pois, a expansão... Dê aos seus alunos o Tratado que resumirá, que prolongará a sua experiência e o seu esforço fecundo no quadro da sua disciplina: sabe que não serei o último a regozijar-me quando tiver enfim nas mãos, pensado e redigido por si, o livro que nos falta. Mas isso é uma coisa, a *Enciclopédia* é outra, muito diferente, e também legítima. Teria gostado que passasse de um plano a outro, como os que me seguem — e que servisse a um tempo não dois deuses ciumentamente antagonistas e rivais, mas o mesmo deus sob os seus dois aspectos, o «local» e o «universal».

Creia, etc...

## CONTRA OS JUÍZES SUPLENTES DO VALE DE JOSAFAT

### I

### CAMILLE DESMOULINS: HISTÓRIA OU REQUISITÓRIO?

Historiador, destruidor de santos. O santo, hoje é Camille Desmoulins. O nicho, o seu *Velho Franciscano.*[1] O destruidor, Albert Mathiez.[2]

«*O Velho Franciscano* foi, não um grito de dor, mas a manha calculada de um panfletário numa situação aflitiva.» A sua veia de «satírico picardo e parisiense» é, demasiadas vezes, a de um «obscuro periodista escocês» (entenda-se Gordon, autor do *Discurso sobre Tácito*, 1728, e sobre Salústio, inúmeras vezes reimpressos na Inglaterra e traduzidos em francês várias vezes: A. Mathiez estabeleceu que Desmoulins se serviu largamente deles em alguns números do *Velho Franciscano*). — «Como um aluno preguiçoso, como o jornalista pressionado pelo trabalho, Desmoulins colhe e reúne apressadamente fragmentos recolhidos numa obra da sua biblioteca.» E, sendo assim, «que pensar da sinceridade do maior dos dantonistas»?

Estas citações, que tiro da Introdução, informam-nos acerca do «clima» da publicação. É, na verdade, das mais sensatas, sérias e aprofundadas. Dá-nos de um texto muitas vezes citado e sempre apreciado uma edição crítica, sólida, bem anotada, abundantemente cheia de apêndices que, quanto a mim, teria preferido ver agrupar e fundir conjuntamente, num estudo preliminar — mas que, tais como estão, estão cheios de utilidade e de saber; projectam a mais crua luz sobre as circunstâncias da publicação, sobre o seu interesse, o seu alcance, os seus efeitos e, sobretudo, o sentido político verdadeiro da estratégia que ela servia.

Posto isto, repugna-me todo este tom de procurador perpetuamente tomado por um historiador — Mathiez — envolto nas suas virtudes cívicas e arrogando-se um direito de juízo retrospectivo, um tanto infantil, em todo o caso bastante desconcertante, uma vez que não se fundamenta sobre outra coisa que não seja o seu próprio sentido: «Acusado Desmoulins, levante-se... Que tem a dizer em sua própria defesa? Afirma que a liberdade (n.º VI, p. 187) é «a fraternidade, a santa igualdade, a recordação na terra, ou pelo menos em França, de todas as virtudes patriarcais» — mas está bem fundamentado para fazer o elogio das virtudes patriarcais?» (*sic;* nota 5, p. 187).

Não continuemos. Toda uma geração de historiadores se deleitou com estes procedimentos. Erguendo-se, como o Procurador de um filme policial, ocupou-se em requerer as penas mais severas contra os actores ou os comparsas da história, em nome de uma moral variável nos seus princípios e de uma política inspirada pela ideologia ora de «esquerda», ora de «direita», indignando-se os procuradores de esquerda, de boa fé aliás, contra os de direita, e reciprocamente. É tempo de acabar com estas interpelações retrospectivas, esta eloquência de Parquet e estes efeitos de peditório.

O historiador não é um juiz. Ao terminar a sua reedição do n.º I do *Velho Franciscano* (p. 48), Albert Mathiez anota: «O fim deste número é pouco modesto. A pretensão de Desmoulins de ser um pensador é risível, etc.» — Seja. Mas depois de ter lido esta passagem do n.º V do *Velho Franciscano* (p. 164): «O que era, num momento de guerra em que tive os meus dois irmãos mutilados e despedaçados pela liberdade — o que era a guilhotina, senão uma estocada, e a mais gloriosa entre todas para um deputado vítima da sua coragem e do seu republicanismo?» — quando encontro esta nota de rodapé: «É penoso, ao ler este exemplo de bravura, evocar a atitude de Camille Desmoulins no momento da sua execução», sinto-me moralmente incomodado. E, pesando as palavras, digo, também eu, ao pregador de modéstia da pág. 48: «Sejamos modestos, não façamos juízos.» Em primeiro lugar porque, quando fazemos história, não é esse o nosso ofício. Depois...

Cobardia, coragem, coragem, cobardia: estas pobres palavras parecem-lhe tão claras, e tão simples; acredita que se pode, humanamente, manejá-las com tanta certeza? Conheço muitos homens da minha geração que, feita a experiência (uma experiência que Mathiez não fez), perderam para sempre o gosto de as pronunciar.

Não, o historiador não é um juiz. Nem sequer um juiz de instrução. E a história não é julgar, mas compreender — e fazer compreender. Não nos cansemos de o repetir. É esse o preço dos progressos da nossa ciência.

[1] Librairie Armand Colin (*Les Classiques de la Révolution*), 1936.

[2] Que não pôde acabar o trabalho: a sua morte prematura deixou esse cuidado a um dos seus alunos, Henri Calvet, que dele se saiu muito bem.

## II

## UM LIVRO PRETENSIOSO SOBRE A REVOLUÇÃO

Traz-me novidades. Novidades mesmo novas. Obrigado. Mas caber-lhe-ia a si espalhá-lo aos quatro ventos? Veremos se isto é verdade. E di-lo-emos. Se no-lo deixar dizer em paz...

Na verdade, caber-lhe-á a si proclamar-se, implicitamente, a única pessoa inteligente e clarividente? Única digna de ser lida, ouvida, aprovada? E para os infelizes que o precederam e que não tiveram, pobrezinhos, nem os seus dons, evidentemente excepcionais, nem o seu heroísmo, certamente sobrehumano, parece-lhe legítimo apresentar esta simples alternativa: «Imbecis ou vendidos»?

Autor de um livro pretensioso sobre *A luta de classes na primeira República*, o Sr. Daniel Guérin começa por lembrar aos seus antecessores (p. 368) que Trotsky os classificava de «falsificadores». Uma figura de retórica ciceroniana, dizia Panurgo. Por sua conta, o Sr. Guérin trata-os como grandes finórios que, «astutamente», tentaram «extrair da Revolução Francesa a justificação da sua dominação de classe.» Ah sim, todos. Todos esses historiadores democratas que (p. 369) não conseguiram de modo algum desprender-se do «casulo da democracia burguesa» (bravo pelo casulo!). Primeiro, Jaurès. Esse falso socialista. Que nunca rompeu o «cordão umbilical que o ligava à democracia burguesa» (p. 371). Que nunca conseguiu, o pobre homem, senão «digerir parcialmente» o verdadeiro método materialista. Que pretende ser, ao mesmo tempo, «materialista com Marx e místico com Michelet». O que não é totalmente exacto; Jaurès apenas escreveu: «A nossa interpretação da história será, simultaneamente, materialista com Marx e mística com Michelet»; e dir-se-á: «o que não é tão mau como isso, visto que Michelet, diz-nos o Sr. Daniel Guérin, p. 370, e tem razão para nos dizer, «que ele, pelo seu génio, domina cem côvados acima todos os historiadores da Revolução». Mas não é essa a sua opinião. Este conluio de Michelet e de Marx, é um incesto. Não pode gerar senão bastardia. Sejamos puros.



A Jaurès ainda se devem algumas considerações... relativas. Mas vejamos Mathiez. Pobre Mathiez! Um imbecil ou um vendido. Exactamente como os outros. Do método materialista procurou, sem dúvida, vulgarizar (p. 376) «aquilo que dele conseguiu compreender» — mas seleccionando. Porque «o que dele compreendeu», foi o que «oferecia menor perigo para a classe dominante». Você dá uma grande gargalhada à ideia deste Mathiez a trabalhar para prejudicar o menos possível esta boa classe dominante: não tem razão. Não tente sequer sugerir: «é porque era inconsciente; mas estava de boa fé...» Implacável, o Sr. Daniel Guérin dir-lhe-á: Boa fé, não usamos disso aqui! Todos esses historiadores democratas são, ao fim e ao cabo, para meter dentro do mesmo saco. «Dominados como são pelas suas paixões», sofrem, todos, «a pressão dos seus interesses de classe». De boa fé, de má fé? A psicanálise — esperávamo-la, e sofremos por não a termos visto entrar em acção a não ser nesta tardia página 388 do tomo II — a psicanálise não terá feito esvanecerem-se todas estas distinções caducas? A verdade é que todo o historiador da Revolução que não seja Daniel Guérin, «mente». Talvez inconscientemente, enquanto homem privado; mas, enquanto homem de classe, «mente intencionalmente e para melhor dominar» (p. 388). Ora, Mathiez (para voltarmos a ele), não vão pretender que, «funcionário da III República, leal servidor da democracia burguesa» (p. 378), se não tenha vendido, corpo e alma, à classe dominante? A outros! E quanto a Georges Lefebvre, também ele (p. 379) «não se desprende completamente do casulo da democracia burguesa» (feliz casulo, que pode voltar a servir tantas vezes sem se gastar!); claro que devemos saudar o seu esforço. Mas «lamentar a sua timidez»...

A sua timidez? Alegria pura para um homem do século XVI como eu! Existia já um «tímido Lefebvre» na História. Eis agora dois. Ao d'Étaples, que, há quatrocentos anos, todos os doutrinadores protestantes de estrita observância lamentam ter sido Lefebvre, e não Farel, e isso por medo, por puro temor de ser queimado na fogueira como arenque fumado; porque para esses doutrinadores, não se pode mostrar má vontade diante da doutrina a não ser por medo; ela é logicamente irresistível; eis que ao d'Étaples, vem juntar-se o de Lille; o que se chama Georges e não Jacques; este mestre na arte das alusões que, «libertas dos véus da prudência», seriam «susceptíveis de se transformar em claras e vigorosas conclusões» (p. 379). Porque não há dúvida: se Georges Lefebvre não fala de modo nenhum como o próprio Daniel Guérin, isso é unicamente porque tem medo. Psicologia simples. Cordial. Subtil. A de todos os fanáticos, em todas as épocas.

A esse respeito, uma pequena dissertação sobre «a história imparcial» (p. 379-382). O sopro refrescante do bacharelato de filosofia. E quando nos sentimos com pouco fôlego, uma boa citação de Raymond Aron — que não é culpado. Mas depressa se volta à ideia

fundamental: os historiadores burgueses? «têm todos qualquer coisa a esconder» (p. 389). Só o Sr. Guérin «não tem nada a esconder» (p. 389). Eles? Têm as mãos cheias de verdades, mas abri-las, nunca. Causam deste modo «à história» (mas quem é essa senhora?) um prejuízo «cuja importância é impossível determinar». Em resumo, estes mentirosos «enganam-nos».

Oh! O Sr. Guérin é um bom príncipe. Consentirá em dizer, se lhe pedirem muito: «Enganam-se ou enganam-nos» (p. 388). Expressão que lhe parece «menos descortês para com os mestres que...», etc. Mas, caro Senhor, tratar esses mestres como falsários, como Trotsky; e, em seguida, como mentirosos; e, depois, como fabricantes de alusões, «prudentemente» obscuras; escrever que os apanha em «flagrante delito de dissimulação» — será isto cortesia? A cólera apodera-se de si. «Porque não havíamos de ter o direito de nos encolerizarmos? (p. 389)» Oh, tem esse direito. Plenamente. «Encolerize-se.» Como o Padre Duchêne, f... Mas ele era, aquele..., era f..., infinitamente mais divertido que você com as suas cóleras ao rubro, f... Venham o Padre Duchêne. Não deixava os seus créditos por mãos alheias. Viva a sua vida e que nos deixem em paz com estas exaltações laboriosas de escritor. Que não tem propriamente «as mãos vazias».

Esse tom? Lembra-me qualquer coisa — ou alguém. Ah, sim! Georges Sorel. A brandir antecipadamente a sua «faca de cozinha» contra Jaurès. O caro Sorel de Lagardelle e de Mussolini. — Viva o Padre Duchêne, *foutre*!

Uma última palavra. Uma vez que somos todos ou idiotas ou vendidos — isto é questão assente — porquê dedicar às nossas revistas «burguesas», às nossas revistas «que têm qualquer coisa para esconder», às nossas revistas que mentem e dissimulam, o seu livro? Não foi você, foi o editor? Ah, tem-se enforcado, em nome de boas doutrinas, muitas pessoas de bem que não tinham desses conluios a pesar na consciência!

Dito isto, que era preciso dizer (e eu peço ao leitor que considere que não sou, felizmente para mim, historiador da Revolução; que mal conheci Mathiez, e de muito longe; e que, portanto, intervenho neste debate a título puramente gratuito: a título de bicho velho, sem mais, que data do século passado e não compreende nada de nada) — dito isto, se abordarmos o próprio livro do Sr. Daniel Guérin, o que é que aí iremos encontrar?

Um estudo, um inquérito em segunda mão, mas desenvolvido e vivo, sobre o tema: «A Revolução francesa foi uma revolução burguesa. Mas foi também outra coisa: o esboço, o embrião de uma revolução proletária. Tentemos demonstrá-lo. Examinemos com uma atenção particular a história desta revolução proletária, apesar de fragmentada, apesar de embrionária...»



Aqui, tenho vontade de responder: «Mas, caro Senhor, examine. Esteja à vontade. Pensa que vemos nisso algum inconveniente?» Diria mais. Tenho muita vontade de responder: «Mas isso é evidente! Traz-nos uma revelação súbita. Confia-nos o seu grande desígnio como se fosse miraculoso. Dir-lhe-ei que, pela minha parte, não vejo nisso nada de miraculoso? E que, de antemão, estou bastante disposto a acreditar em si? Li, exactamente como qualquer outro, textos como estas cartas de Babeuf anteriores a 1789, que sempre me encantaram. E porque recusaria eu dar atenção aos factos que nos alega?» — «Ah, porque está corrompido por sentimentos de classe! Você não é trotskista... — Caro Senhor, não sei nada disso; você também não. Isso são assuntos meus. E que eu seja trotskista ou estalinista, ou papista, ou budista, o que é que tem com isso? Quando faço história, sou historiador. — Imbecil! Está ao serviço de interesses que o dominam. E é tão tonto que nem sequer dá conta disso. Ou então tão canalha que faz como se... Veja, a minha argumentação é simples; consiste em oferecer-lhe a escolha: idiota? ou vendido? ou as duas coisas ao mesmo tempo? Não é um quebra-cabeças...»

Falemos a sério. O inconveniente, entre muitos outros, dos processos de discussão que D. Guérin adopta, é que quase o impedem de dizer: «Sou da sua opinião» — se se tem algum sentido da sua própria dignidade (mas afinal de contas, depois da psicanálise, haverá ainda lugar para falar de dignidade própria?). Sentimo-nos constrangidos. Se o contradizemos, D. Guérin dirá que é por interesse ou por medo. Se o aprovamos, não será por medo, ou por interesse?

Aprovamo-lo? Não se trata da questão de fundo. Pertence aos historiadores especializados no estudo da Revolução discuti-la. Trata-se do esforço e da tentativa. Pessoalmente, não vejo nada que me impeça de o aprovar. Defino de boa vontade a história como necessidade da humanidade — a necessidade que sente cada grupo humano, em cada momento da sua evolução, de procurar e de valorizar, no passado, os factos, os acontecimentos, as tendências que preparam o tempo presente, que permitem compreendê-lo e que ajudam a vivê-lo. E acrescento: reconstituir a mentalidade dos homens de outrora; meter-se na cabeça deles, na sua pele, no seu cérebro, para compreender o que foram, o que quiseram, o que realizaram; mas não considerar, entretanto, que dependa de um homem fazer parar a sua obra em determinado ponto, a partir do momento em que essa obra se difunda no mundo; estar, pelo contrário, atento a este drama perpétuo do grande homem, do grande investigador, do grande inventor, do homem de génio, a quem ainda durante a vida a sua obra escapa — a sua obra que se deforma, a sua obra que se altera, a sua obra que, adoptada pela multidão e desenvolvendo os seus efeitos ao longo do tempo, acaba, muitas vezes, por dizer exactíssimamente o contrário do que ele queria que ela dissesse (ver Lutero e o luteranismo) —, é este o dever do historiador. Então, caro Senhor, o que é que poderá incomodar-me, na sua tentativa? Procuro-o em vão,

não o encontro. Não vejo senão injúrias. Elas incomodam-me. Não me tome por um maricas. Sei dizer *não*... exactamente como qualquer outro. Mas não acredito nos grandes gestos sensacionais dos procuradores de cinema. Nos requisitórios filmados. Nos desprezos do ministério público. Perdoe-me. Sou um velho historiador muito ridículo. Muita sorte para os nossos sucessores, se esse tom vier a tornar-se regra.



## Sobre uma Forma de História que não é nossa

### A HISTÓRIA HISTORICIZANTE

Li com cuidado, e naturalmente com interesse, o livrinho que o meu velho amigo Louis Halphen, aproveitando os ócios forçados que o Governo de Vichy lhe proporcionava, compôs na solidão, longe dos seus livros roubados e dos seus papéis dispersos pelos «ocupantes», tendo por único apoio a sua experiência — a de um historiador que desde 1900 não parou de trabalhar, ora por sua conta pessoal, ora provocando e dirigindo o trabalho dos outros: penso, naturalmente, na colecção *Peuples et Civilisations* a que se liga o seu nome, com o de Sagnac.

Halphen intitula esse livrinho *Introdução à história.* [1] Mas, mais que uma Introdução, é uma *Defesa* da história que ele empreende. «Nunca se contestou tão vivamente, diz-nos ele, a utilidade dos estudos históricos... Não é meu intento advogar uma causa que se defende por si própria...» Ah! parece que nem por isso; se assim não fosse, há muito tempo que os ataques teriam cessado. Louis Halphen bem desconfia, pois logo empreende a defesa, a justificação de uma tomada de posição há muito tempo conhecida, e sem mistério.

«De todas as fidelidades, escreve o Gide dos *Pretextos* (p. 97), a fidelidade a si próprio é a mais estúpida, se deixa de ser espontânea.» Nada de mais espontâneo, logo de mais legítimo, que a fidelidade do historiador de Carlos Magno às suas ideias. Tal como o encontramos sob os seus galardões, tal como era ao sair da *École des Chartes*: o paladino convicto dessa forma de história que Henri Berr baptizou, com felicidade, história historicizante. Louis Halphen dedicou-lhe a vida. E se hoje nos dota de uma *Introdução à história*, é preciso compreender que não é nada à universal Clio que ele oferece esse sacrifício — a Clio abrigando sob as pregas do seu peplo todas as formas, todas as variedades, todas as diversidades de escolas his-

[1] Paris, Presses Universitaires, 1946.

tóricas, como a Virgem da Misericórdia abrigava sob o seu manto todos os representantes legítimos da cristandade. Mais modesto, e mais orgulhoso, Halphen não pensa senão numa certa forma de história: a que ele cultiva; e concede-nos a honra de pensar que todos a aceitamos como a única que vale. *Introdução à história? Defesa da história?* Não. Discurso de defesa da História historicizante, acerca da qual Berr escrevia, em 1911: «Há uma forma de história que, bastando-se a si mesma, pretende além disso bastar ao conhecimento histórico.» Esta frase regozija-me. Constitui, por si só, o resumo crítico do livro de Louis Halphen.[1]

*

* *

O que é de facto um historiador historicizante? Utilizando os termos de uma carta que o próprio Halphen lhe escrevia em 1911, Henri Berr respondia, em suma: um homem que, trabalhando sobre factos particulares por ele mesmo escolhidos, se propõe ligar esses factos entre si, coordená-los e depois (cito o Halphen de 1911) «analisar as mudanças políticas, sociais e morais que os textos nos revelam num dado momento». As mudanças particulares, entenda-se, porque, para o nosso autor, a história define-se como uma ciência do particular.[2]

Ora, abramos a *Introdução à história* de 1946. Ao longo do livro, três capítulos fundamentais: I, O estabelecimento dos factos; II, A coordenação dos factos; III, A exposição dos factos. A doutrina, a velha doutrina das duas operações que constituem a História, não mudou: primeiro estabelecer os factos, depois trabalhá-los. Assim procediam, dizem-nos, Heródoto e Tucídides. Assim Fustel e Mommsen. Assim todos nós hoje. Espero bem. Mas, estabelecer os factos, depois trabalhá-los: aí está uma dessas fórmulas claras que deixam ansiosos, e atónitos, todos os espíritos curiosos...

Porque enfim, os factos... A que chamam vocês factos? Que é que põem atrás dessa pequena palavra, «facto»? Pensam que os factos são dados à história como realidades substanciais, que o tempo enterrou mais ou menos profundamente, e que se trata simplesmente de desenterrar, de limpar, de apresentar sob uma luz intensa aos vossos contemporâneos? Ou retomais por vossa conta o dito de Berthelot, que exaltava a química a seguir aos seus primeiros triunfos — a química, a *sua* química, a única ciência entre todas, dizia ele orgulhosamente, que *fabrica o seu objecto.* No que Berthelot se enganava. Porque todas as ciências fabricam o seu objecto.

Para os nossos antecessores, os contemporâneos dos Aulard, dos Seignobos, dos Langlois, para esses homens a quem «a Ciência» se impunha tão fortemente (mas eles ignoravam tudo da prática das ciências e dos seus métodos), para eles é bom imaginar que um histologista é um homem a quem basta meter no seu microscópio uma tira de cérebro de rato: capta imediatamente factos brutos, factos indiscutíveis, factos «cozinhados», se me atrevo a dizê-lo; não resta senão arrumá-los nas suas gavetas. Dádiva, não de Michelin, mas da própria Natureza... Muito se teriam espantado os historiadores nossos antecessores se lhes dissessemos que, na realidade, um histologista fabrica primeiro, com abundância de técnicas delicadas e de corantes subtis, o próprio objecto das suas pesquisas e das suas hipóteses. «Revela-o» de certa maneira, no sentido fotográfico da palavra. Após o que o interpreta. «Ler os seus cortes», operação que não é simples. Porque descrever o que se vê, ainda passa, mas ver o que se deve descrever, isso é que é terrível! Sim, muito teríamos espantado os nossos antecessores ao definirmos os factos, como um filósofo contemporâneo, como «pregos a que se prendem as teorias». Pregos que é preciso fabricar antes de os pôr na parede. E, tratando-se de história, é o historiador que os fabrica. Não é, como ele diz, «o Passado». Ou, por uma estranha tautologia, «a história».

Estão de acordo? Digam. Não estão de acordo? Discutam. Mas, por favor, não passem sobre este problema em silêncio. Este diminuto problema. Este problema capital.

*

* *

Aí está um primeiro silêncio que nos separa. E quantas consequências!

Ouviram os mais velhos repetir bastantes vezes: «O historiador não tem o direito de escolher os factos». Com que direito? Em nome de que princípios? Escolher, atentando contra a «realidade», logo contra a «verdade». Sempre a mesma ideia; os factos, pequenos cubos de mosaico, bem distintos, bem homogéneos, bem polidos. Um tremor de terra deslocou o mosaico; os cubos enterraram-se no solo. Retiremo-los e, sobretudo, velemos por não esquecer um único. Reunamo-los todos. Não escolhamos... Diziam isso, os nossos mestres, como se toda a história não fosse uma escolha, pelo simples facto do acaso que destruiu determinado vestígio e protegeu um outro (não falemos, por agora, do facto do homem). E se houvesse apenas essa espécie de acasos? — De facto, a história é escolha. Arbitrária, não. Preconcebida, sim. E ainda isto, caro amigo, nos separa.

[1] *L'histoire traditionnelle et la synthèse historique*, Paris, Alcan, 1921, 146 pp. A «Discussão com um historiador historicizante», que constitui o fundo do capítulo II, data já de 1911.

[2] Um particular que, captado dentro de um mesmo círculo de civilização, numa certa época, se assemelharia extremamente a um geral. A darmos audiência a essa grande senhora, cara a Pirenne, cara a Marc Bloch, cara a todos nós aqui, que se chama *história comparada*.

Hipóteses, programas de pesquisas, mesmo teorias: outras tantas coisas que se procuram na sua introdução, mas que não se encontram lá.

Ora, sem teoria prévia, sem uma teoria preconcebida, não há trabalho científico possível. Construção do espírito que responde à nossa necessidade de compreender, a teoria é a própria experiência da ciência. De uma ciência que não tem por objecto último descobrir leis, mas permitir-nos compreender. Qualquer teoria é naturalmente fundada sobre este postulado de que a natureza é explicável. E o homem, objecto da história, faz parte da natureza. É para a história o que a rocha é para o mineralogista, o animal para o biólogo, a estrela para o astrofísico: uma coisa a explicar. A fazer compreender. Portanto, a *pensar*. Um historiador que recusa pensar o facto humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses factos, como se os factos não fossem em nada fabricados por ele, como se não tivessem sido minimamente escolhidos por ele, previamente, em todos os sentidos da palavra escolhido (e não podem ser escolhidos senão por ele) — é um auxiliar técnico. Que pode ser excelente. Não é um historiador.[1]

*

* *

E termino com a minha grande censura. Introdução à História, Métodos da história, Teoria da história, Defesa da história... — Mas o que é então a história?

Vou-lhe dizer... Você recolhe os factos. Para isso vai aos Arquivos. Esses celeiros de factos. Lá, só tem de se baixar para os recolher. Cestadas cheias. Sacode-lhes o pó. Pousa-os na sua mesa. Faz o que fazem as crianças quando se divertem com «cubos» e trabalham para reconstituir a bela imagem que alguém decompôs para elas... A partida está jogada. A história está feita. Que quer mais? Nada. Senão: *saber porquê*. Porquê fazer a história? E logo, o que é a história?

Não mo diz? Então vou-me embora. Lembra-me aqueles pobres tipos a quem a Universidade, por uma deplorável aberração, confiava a tarefa — no entanto difícil entre todas — de iniciar nas matemáticas os «literatozinhos» que éramos, nos bancos do primeiro e do segundo ano do liceu, do terceiro. Como conseguiram impedir-me de fazer as matemáticas! É que eles reduziam-nas a não sei que revelação de pequenos processos, de pequenos artifícios, de pequenas receitas para resolver os problemas. «Truques», como nós diziamos no nosso calão de estudantes, hoje antiquado...

Mas aí está: os «truques» não me interessavam absolutamente nada. Davam-me «boas indicações» para fazer qualquer coisa, sem nunca me dizerem porque é que essa qualquer coisa merecia ser feita. Como e porquê tinha sido inventada. E, finalmente, para que é que isso servia... Para entrar um dia na Escola Politécnica? Mas a Politécnica não é um fim em si. E já nesse tempo (tanto pior para mim) eu tinha algumas exigências de espírito fundamentais... Então, era muito simples. Virava as costas às matemáticas. E, de entre os meus camaradas, aqueles que não se interrogavam tanto, triunfavam...

A história historicizante pede pouco. Muito pouco. Demasiado pouco para mim e para muitos outros além de mim. É essa toda a nossa censura: mas é sólida. A censura daqueles para quem as ideias são uma necessidade. As ideias, essas valentes mulherzinhas de que fala Nietzsche, que não se deixam possuir por homens com sangue de rã.

[1] Há um Índice de nomes de autores no livro de Louis Halphen. É um testemunho à sua maneira. Não é significativo que não figurem lá nem Camille Julian, nem Henri Pirenne, nem Marc Bloch, nem Georges Lefebvre, nem, no conjunto, nenhum daqueles que são para nós os historiadores, os verdadeiros historiadores deste tempo? Não falo de Vidal: a geografia não tem direito de cidade na história historicizante.

## DUAS FILOSOFIAS OPORTUNISTAS DA HISTÓRIA

### De Spengler a Toynbee

Sobre a minha mesa três livros grandes. Na primeira página, um nome muito conhecido em Inglaterra (e mesmo fora da Inglaterra), tanto por méritos pragmáticos como por obras científicas: Arnold J. Toynbee. Título: *A Study of History*[1] Não tomemos o ar de descobrir uma obra, que há quem assegure dever colocar-se, pelo seu estilo e pelas suas dimensões, ao lado da célebre obra de sir James Frazer. Tal como o autor de *The Golden Bough* instaurou o estudo comparativo das instituições religiosas «primitivas» — assim A. Toynbee pretende levar a cabo, numa vintena de volumes, um estudo comparativo das civilizações que a humanidade sucessivamente criou: o estudo, se quisermos, das experiências humanas em matéria de civilização.

Amplo e generoso projecto. Se desde logo nos inspira um assombro que não nos passa pela cabeça dissimular; se, bem pesadas todas as coisas, deve inspirar-nos por fim um afastamento metódico e racional, pelo menos não oporemos ao seu autor nenhuma questão prévia. Não entraremos nesses grandes livros com um áspero desejo de orquestrar a vingança fácil do «especialista» sobre o ensaísta sedutor. O livro é complexo. Positivo e negativo ao mesmo tempo, liga-se por um elo evidente a toda uma série de manifestações recentes — diversas na forma, parecidas no espírito.

De há alguns anos para cá, os historiadores têm o privilégio de ser postos na berlinda por uma porção variada de homens notáveis — poetas, romancistas, jornalistas, ensaístas — que, desviando em favor de Clio alguns momentos de uma vida dedicada a outros cultos, compreendem instantaneamente (pelo menos asseguram-no) o que anos sucessivos de estudo não tornaram os historiadores capazes de

[1] Oxford University Press; Londres, Humphrey Milford; 1.ª ed., Junho de 1934.



perceber e exprimir. Após o que, com uma caridade que nuns se matiza de ironia francesa, noutros, de furor germânico ou de humor inglês, esses espíritos brilhantes e rápidos nos comunicam, em alguns traços fogosos, as suas descobertas ou os seus sistemas. Que fazer? Agradecer-lhes sem falsa vergonha; examinar com toda a sinceridade as suas críticas; render-nos ou resistir? Sim, se vemos neles camaradas de combate, e que podem tocar-nos, seja por argumentos racionais, seja por apelos ao sentimento: porque apesar de tudo nós, historiadores, vivemos na mesma atmosfera de crise que os outros homens nossos contemporâneos, e precisamos, para perseverar, de confiança em nós e nas nossas obras. Não, se, por detrás de um guarda-vento de história descobrirmos nesses homens a sedução de erros e de ilusões. Não, resolutamente não, se verificarmos nos seus escritos a acção de um veneno do espírito. E aí está o que nos obriga a um longo exame.

Entretanto, antes de abordar Toynbee e a sua obra, uma chamada. À guisa de introdução, mas de modo nenhum como aperitivo.

### OSWALD SPENGLER: GRANDEZA E DECADÊNCIA DE UM PROFETA

Em 1922, apareceu um livro na Alemanha. Nome de autor desconhecido, Spengler. Título com efeito garantido: *Der Untergang des Abendlandes*[1]. Ainda estou a ver nas montras das livrarias renanas empilharem-se rimas impressionantes desses *in-octavo*: fundiam-se como neve ao sol. Em algumas semanas o nome de O. Spengler era célebre no mundo — e o seu livro conhecia o maior sucesso que um livro de filosofia histórica tinha tido na Alemanha, desde Gibbon. Sucesso não é ainda a palavra adequada: seria preciso falar de revelação.

No estrangeiro, acolhimento menos caloroso. Curiosidade reservada em Inglaterra; desconfiança irónica no nosso país: esperou-se três anos (1925) pelo livrinho de Fauconnet que catalogava os temas spenglerianos, e dois anos por uma tradução. Entretanto, uma copiosa literatura (*Der Streit um Spengler*, *O. Spengler und das Christentum*, etc.) voltava de todos os lados, com uma paciente monotonia, as ideias do profeta, daquele que não hesitava em proclamar-se a si mesmo o «Copérnico da história». Não o julguemos; julgar não é o ofício de um historiador; tentemos compreendê-lo, o que quer dizer, essencialmente, pôr o seu livro, e o seu sucesso, em relação com as necessidades de uma Alemanha onde desde essa altura estava em gestação o que seria o nacional-socialismo hitleriano.

[1] C. H. Beck, Munique, 2.ª ed., 1924, t. I, *Gestalt und Wirklichkeit*; t. II, *Welthistorische Perspektiven*; in-8.°, 549 e 666 páginas.

O homem — que morreu em 1936 num grande abandono — o homem tinha nascido em 1880, na Prússia Oriental. Protestante, de família modesta, doutorou-se em 1904 em «Ciências Naturais», com uma dissertação sobre Heraclito. Ora, toda a *Decadência do Ocidente* é testemunho de um ódio violento contra o respeito de que muitos Alemães rodeavam as ciências da Natureza e o liberalismo dos seus adeptos, especialmente a sua concepção de progresso; progresso, liberalismo, os deuses cujo culto tinha sido imposto ao jovem Spengler pelo seu meio familiar, pelos seus mestres e pelos seus companheiros de estudo. Reacção brutal contra isso — e também contra o atomismo histórico, o trabalho de monografia, o recorte da história em secções que se ignoram: história diplomática, económica, literária, das ciências, das filosofias, etc. No lugar de todos esses compartimentos, um vasto e luminoso palácio. Uma história totalitária. Povos e línguas, deuses e nações, guerras, ciências e filosofias, concepções da vida e formas da economia: tantos símbolos a interpretar. Analogia, o próprio método da história. Entre o cálculo integral e a política de Luís XIV, entre a geometria euclidiana e a cidade grega, entre o telefone e o mecanismo do crédito, as relações e as correspondências não são superficiais e fortuitas. São íntimas e essenciais.

Todos os factos humanos de uma mesma época se integram em «culturas». E essas culturas são seres vivos. Plantas, digamos — que nascem, se desenvolvem, murcham e morrem. O seu destino começa quando o crescimento, a proliferação de tudo o que elas englobam na sua unidade, se torna anárquica e desregrada. Quanto ao resto, se bem que todas cumpram pela mesma ordem as mesmas etapas — cada uma difere profundamente das suas vizinhas pela própria alma que as anima. A nossa cultura ocidental possui a alma de Fausto — eterna tensão, desejo do impossível, dinamismo do coração e do espírito. A alma da cultura antiga era «apolínea»: estática e não dinâmica; calma, lentidão, serenidade; nada de cronómetro nem de história científica, mas a coluna dórica e a geometria de Euclides. E do mesmo modo se podia dar à cultura egípcia o seu símbolo: o caminho cortado, estreito e misterioso que guia o visitante para o túmulo secreto do Faraó. Mas todas essas culturas, por distintas que sejam, conhecem sucessivamente um período ascendente *(Kultur)*; um período descendente *(Civilization)* — e, finalmente, a morte.

Devemos debruçar-nos sobre estas imagens vivamente coloridas como o amador se debruça, com a sua lupa, sobre uma prova antecipada da *Feira de Impruneta*? Que nos querem essas culturas unificadas e totalitárias, de que partilhariam indistintamente e do mesmo modo todos os homens que vivem numa mesma época, qualquer que seja a sua condição social — e quer se trate de Bergson ou de Babitt, do caixeiro do «Printemps» atrás do seu balcão, do cientista no seu laboratório ou do rendeiro na sua aldeia? Então têm, todos, a alma faustiana e a sua grandeza violenta? — Mas essas belas palavras, essas metáforas vitalistas: nascimento, desenvolvimento, morte das culturas?



Velho feito novo. E que transporta o leitor francês aos belos tempos (1887) de Arsène Darmesteter e do seu livrinho *A vida das palavras*[1], tão depressa burilado por Michel Bréal: ainda este século não tinha nascido.

Como explicar então o sucesso prodigioso de Spengler, e não só junto do grande público, sem defesa contra as suas impressões, mas também junto de todos os homens cultos da Alemanha e da Áustria, sobretudo dos jovens?

*

*    *

É que a todos Spengler aparecia como um libertador. Quando lemos as suas invectivas e as suas objurgações: «Basta de monografias, de sínteses!» — somos tentados a sorrir. Claro que nós também temos os nossos míopes, as nossas toupeiras escavadoras[2] — mas não nos faltam as sínteses substanciais e vivas. Na Alemanha, pelo contrário, a história continuava submetida, ainda a seguir à guerra, a um regime de especialização exagerada. Escritas em jargão por técnicos para técnicos, as monografias não saíam dos círculos universitários; a história, cujas fundações pacientemente edificavam, era coisa de doutores encarniçados em contradizer-se: Vadius desfazendo Trissotin. Um mundo fechado, esse domínio dos técnicos e das suas bárbaras dissertações inaugurais. O homem normal culto não tinha aí onde penetrar. *Fach*, e sacrílego o leigo que punha a mão num *Fach*[3].

Ora Spengler pregava esse sacrilégio — e o emprego comum das riquezas pilhadas. Spengler pregava-o, não em jargão de especialista, mas numa linguagem clara, viva, cheia de cadência e de brilho. A inquietação intelectual dos burgueses do pós-guerra lançava o alimento de uma história por ele extorquida aos historiadores com patente — uma história traduzida em fórmulas, cada uma das quais cobria séculos de passado humano. Entre factos até então estritamente limitados a compartimentos estanques — estabelecia relações que prendiam pelo seu imprevisto e divertiam pela sua variedade: a geometria de Euclides estendendo a mão à coluna dórica, que espectáculo atraente! Todo um público ficou a dever a Spengler a satisfação ingénua e pura de descobrir a história — ou pelo menos uma

[1] Paris, Delagrave, 1887, in-12, XII-212 páginas. Introdução, p. 3: «As línguas são organismos vivos, cuja vida, por ser de ordem puramente intelectual, não é menos real — e pode comparar-se à dos organismos do reino vegetal ou do reino animal.» — Cf. igualmente, no fim, p. 175; «Na vida orgânica dos vegetais e dos animais, como na vida linguística, encontramos a acção das mesmas leis», etc.

[2] Cf. as reflexões de Georges Espinas, nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, t. VI, 1935, p. 365: *De l'horreur du général: une déviation de la méthode érudite.*

[3] Em alemão no original: designa compartimento; especialidade; domínio; profissão; competência (N. T.).

história posta ao seu alcance, com perspectivas esboçadas por ele. E esse público agarrou a oferenda com reconhecimento.

Tanto mais que o autor, tornando-se profeta, anunciava o declínio de tudo aquilo a que os seus leitores estavam verdadeiramente apegados: nova fonte de alegria e de libertação. Porque, enfim, participar no desenvolvimento de uma civilização que cresce, está bem. Viver os dias de um declínio, melhor. E, posto diante da morte, aceitá-la virilmente. «Seja, que venha!» — bela atitude romântica; uma pessoa aplaude-se a si mesma por a adoptar. Claro que os historiadores de profissão encolhiam os ombros ou denunciavam o escândalo — obrigados a apanhar algumas migalhas do bolo por baixo da mesa, às escondidas. Claro que os marxistas se indignavam, denunciando uma doutrina indiferente a todos os aspectos sociais da história e da vida. O leitor médio sentia-se lisonjeado no seu amor próprio individual e no seu amor próprio actual. Pequeno burguês prussiano ou saxão, não tinha, sem dúvida, a alma faustiana: mas desejava tê-la, ou imaginar que a tinha; a encarnação de Fausto — símbolo de toda a civilização do Ocidente — era agradável e doce ao seu coração. A partir daí, que importava que determinada teoria de Spengler lhe parecesse confusa ou incómoda? Sentir confusamente é ainda mais fácil, e menos fatigante, que compreender com toda a lucidez.

Observemos, enfim (e algumas ingenuidades da crítica francesa fazem com que a observação não seja inútil): a filosofia da história era apenas um dos aspectos do pensamento spengleriano — e o menos a seu gosto. A história, um busto de Janus: uma face para o passado, mas a outra para o futuro — e que futuro? O declínio da Europa, prefigurado já, segundo as regras da analogia, pelo declínio do Império Romano. A constituição de Impérios gigantescos. A guerra entre esses Impérios, e em primeiro lugar, e sobretudo, entre o Império Britânico, de essência capitalista, e o Império Germânico, de essência estatista. O futuro? De um lado, um punhado de grandes homens; do outro, a massa. Daí as prédicas aos jovens: «Não percam mais o vosso tempo com a vossa poesia, a filosofia, a pintura. Passado morto. Formem em vós a matéria-prima de onde surgirão os grandes homens.» — Temas esboçados na *Decadência*, mas retomados e orientados em *Neubau des deutschen Reiches* ou em *Politische Pflichten der deutschen Jugend*, programas políticos de um homem de quem se diz que esteve entre os primeiros aderentes do nacional-socialismo.

* * *

É que, nesse tempo, Spengler e os seus leitores, os futuros Nazis de obediência estrita, tinham inimigos comuns: a democracia, o liberalismo burguês e o marxismo. Spengler, nesses anos 20, negociava nas mercadorias mais cobiçadas: digamos, um certo patético, um anti-intelectualismo resoluto, a noção heróica do destino, o anti-esteticismo, o estremecimento da criatura humana diante da majestade, da ampla majestade da história. E ainda (ver o seu trabalho de 1920, *Der Mensh: Die Technik*) a profecia da ruína, tão cara ao pequeno-burguês nazi, tão de acordo com os seus sonhos de autarquia: «Os excessos do maquinismo perderão a Europa; as raças de cor aprenderão com a raça branca a forjar, nas suas próprias oficinas, as armas de que se servirão contra ela...» Aí está a que deveu Spengler o seu sucesso: não apenas o sucesso de um historiador analético e dedutivo, mas de um profeta, de um mágico, de um visionário perfeitamente adaptado às necessidades da Alemanha perturbada de entre 1922 e 1929. Contra-prova convincente: se nos seus últimos anos ele perdeu a estima geral dos meios nazis — não é porque as suas teorias de historiador tenham sido reconhecidas como falsas. É porque a atitude sentimental que tinha assegurado o seu sucesso, é porque as suas profecias tenazes, deixaram de estar de acordo com a ideologia do partido triunfante, a partir do momento em que foi senhor do poder.

«Vamos mudar o mundo. Ou pelo menos a Alemanha»: palavra-de-ordem após a vitória. *Umbruch*; *Neubeginnen*; *Der neue Mensch*: expressões cheias de um optimismo activo e que, de um dia para o outro, estiveram em todas as bocas e saíram de todas as canetas. Como harmonizar com essa necessidade de confiança e de fé no futuro, com essa necessidade fanática de esperanças capazes de fazer surgir as energias e as coragens necessárias ao labor quotidiano, as predições pessimistas de um homem que, durante anos, tinha reafirmado, incansavelmente, a fatalidade do destino, o esmagamento do presente pelo passado, a presunção de querer sacudir o jugo da história dando, a uma civilização agonizante, um impulso ilusório?

Spengler não o sentiu, e o seu último livro — *Jahre der Entscheidung*[1] — acabou de o indispor com os nacionais-socialistas. Nele abundavam as repetições: o fim do mundo viria das raças de cor; o ideólogo nada pode no domínio da política externa e da economia internacional, etc. Caracterizava duramente os iluminados do nacional-socialismo, «esses rapazinhos eternamente exaltados» *(schwärmende ewige Jünglinge)*, essas crianças desprovidas de experiência e de vontade, mesmo da vontade de fazer experiências — numa palavra, esses adeptos, não já do romantismo social dos comunistas, mas de um romantismo político-económico que considerava factos positivos e probatórios o número de votos nas eleições, o êxtase triunfal dos grandes discursos e as teorias monetárias de alguns incompetentes. — Homens, não: cabeças de carneiros num rebanho. E que, sentindo-se inumeráveis, voluntariamente ficam cegos perante a sua impotência (p. 8), falando da sua vitória sobre o individualismo.

[1] Munique, C. H. Beck, 1933, in-8.°, 165 páginas — Críticos nazistas: ver especialmente A. Zweininger, *Spengler und 3. Rech*, 1933, e G. Graudel, *Jahre der Überwendung*, 1934.

Caracterizada falta de contacto com a nova Alemanha. Que faz duvidar das qualidades de profeta e de historiador de Spengler. E, para além disso, este ridículo: o homem que assim rompia com a multidão dos que o tinham aclamado, continuava a oferecer-se aos nazis como seu verdadeiro conselheiro. É que, explicava ele gravemente (p. 7): «Quem age não vê longe. Vai; impelido pelos acontecimentos, sem ver bem o fim. Talvez que, se dele se apercebesse, se lançasse em sentido oposto ao movimento — porque a lógica do Destino nunca quis saber do desejo dos humanos; mas, a maior parte das vezes, deixa-se desvairar pela imagem enganadora das coisas que o rodeiam...». Que fazer, senão confiar na história — e crer em Spengler, detentor soberano da Chave Mágica que abre ao mesmo tempo a história do passado e a do futuro?

Peão, peão! respondiam os nazis: *Oberlehrer, Oberlehrer!* E ainda, pensando na tese spengleriana do homem animal feroz e do mundo afundando-se de guerra em guerra e de revolução em revolução no abismo final: «Sádico de gabinete! fabricante de melodramas!» — Porque na Alemanha, em 1936, era preciso acreditar que o homem médio era bom, e que a paz do mundo seria a obra final do nacional-socialismo triunfante...

A história, em tudo isso? Como estalou depressa o fino verniz de historiador que cobria, na Alemanha atormentada de 1922 a 1929, a mistura política de um homem hábil, sedutor e bem-falante...

## A ASCENSÃO DE UM NOVO PROFETA: ARNOLD J. TOYNBEE

Ora, eis que uma dezena de anos após a aparição do livro de Spengler, desta vez em língua inglesa e dirigindo-se a um público inglês, se inicia uma obra — que se propõe também como uma revelação: a de uma filosofia da história inédita e inovadora.

De facto, as ideias de Arnold Toynbee, tal como as de Oswald Spengler, não são as ideias desinteressadas de um homem de ciência. Por diferentes que sejam as duas obras, por autónomo que se reconheça, em relação ao doutrinador alemão, o publicista inglês — aqui e ali permanece a mesma mistura (senão a mesma dosagem) de elementos críticos (ataques contra os historiadores e a sua ineficácia), de elementos construtivos (filosofia da História que se considera original), de segundas intenções políticas, enfim, ao mesmo tempo conscientes e determinantes. Em meios que não se tinham aberto a Spengler, *A Study of History* provocou vivas curiosidades, entusiasmos certos — poder-se-ia dizer paixões. Em alguns meses, todo um vocábulo que se pode facilmente extrair do seu livro foi adoptado por círculos de historiadores, de etnógrafos e de sociólogos britânicos. Passou o canal com os próprios livros de Toynbee. Aqui e ali, gritou-se a novidade, a revelação, a obra-prima. Tentemos ver que lições e ensinamentos um historiador poderá colher nestes três livros, materialmente bem apresentados, de leitura e consulta claras, que representam o «primeiro rumo» da obra. E deixando o acessório, vamos directamente ao que constitui o contributo de Toynbee: a sua teoria das Sociedades e das Civilizações.

Sociedades, civilizações: os verdadeiros objectos da história, diz-nos ele. Elas e não as nações tomadas uma a uma. Ora, contam-se cinco — que vivem simultaneamente nos nossos dias: a nossa, no Ocidente; a ortodoxa, nos Balcãs, no Próximo-Oriente e na Rússia; mais longe, a Islâmica; mais longe ainda, a Indiana; e, finalmente, a Extremo-Oriental. A isto se juntam alguns restos de sociedades agonizantes: a cristandade monofisita; a nestoriana; a sociedade judaica e a dos Parses; as duas sociedades budistas dos Mahaganianos e dos Hinaganianos; na Índia, a dos Jains. Predominância de etiquetas religiosas, como se vê; a nossa civilização, contudo, não a tem; «cristã» não significaria grande coisa; católica não se aplicaria nem ao país de Henrique VIII, de Isabel, de Cromwell, nem aos de Lutero, Calvino, Zuinglio (e mesmo de alguns outros; citemos ao acaso: Voltaire, Diderot, Karl Marx e Lénine). Passemos adiante, e vejamos o que a História pode tirar da substituição do estudo das nações pelo das sociedades: um duplo alargamento, no espaço e no tempo.

Quando se faz a história de uma sociedade é preciso, diz-nos Toynbee, instalarmo-nos primeiro no seu meio, onde a captamos melhor na sua plenitude original. E depois, partindo daí, remontar pouco a pouco até ao ponto onde se entrechoca, sem qualquer dúvida, com uma outra sociedade claramente perceptível e compreensível. Por exemplo, a nossa sociedade ocidental: remontemos ao longo dos tempos, chegaremos gradualmente a uma espécie de *no man's land* histórica — onde tudo o que serve para a caracterizar, pelo menos rudimentarmente, desaparecerá. Se ultrapassarmos as imediações do ano de 775, teremos a sensação de penetrar no interior de qualquer coisa que se irá caracterizando cada vez mais como sociedade distinta e original, qualquer coisa que, no início, ainda não é a sociedade ocidental, mas, se quisermos, a franja de uma sociedade romana. A ideia não é nova — e eu não poderia criticá-la: há muito tempo que propus aos historiadores utilizá-la para resolver o problema dos cortes cronológicos da história [1].

Ora estas reflexões conduzem Toynbee a pôr o que ele chama o problema da aplicação: a das relações, se quisermos, que podem unir entre si duas sociedades que se sucedem. Sucessão directa, imediata, no tempo? Não necessariamente. Vejam o Califado de Bagdad. Não nasceu lentamente, como o Império Romano. Nasceu de uma assentada, de uma vitória obtida sobre o Califado de Damasco (I, 73). Ora, esta vitória restabelecia entre a Síria e o Egipto, antigas provin-

[1] *Observations sur le problème des divisions en histoire, Bull. du Centre Internat. de Synthèse*, n.° 2, 1926, p. 22-26 (R.S.H., T. XLII, Apêndice).

cias romanas, e a Arábia, província sassânida, o laço há tempos estabelecido pelo Império dos Arqueménidas — o que Alexandre o Grande destruiu. A vitória dos Abássidas operava pois, um milénio mais tarde, a ressurreição de uma grande formação histórica destruida pela brutalidade de um choque inteiramente exterior. E daí se depreende a filiação; aí está Toynbee passando por metáforas — paralisia, adormecimento, despertar, cura (I, 17) — sobre esses dez séculos, no entanto cheios de História viva, e religando, por cima das formações intermédias, o Estado dos Abássidas ao dos Arqueménidas...

Não o sigamos nos seus perigosos saltos para trás, dignos de um Colleano. Que quer ele provar? Que, se aplicarmos a sua reflexão ao estudo de uma formação política e social complexa (a que se pode no entanto atribuir uma data de nascimento válida), poderemos aperceber-nos, a maior parte das vezes, de que em épocas por vezes separadas por vastos intervalos, essa formação foi prefigurada por outras, em que podemos sem demasiado esforço encontrar algumas das suas características formais? Mas nós, historiadores, estamos todos acostumados à procura de tais prefigurações! Somente, ou elas são apenas uma brincadeira, ou levam a uma visão de conjunto sobre a génese das formações humanas. Ou, para retomar (de má vontade, aliás) o vocabulário tão pouco analisado e tão aproximativo de Toynbee — sobre a génese das «civilizações».

Ora, acerca deste grande problema, que nos traz Toynbee de original?

*

* *

A raça, afasta-a deliberadamente. Não é ela que cria as civilizações. Não há raça pura; a noção erudita e o conceito popular de raça, não vão ao encontro uma da outra. Também não há raça privilegiada: das vinte e uma civilizações que enumera, umas são obras de Brancos, outras de Negros, de Amarelos ou de Vermelhos (I, 223). — O meio geográfico? O clima? A topografia dos lugares? Mesma atitude (I, 249). Países fisicamente comparáveis — o Canadá e a Rússia, por exemplo — viram nascer civilizações completamente diferentes. E as civilizações completamente diferentes. E as civilizações fluviais, a do Nilo ou a do Yang-Tsé, são tão pouco semelhantes entre si como as civilizações «de arquipélagos»: a minóica, a japonesa e a helénica (I, 269).

A verdade é que as ciências da Natureza não poderiam fornecer-nos a chave do enigma. Aqui Toynbee encontra-se com Spengler. Trata-se de um problema humano — e a lei que rege todo esse vasto domínio, é uma lei de vida, a lei de *Challenge and Response*; traduzamos, se quisermos: Desafio e Resposta. Lei eterna: todos os livros fundamentais da Humanidade a conhecem e a ensinam: o Livro do Génesis como o Livro de Job, o *Fausto* de Goethe como o *Voluspá* dos Escandinavos ou o *Hipólito* de Eurípedes; e de Hesíodo a Volney, de S. Mateus e de Orígenes a Goethe, de S. Paulo e de Virgílio a Turgot, é toda uma parada (I, 271 a 302) de deuses, de semi-deuses e de heróis, agrupados em volta do berço da grande ideia. Toynbee passa esta revista gravemente — não sem que por vezes, durante esta longa cerimónia, surja nos lábios do leitor francês, que «nasceu finório», um sorriso. Entretanto, todo o tomo II de *A Study* nos fornece a exposição de uma espécie de «fisiologia», bastante baralhada, do «Desafio». Ou dos desafios, porque o autor os classifica em cinco categorias.

Em primeiro lugar, os brutais. O desafio deve ter vigor. Não procuremos, pois, nas regiões fáceis a pátria de eleição. Muitas vezes, a génese de uma civilização representa um grande esforço humano — e tão excepcional que os efeitos não puderam prolongar-se: é a lição que nos dão as ruinas dos Maias, testemunho de uma luta trágica do homem contra a floresta virgem; ou os monumentos sufocados sob os lianas, em Ceilão e no Cambodja; ou, num outro meio, as ruinas de Palmira, nascidas de um apelo directo do deserto.

Contra-prova: o desafio é demasiado brando, as condições de vida demasiado favoráveis: eis-nos em Cápua, *perfida Capua*, a traidora que perdeu os soldados de Aníbal [1]. Mas a lei não se verifica em toda a parte? Onde nasceu a civilização chinesa? Nas margens do aprazível Yang-Tsé, ou do demoníaco Hoang-Ho? Onde nasceu a civilização andina? No Chile temperado? Não, no Perú, onde se põem rudes problemas de irrigação e de cultura (II, 34). A Ática, Grécia das Grécias, não é tão seca [2] como é fértil e verdejante a pesada Beócia? Mas em toda a parte, e sempre, acontece o mesmo. A Alemanha moderna não nasceu no belo jardim renano; foi forjada na dura safra brandeburguesa. Os Habsburgos não saíram da mais nobre, mas da mais pobre região do seu património. Desafios da rudeza: em ligação com eles, o apelo da novidade — o apelo poderoso da terra nova: a civilização da Babilónia nasceu na Assíria, onde a terra estava por desbravar — e a da Índia no Sul da Península, região de terras incultas.

[1] Querem outros exemplos? A Circe de Ulisses intervem no momento próprio, seguida de Calipso, escoltada pelas delícias de Canaan. Misturar a propósito de tudo, as referências históricas às referências poéticas, míticas ou lendárias, é *parti pris* de Toynbee.

[2] Não são tidas em conta as modificações, muito sensíveis, que a Ática conheceu desde a Antiguidade. A dois passos dela, Cálcis, território fecundo, mas minúsculo. Era preciso emigrar: daí a expansão de Cálcis até à Trácia e à Sicília (II, 42). — Passemos à Síria. Lá foi inventado o alfabeto, descoberto o Atlântico, elaborada uma noção de Deus comum ao Judaismo, à religião de Zoroastro, ao Cristianismo e ao Islão — mas estranha às religiões suméria, egípcia, médica e helénica (II, 50). — Ora, que povos propagaram semelhantes descobertas? Os ricos Filisteus, ou os pobres Fenícios, habitantes de uma terra pobre, estimulados ao mesmo tempo pelo mar e pelo deserto — e que partiram à descoberta de um mundo desconhecido, o Atlântico, enquanto, vivendo também ela nas piores condições, sobre os cascalhos de Efraim e de Judá, uma pequena comunidade de nómadas descobria o monoteismo?

Os desafios, de resto, não vêm só da natureza. Há-os de ordem e de origem humana. Assim as reacções provocadas por provações súbitas, uma derrota, catástrofes: Roma a reagir após Allia, o Império Otamano mais forte, cinquenta anos depois, do que na véspera da derrota de Angora e do triunfo de Timour Lenk (II, 702). Lei que se verifica através de toda a história, de Zama a Verdun... passando pelo Pentecostes, que viu, como os *Actos* atestam, o ardor dos Apóstolos provocado pelo segundo desaparecimento do Mestre...

*Stimulus of blows.* Ao lado, a resposta às pressões contínuas: *stimulus of pressures.* História política do Egipto? A de uma tensão entre dois pólos extremos colocados, respectivamente, no Norte e no Sul — encontrando-se ao meio o coração, Tebas. Vitalidade, robustez, fecundidade política dos países fronteiriços? Vejam a Índia: do Pendjab, de uma região que teve de reagir sem cessar às pressões exteriores — sai, ainda hoje, a melhor parte do exército da Índia. E enquanto o centro cultural foi Dili, exposta aos golpes, foi vivo e activo; transferido pelos Ingleses para Bengala, definha [1]. Mas onde nasceu o reino dos Merovíngios? Na Austrásia, sob a ameaça dos Saxões e dos Ávaros. E, conquistada a Saxónia, como estava nos postos dianteiros, foi ela que se tornou, sob Otão, a província vital entre todas [2].

Enfim, último *stimulus*: a réplica às perseguições, *Stimulus of penalizations*, é o cristianismo que deve a sua vida secreta, mil vezes mais intensa que a sua vida oficial, às perseguições dos pagãos e dos imperadores. São os Fanariotas, que devem à sua condição de hóspedes precários de um ghetto cristão a sua actividade de comerciantes, o seu contacto com os Ocidentais e o talento de administradores adquiridos na gerência dos bens do Patriarcado; todas as qualidades que, no fim do século XVII, lhes valeram no Império Otomano uma compensação material e moral estrondosa.

Conclusão: as civilizações nascem da dificuldade, e não da e na facilidade. Quanto mais forte o desafio, tanto mais viva a resposta, até um certo limite, contudo. Não foi na Noruega, a terra menos rude; não foi na Groenlândia, a mais rude: foi na Islândia que a civilização escandinava se desenvolveu mais fortemente. Porque esta civilização devia responder, em primeiro lugar, às solicitações de uma migração ultramarina. E porque encontrava lá condições de vida mais duras que na Noruega. Mais duras, mas não demasiado duras: o caso da Groenlândia.

[1] Hoje é na costa, nas fronteiras do mar, em Bombaim, que, respondendo às excitações do Ocidente vencedor, desperta o grande movimento nacional indiano.

[2] Verdades da Europa, verdades da América: Toynbee, para terminar o seu périplo, conduz-nos aos Andes, a Cuzco, a Tenochtitlan, capitais activas (elas, e não Tlaxcela ou Cholula, cidades abrigadas do interior), porque sobre elas se exercia a pressão das tribos da Floresta ou dos Chichimecos (III, 207).



* * *

Toynbee pretende assim dizer-nos como nascem as civilizações. Mas nascer? É preciso viver. E durar. A história está cheia de civilizações malogradas — ou de civilizações paradas, que, sem serem destruídas por forças externas, deixam num dado momento de se desenvolver, se petrificam, por assim dizer, e se batem com dificuldades demasiado constantes e demasiado fortes, continuando a viver numa tensão horrível sem nunca chegarem à expansão plena. Exemplo: a civilização dos Esquimós, parada, travada, por assim dizer, pelo próprio excesso do «esforço humano» que a existência quotidiana num lugar semelhante supõe. Outro exemplo: as civilizações dos nómadas, que pagam a sua audácia de fazer frente à estepe. Por fim, exemplos mais desenvolvidos: os que as civilizações dos Osmanlis e a dos Espartanos fornecem a Toynbee.

Uma primeira resposta aos desafios de ordem humana. O problema era dominar as comunidades fortemente implantadas no solo que os Osmanlis cobiçavam. Os Osmanlis, antigos condutores de rebanhos na estepe. E que conservavam os seus hábitos de pastores — e que daí extraíram os seus meios de triunfar. O pastor e os seus cães, e os cavalos, os animais que sabe domesticar e que lhe permitem conduzir o rebanho. Os Padishahs otomanos tiveram homens, que domesticaram em lugar de animais. Soldados ou funcionários, fizeram deles cães de guarda humanos. E por um paradoxo que só o é aparentemente, tomaram-nos não de entre si, mas de entre os cristãos. É que o adestramento desses guardas de homens supunha um tal «esforço», uma tal «reconstrução», que só seres desenraizados do seu meio humano eram capazes de o executar. E, aliás, tão depressa que, no fim do século XVI, os muçulmanos livres foram admitidos nas fileiras dos janízaros — e foi o fim da instituição, a sua desagregação e a derrota (III, 46).

Diferente, e no entanto análogo, o caso dos Espartanos. Quando, cerca do século VIII antes de Cristo, o sobrepovoamento das cidades pôs perante o mundo grego um problema trágico — Esparta não o resolveu pela expansão para o mar. E não sem motivo. Lançou-se sobre os seus vizinhos, os Messénios. Mas eles não eram, como os Bárbaros colonizados pelos outros Gregos, portadores de civilização inferior. [1] E a vitória dos Espartanos sobre eles foi daquelas «em que o ferro entra na alma do vencedor» (III, 53). Toda a vida de Esparta

[1] A superioridade dos Gregos sobre os Bárbaros era tal que, por um lado, pequenos contingentes bastavam para assegurar o predomínio dos primeiros; por outro, as terras colonizadas, valorizadas por eles, bastavam ao mesmo tempo às necessidades dos conquistadores e dos conquistados. Daí essas simbioses que foram as cidades gregas da Sicília, da Grande Grecia, da Trácia, etc.

não teve desde então outro objectivo: manter a conquista, e para isso forjar uma máquina policial e de exploração cada vez mais rígida e aperfeiçoada. Na base, em lugar de escravos tirados da massa vencida, como no caso dos Osmanlis, crianças livres tomadas de entre eles. Sobre essas crianças, o mesmo trabalho que sobre os janízaros: selecção severa, especialização absoluta, estrita vigilância da vida privada, desenvolvimento do espírito de emulação, recompensas e punições igualmente excessivas. E, por detrás, Esparta em perpétuo estado de tensão e de estremecimento. Esparta, esta ironia: um exército incomparável, mas que os Espartanos, ínfima minoria, não ousam aproveitar, porque o equilíbrio social, estritamente calculado, deixa tão pouca margem às fantasias que uma vitória a mais o perturbaria e deitaria abaixo. Assim a vitória fatal de 404 trouxe a derrota fatal de 371. E o declínio (III, 71-75).

Civilizações paradas. Civilizações ossificadas. Pensa-se nos insectos: rigidez, imobilidade, nenhum voo possível. Tudo se encaminha para um único fim: não enfraquecer.

Por onde medir a vitalidade de uma sociedade? Toynbee enumera os seus critérios. Em primeiro lugar, o domínio progressivo do meio físico. Depois, a espiritualização progressiva de todas as actividades humanas. Mesmo no domínio da pura técnica: não captamos a passagem do mais pesado ao mais leve, do mais espesso ao mais subtil — do carvão ao óleo pesado, da água motriz ao vapor? Finalmente, último critério, a transferência dos desafios, e das respostas, de fora para dentro. Para nós, por exemplo, os problemas exteriores estão resolvidos. Que não se diga que, de fora, o bolchevismo nos ameaça. Ele é um facto ocidental, e não um facto estrangeiro: é a crítica, feita pelo Ocidente, da ordem social instável e transitória que o século XIX instaurou. E o plano quinquenal, uma vitória da técnica ocidental, um esforço paradoxal para fundir, no campesinato russo, os ideais contraditórios de Lénine e de Ford. Ou, melhor, os métodos de Ford e o ideal de Lénine (III, 202). — Para nós, os problemas exteriores estão resolvidos; a nossa técnica domina-os — mas seremos nós capazes de dominar a nossa técnica? De vencer no plano interior? É essa a grande questão e a grande prova. Estejamos vigilantes.

Aí está o que leva Toynbee, por um caminho um pouco divagante, a pôr a questão do desenvolvimento interno das sociedades — e, nomeadamente, das relações entre sociedades e indivíduos. Que resposta dá? A Sociedade não cria. Não é senão um lugar comum onde se encontram as actividades individuais. Organiza as comunicações entre indivíduos — mas são estes, e não as sociedades, que fazem a história (III, 231). As sociedades avançam através dos génios que modificam o meio comum, respondem aos desafios que ele recebe, lhe impõem as mesmas transformações que impuseram a



si próprios. Se não têm êxito, é porque vieram antes do tempo: e, então, que desapareçam.[1]

Por vezes, verifica-se uma eclosão simultânea de génios. Há progressos no ar. Desafios parecidos, dirigidos a indivíduos que radicam no mesmo meio, provocam respostas idênticas. Mas a massa é sempre inactiva. E o que distingue radicalmente as sociedades primitivas das verdadeiras civilizações, é a ausência de minorias criadoras. Por toda a parte, sempre, o caminho da história passa pela aresta que separa das massas estagnadas as minorias despertas — os génios, que têm as suas leis particulares, o seu próprio ritmo de vida...

Acção, êxtase, e de novo acção. O que Toynbee chama a lei de Recuo e de Retorno — *Withdrawal and Return* — e que ilustra em seguida, pondo sob os nossos olhos, pregados com alfinetes, uma galeria assombrosa de génios; transcrevamos: S. Paulo, S. Bento, S. Gregório o Grande, Inácio de Loyola, Buda, David, Sólon, Filopémen, César, Leão Sírio, Maomé, Pedro o Grande, Lénine, Garibaldi, Hindenburg, Tucídides, Xenofonte, Josèphe, Ollivier (Émile!), Maquiavel, Políbio, Clarendon, Ibn Khaldoun, Confúcio, Kant, Dante e... Hamlet. O humor britânico nunca perde os seus direitos.[2]

Recuo e Retorno: movimento universal. Não afecta somente os indivíduos, mas os grupos que, castigados pela vida, se dobram sobre si mesmos para a seguir se distenderem com mais vigor que nunca (III, 233). Afecta as próprias civilizações, e Toynbee pretende descobri-lo, em actuação, na Rússia Soviética; mas precisa bem, para não ser infiel às suas teorias sobre a impotência das massas, que o *withdrawal* da minoria criadora precede sempre o da civilização no seu conjunto. E também que, muitas vezes, os criadores respondem já a novos desafios, enquanto a massa digere, simplesmente, os resultados obtidos antes.

Daí que a marcha da civilização se faça por saltos. Bruscas pausas seguidas de repousos — que preparam novos saltos (III, 375). Porque, numa sociedade viva, qualquer resposta a um desafio faz logo nascer um novo desafio. E como as experiências que se seguem variam, acontece as civilizações diferirem uma da outra. Cada uma possui o seu estilo particular: Toynbee segue aqui fielmente Spengler. O estilo da nossa, e há muito tempo — desde muito antes das descobertas contemporâneas — o estilo da nossa é o mecanicismo. E o ter-

[1] Qualquer génio abala um equilíbrio mais ou menos laboriosamente estabelecido antes de ele o vir pôr em questão. Uma vez que o abalou, irá restabelecê-lo nas suas antigas bases, na linha do tempo, ou sobre bases novas, numa linha imprevista? Em todos os casos, o génio bate-se contra a sociedade, e o conflito só pode terminar com a sua derrota, ou com o seu triunfo (III, 236).

[2] Cada um destes génios tem direito a uma pequena notícia, de 2 a 8 páginas; dela sai no estado de peça anatómica, mutilado, deformado, mecanizado a bel-prazer. Pelos cuidados de um homem, Toynbee, que clama em todas as páginas o seu culto pela vida...

ceiro volume de Toynbee fecha-se sobre esta conclusão optimista: desabrochada, malograda ou parada, qulquer civilização encontra o seu sentido num Universo animado por esse ritmo expresso no versículo do Corão (X, 4): «Voltareis todos a ele. É essa a promessa autêntica de Deus. Ele faz emanar a criação — e depois fá-la retirar-se.»

## A LIÇÃO DE «A STUDY OF HISTORY»

Assim é esta obra, ou pelo menos os seus princípios (Toynbee anuncia vinte volumes). Tal é a atmosfera deste grande empreendimento — cheio de qualidades sensíveis, de brilho um pouco teatral, de vivacidade e de penetração.

Atmosfera de estremecimento ante a ampla majestade da História; sensação produzida no leitor confiante pela evocação magistral de todas essas civilizações, que se desenrolam sob os seus olhos deslumbrados como os quadros de um melodrama; admiração não regateada pelo prestidigitador que maneja com uma tal vivacidade os povos, as sociedades, as civilizações do passado e do presente, da Europa e da África, da Ásia e da América; sentimento da grandeza dos destinos colectivos da Humanidade, da pequenez individual do homem, do seu poder também, visto que — guiado por Toynbee — consegue entrever de uma só vez as vinte e uma civilizações fatídicas com que se teceu a trama da história humana... e essa omnisciência, essa omnicerteza, essas explicações tão total, tão perfeitamente explicativas que, ao fim de cinquenta páginas, uma pessoa sente nascer em si um frenético desejo de já não compreender tudo, mas de aprender, enfim, que não se sabe sempre tudo, sobre todas as coisas, e que ficam ainda por levantar alguns raros e felizes enigmas...

Se resistirmos à sedução do mágico; se nos recusarmos à atitude sentimental do crente assistindo ao culto; se examinarmos as ideias e as conclusões friamente: que há de novo em tudo isto; que há de verdadeiramente novo e que possa incitar-nos a nós, historiadores, a um regresso a nós mesmos, a uma condenação dos nossos métodos, à adopção de métodos novos?

Deveremos deter-nos nestes artifícios sedutores, neste gosto decadente das comparações bruscas, dos contactos imprevistos dos factos, de ideias e de aspectos divergentes que já notávamos em Spengler? Eis o grande Mommsen (I, 3). Começou, todos o sabem, por escrever cerca de 1854 uma história «nacional», a do povo romano. Após o que, se dedicou a publicar textos e inscrições, o *Corpus*, o *Código Teodosiano*, o *Digeste*... Que quer isto dizer, senão que a curva desta vida reproduz sem esforço a própria curva do século: obsessão «nacional» ao princípio e, portanto, redução do campo visual do historiador



a esses bocados de humanidade que as fronteiras contêm; obsessão industrial em seguida, preocupação com a matéria-prima a recolher, elaborar, triturar: e, portanto, o historiador a trabalhar sobre as «origens», sobre a matéria-prima da história... — É muito engenho. Um engenho que deveria conduzir-nos, logicamente, a fazer de um Mabillon, autêntico fornecedor de matéria-prima histórica, o contemporâneo ignorado (e que se ignorava) de uma grande indústria já preocupada com os seus materiais e com a sua trituração...

Prossigamos. Toynbee pregando, depois de Spengler, a guerra santa contra os cortes arbitrários, a compartimentação, o espírito de monografia? Perfeito. Nunca seremos demais a conduzir essa cruzada. Todavia, somos mais ou menos qualificados para o fazer, e a boa vontade nem sempre basta nestas matérias: é preciso competência. Mas Toynbee não tem nada a aprender, certamente, com nenhum dos que, há anos — em França e no estrangeiro — participam no esforço do grupo que Henri Berr, animador de *L'Évolution de l'Humanité*, soube constituir, a partir de 1901, à volta da *Revue de Synthèse*. Nem tão-pouco com os jovens trabalhadores que se agrupam em volta dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* — ou com os cientistas experimentados que, respondendo ao apelo do «Comité de l'Encyclopédie Française», se reuniram para pensar o universo contemporâneo não por especialidades, mas por problemas vivos, e sem preocupação de delimitações de escola, ou de ofício. A. J. Toynbee junta simplesmente uma voz de Inglaterra às nossas vozes francesas. Não nos cabe dizer até que ponto, no mundo britânico, esta voz se isola das outras. No nosso mundo — não encontra utilização senão nos coros.

Quanto ao processo das histórias nacionais que são apenas nacionais e de historiadores míopes (I, 15) que se recusam a ver no seu país um simples elemento de uma totalidade — Toynbee tem razão em fazê-lo alegremente. Ensina aos seus leitores, com um ardor de neófito, que não devem hipnotizar-se só com a Inglaterra, mas devem prestar atenção a toda a sociedade ocidental — tal como não se poderia consagrar as vigílias só a Atenas ou só à Lacedónia: é a sociedade helénica que as reclama. Muito bem. Com a condição de se lembrar um pequeno facto: é que o homem que com mais vigor e autoridade proclamava, não há tanto tempo como isso, as virtudes do *Método comparativo em história* — esse homem, precisamente, é o autor de uma história nacional, dessa *História da Bélgica* de que Henri Pirenne soube fazer o mais rico capítulo de uma história europeia ainda toda por criar. O que concorreria, se fosse preciso, para nos pôr de sobreaviso contra oposições fáceis e prédicas um pouco simplistas à moda do publicista, mas que fazem o horror do cientista.

Tudo isto afastado, resta este balanço: 1300 páginas de texto que acabamos de resumir, melhor ou pior, numa vintena — e cujo conteúdo «original» se reduz, finalmente, a três ou quatro teses. Discuti-

veis para o historiador? Sim, com a condição de primeiro nos entendermos sobre certas precauções.

Toynbee, ao contrário de Spengler, não professa um pessimismo radical. Ensina, pelo contrário, o que se poderia chamar um optimismo cosmológico. Para ele, o significado de tantas civilizações vindas ao mundo e desaparecidas revelar-se-á num outro mundo. Crença respeitável, ainda que bastante vaga (se me atrevesse, diria: um pouco clorótica): mas não temos de a discutir, não diz respeito nem à história nem à crítica.

Preocupado com restituir à história o seu «élan» vital, Toynbee procura, por outro lado, salvá-la da mecanização. É dele, a partir daí, todo o arsenal de expressões e de metáforas «vitalistas»; é dele, sobretudo, a lei suprema da vida (pelo menos em sua opinião), a lei de *Challenge and Response*. E aqui nós, historiadores, dizemos: fórmula filosófica. Verdade filosófica, se Toynbee prefere. Mas que não temos de discutir. Não mais que essa lei de *Withdrawal and Return* que conduz o nosso autor a instalar na mesma corrente, para os fazer desfilar diante de nós, Tucídides, Maomé e... Emile Ollivier. Ainda aqui, diríamos simplesmente: nada há aí para nós; nada que tenha relação com o nosso trabalho, as nossas preocupações e os nossos métodos — nada, se Toynbee não pretendesse ter descoberto essas leis graças a um método: o método comparativo da história. E então, para nós, investigadores e amadores de realidades históricas mas não de verdades filosóficas, põe-se a questão: instituir entre vinte e uma civilizações escalonadas de uma ponta à outra da cadeia dos tempos e distribuídas sobre todo o perímetro do globo, uma série de comparações válidas e fecundas — será isto coisa lícita, um bom método e um processo correcto?

Vejamos com Toynbee, pois na primeira parte do seu livro ele consagra quarenta páginas a fazer a apologia, não digamos *do* mas do *seu* método comparativo. E, sucessivamente, expõe, depois refuta, as objecções que mais receia. Em primeiro lugar esta: as sociedades não são comparáveis, porque são heterogéneas. Não têm nada em comum, excepto este facto bruto: representam, todas, domínios igualmente válidos de investigação histórica — o que é um pouco vago para permitir estabelecer verdadeiras comparações. — Errado, responde Toynbee. As vinte e uma sociedades têm, em todo o caso, isso em comum, o serem «civilizações» e não sociedades primitivas. As sociedades primitivas são 650. Mas essas vinte e uma civilizações contam por si só mais membros do que todas as sociedades primitivas somadas alguma vez contaram. E o facto de serem todas igualmente «civilizações» fornece-nos uma base válida de comparação. — Seja: mas não seria preciso entendermo-nos primeiro sobre o que se chama civilização?

Segunda objecção, que se opõe diametralmente à primeira: acabamos de ver o que se deve pensar da heterogeneidade das civilizações; unidade da civilização, não nos privaremos de sustentar a tese: a



humanidade é uma; não se deixa cortar em fatias; portanto, não se pode falar de civilizações; não há senão uma, *a* Civilização. — Toynbee consagra nada menos que 22 páginas (I, 150-172) a combater esta tese e, ao mesmo tempo, a concepção europocêntrica de uma história que colocaria no seu coração a civilização ocidental do século XX. E está muito bem — mas o leitor francês sorri antes de mais por ver D. Quixote atacar com tanta convicção essa miragem; depois, espanta-se um pouco: pois quê, continuaria a Grã-Bretanha tão fiel às ideias de um século XVIII decadente, que fossem precisos tantos esforços e páginas para as combater?

Toynbee prevê uma objecção mais grave: «As vinte e uma civilizações, dir-se-á, não são contemporâneas; espaçam-se ao longo de 6000 anos. Comparar, pois?» — Mas que são 6000 anos, quando se pensa que o mundo tem dois biliões de anos, a vida sobre a terra 300 milhões, e a aparição do homem (deixamos naturalmente a Toynbee a responsabilidade de todos os números), 300 000? A partir daí, 6000 anos, e vistos de Sírius, não é nada. Uma película de tempo sem espessura apreciável. E nós vamos estabelecer diferenças? Ora vamos lá: todas as civilizações são contemporâneas, tanto que cada uma delas, tomada como um verdadeiro indivíduo, nunca representa senão três idades sucessivas: a da génese e, se há ocasião, da união com uma civilização exterior; a do desenvolvimento; a da associação a uma nova civilização, ou da extinção pura e simples. Uma espécie de prestidigitação. O prestidigitador é hábil, mas acaba talvez por mecanizar uma história que se tratava de vitalizar? — Deixemos isso, e deixemos também o que se segue. Uma outra porta que Toynbee, com os punhos para a frente, arromba impetuosamente (I, 175-177): todas as civilizações se equivalem, afirma ele, e a nossa não é uma perfeição. Tomemos nota disso!

*

* *

Resta a última objecção: «qualquer facto histórico é um facto único — e portanto, por natureza e definição, impossível de comparar a outros.» — Qualquer vida, responde Toynbee, não sem inquietação, qualquer vida é ao mesmo tempo única e comparável às outras vidas. A existência de ciências como a botânica e a zoologia, as ciências biológicas em geral e a Fisiologia, demonstra por si só, experimentalmente, que os fenómenos da vida podem ser comparados. E, do mesmo modo, a existência da antropologia, que não se priva nada de comparações... — Comparações? Mas as sociedades primitivas são sociedades sem história... — Só vos parecem assim, replica Toynbee, por falta de documentos. Vocês admitem que se comparem as instituições primitivas. Se pudessem reconstituir a história das sociedades que as adoptaram, ou criaram, também admitiriam que se estudassem comparativamente essas sociedades na sua evolução. Sendo assim, o

que vos impede de admitir que se estudem comparativamente, da mesma maneira, as sociedades, as civilizações que possuem todos os documentos necessários a um estudo semelhante? Tanto que, insinua habilmente Toynbee (I, 180): de qualquer estudo empírico das civilizações ressalta a existência de um elemento de regularidade e de repetição que fornecerá ao nosso método comparativo a melhor das bases: maneira astuciosa, como se vê, de dar por estabelecido o que seria preciso estabelecer.

E de resto, acrescenta o nosso autor: vocês, historiadores, discutem sobre a possibilidade de aplicar o método comparativo a factos vivos, ou que o foram? Os homens de negócios não discutem tanto. Sobre que é que eles fundam as suas empresas? Sobre que é que as Companhias de Seguros, por exemplo, baseiam a sua actividade? Sobre estatísticas. Isto é, sobre comparações válidas entre factos reputados «únicos». Essas estatísticas não enganam: negligenciai-as, e o vosso empreendimento perigará; utilizai-as judiciosamente, e ele prosperará? Portanto... Portanto, imitemos os homens de negócios, nós, os historiadores timoratos. E, tal como eles, manejemos o método comparativo.

Um momento! Não digo: então é à noção de preço de custo, ou de prémios de seguros a calcular que vêm a dar tantas belas declarações sobre a vida e a história viva? Digo, simplesmente: os homens de negócios, afirma, devem o seu bom senso ao facto de não terem sido formados nos métodos antiquados da história? Perfeito. Esse bom senso incita-os a achar «muito natural» o emprego do método comparativo no seu domínio? De acordo. Mas que comparam eles afinal? E dentro de que limite de tempo funcionam as suas comparações? Se eles saíssem desses limites, desaconselhá-los-ia, sem hesitar, de basearem os seus cálculos para a próxima colheita sobre as flutuações dos preços do trigo nas margens do Nilo, quando reinava Ramsés II... E não hesitaria mesmo em recomendar-lhes que pensassem duas vezes, antes de deduzirem da observação dos factos europeus de há cinquenta anos, leis aplicáveis, tal e qual, aos factos europeus de hoje! Mas deixemos de seguir Toynbee no seu terreno, e de, seguindo-lhe o exemplo, travar uma polémica fictícia com interlocutores britânicos que, vistos através dele, nos parecem gente velha de velhos países atrasados, de uma ingenuidade um pouco favorável em demasia aos sucessos de Toynbee. Não creio que nem eu, nem nenhum dos companheiros de armas históricas de que eu falava mais acima — os da *Revue de Synthèse*, dos *Annales*, da *Encyclopédie*, façamos especialmente figura de historiadores refractários a qualquer inovação. Não creio — e a colecção dessas publicações seria para Toynbee o testemunho disso, se ele tivesse mais curiosidade pelas coisas e pelas ideias de França (à parte Émile Ollivier e Gobineau) — não creio ter alguma vez tomado posição contra o método comparativo. Ao contrário, creio bem saber que não poucas vezes terçei armas por ele. Mas com as prudências necessárias.



Comparemos, sim. Mas como historiadores. Não pela alegria perversa de mergulharmos no nada de 21 conchas vazias: pela alegria sã e forte de apreender o concreto, de dissecar cada vez mais esses cadáveres de tempos volvidos que são as civilizações. Comparemos, não para, por fim, fabricar, com factos chineses misturados com factos indianos, russos e romanos, confusamente, não sei que conceitos abstractos de Igreja ecuménica, de Estado universal ou de Invasão dos Bárbaros. Comparemos para poder, com conhecimento de causa, substituir estes singulares por plurais. Para poder dizer, se me é permitido escolher um exemplo familiar: já não *a Reforma*, mas *as Reformas* do século XVI — mostrando como se operaram diferentemente nos diversos meios, nacionais ou sociais, em resposta aos «desafios» do mundo medieval decomposto; *as Reformas*, o que não quer dizer uma colecção de dissertações monográficas sobre o pormenor dos dogmas formulados por Lutero, Zuinglio, Melanchton, Bucer ou Calvino, mas a explicação das variantes que a vida, com as suas particularidades, introduzia no conjunto das «concepções do mundo» que esses homens formulavam para seu uso próprio, e para uso dos seus contemporâneos: devendo cada uma dessas variantes ter em conta as dos vizinhos — e que tinham origem nas condições de existência específicas dos indivíduos, dos grupos, das classes e das nações. Empreendimento de longo fôlego, certamente. Modesto, afinal, se o compararmos ao de Toynbee. Menos de um século frente a 6000 anos: película por película, a primeira é mais fina.

E que não se objecte: «Esse passado, que vocês trabalham para compreender e para interpretar, mas que, em definitivo, não reconstroem realmente?» — Oh sim! Toda a ciência é construtiva. Mas as construções não são igualmente sólidas, leais e lícitas. Dizer que os documentos não dizem tudo. Dizer que deles não decorrem, irresistível e automaticamente, as mesmas conclusões. Dizer que, para os interpretar, é preciso ao historiador adivinhação, uma certa espécie de sensibilidade, antenas: outros tantos truísmos. Mas pretender, com a ajuda de uma centena de dados extraídos de algumas memórias de especialistas, reconstituir de uma forma válida o passado de uma civilização: é uma audácia. Pretender fazê-lo em terceira mão, segundo dados colhidos nos manuais: é uma quimera.

Acrescento: continuar a opor, como preguiçosamente se faz, o «especialista», autor de monografias, ao verdadeiro hitsoriador, construtor de sínteses — é estar verdadeiramente atrasado. Falo aqui como prática da história. Especialista ou sintetista? As duas coisas, não se pode ser senão as duas coisas ao mesmo tempo. Generalizar no concreto, sem a preocupação de abstracções feitas em série: é um último cume a ser transposto pelo historiador, o mais alto e o mais árduo. Nem todos o atingem — não são dotados para o atingir. Mas nunca o passam senão aqueles que primeiro, lentamente, dificilmente, penosamente, tiveram dado todos os passos de aproximação através da montanha. Nada pode dispensar ninguém disso. Pretender empo-

leirar-se de um salto na crista; tomar aí uma posição favorável e depois, com outro salto, tornar a partir, com um adeuzinho: está muito bem para uma fotografia, a cabeça de uma revista ilustrada. Mas não é assim que se faz entre os alpinistas. Quero dizer, os historiadores.

E por favor: que Toynbee e os seus émulos de todos os países deixem de ironizar acerca dos especialistas, esses míopes, esses atrasados, de onde vem todo o mal. Toynbee e os seus émulos «têm data», pelo menos tanto como eles. São também «de ontem», senão de anteontem. «A vida»: têm a boca cheia dela. Como os de 1900. Mas não é comparando em conjunto vinte e uma civilizações que se estendem por 6000 anos que se poderá captá-la. Nas mãos de «comparatistas» que encaixam Assurbanipal em S. Luís ou Sesóstris em Lénine, a vida só poderá desaparecer. Menos devoção verbal *pela Vida* e mais respeito *pelas Vidas*. Nos limites de um período determinado, já é tão difícil ao historiador não projectar as suas ideias, os seus sentimentos, as suas preocupações de homem do século XX nos espíritos e nos corações dos homens de século XVI, não é verdade, ou do século XIII? Pôr em concorrência vinte e uma civilizações, é querer cometer vinte e uma vezes mutliplicadas por vinte e um o pecado capital, o pecado irremediável de anacronismo. E, ao mesmo tempo...

Os «primitivos» têm ou não têm história? A meu ver, a questão não é essa. O que distingue as tribos de «primitivos» das sociedades de «civilizados», é essencialmente isto: pode dizer-se, com alguma legitimidade, os Zulus, os Cafres, os «Toucouleurs» do Senegal e da Guiné — porque eles são relativamente pouco diferenciados no interior do grupo; muito menos, em todo o caso, que os «civilizados»; mas dizer: os Gregos, os Romanos, os Franceses da Idade Média, os Italianos do Renascimento — com maioria de razão os homens da Idade Média ou os do Renascimento («simplesmente», se se pode dizer!) — se não se presta atenção, é cometer um abuso de confiança histórica. É brutalizar a vida, sob o pretexto de a exprimir numa palavra. Retomemos um exemplo caro a Toynbee. O «esforço» dos seus Espartanos existe, realmente: mas é o esforço de um jornalista esperto. Saltemos também nós os séculos, por uma vez. Que belas páginas não se escreveriam, se quiséssemos, sobre Esparta «comparada» à Alemanha dos Nazis? Mas o que é a Alemanha dos Nazis senão um título, uma rubrica, uma maneira cómoda de nos exprimirmos? A Alemanha nazi? São os próprios Nazis que a dão como uma realidade. Mas a realidade viva da Alemanha contemporânea é feita, aos olhos do historiador e para falar a língua de Toynbee, das diferentes respostas que os diferentes grupos e os diferentes indivíduos dão aos «desafios» do Nacional-Socialismo. É feita de toda a gama dos compromissos que a repartem, desde os 95 % de adesão aos 100 % de recusa, e dessa mistura movel (e viva) de tradições vivazes, de sobrevivências em retalhos e de experiências vividas que a capa do conformismo oficial cobre. E Esparta? Se a uniformidade nazi não é



mais que uma palavra, que pensar da uniformidade espartana e da imagem que Toynbee dela nos comunica? Não lancemos sobre tantas lacunas a máscara de uma decoração em cartão pintado, aliás prestigiosa e inteiramente ao gosto de Londres de 1936.

História comparada à Toynbee... Não será isto a ressurreição, no século XX, de um velho género literário que teve a sua voga e as suas obras-primas? — De Luciano a Fontenelle, chamou-se *Diálogos dos mortos*.

Concluamos em duas palavras. O que *A Study of History* nos traz de louvável não tem muito de novo para nós. E o que nos traz de novo não vale grande coisa para nós.

Lido o livro, tacteamo-nos um pouco por toda a parte: nada partido, nada tocado; não estamos mais enfatuados com as nossas conquistas que antes — nem mais desencorajados pelos nossos insucessos. No bolso não descobrimos nenhuma chave: é verdade. Nenhuma chave capaz de abrir, indistintamente, as vinte e uma portas das vinte e uma civilizações. Mas nunca procurámos tê-la! Sem orgulho, não deixamos de ter confiança. Conhecemos bem a razão por que a História é ainda, na assembleia das ciências humanas, uma Gata Borralheira sentada no lugar mais humilde da mesa. E sabemos também que ela participa nessa crise geral e profunda das ideias e das concepções científicas que provocou um desenvolvimento súbito de certas ciências, em particular a física, abalando noções que, há várias décadas, pareciam adquiridas e sobre as quais a Humanidade repousava com toda a tranquilidade. Sabemos que em função de tais transformações, e porque a Ciência é uma e todas as ciências solidárias — sabemos que as nossas ideias, fundadas sobre uma filosofia científica caduca, têm de ser revistas, todas — e, em função das nossas ideias, os nossos métodos. Não há nisso nada que nos assuste, nada que possa incitar-nos, renunciando ao nosso labor prudente e difícil, a lançar-nos nos braços dos fazedores de milagres, dos taumaturgos ao mesmo tempo cândidos e astuciosos, dos fabricantes de Filosofias da História baratas. Mas em vinte volumes.

E quanto à afirmação implícita que se desprende do livro de Toynbee, que ele não formula, mas que se sente por detrás de todas as páginas do seu livro: «A história repete-se» — sim. A história repete-se, com efeito. Exactamente na medida expressa por esse velho bibliotecário de um Xá agonizante. O monarca, no último minuto da sua vida, teria tido um grande desejo de aprender toda a História... «Meu príncipe, disse-lhe o velho sábio, meu príncipe, os homens nascem, amam e morrem.»

# ALIANÇAS E APOIOS

## A LINGUÍSTICA *

* *Neste passar em revista das* Alianças *e dos* Apoios, *de uma história preocupada com a renovação, a geografia deveria ter lugar. Em primeiro plano. Mas consagrámos-lhe demasiados estudos, em cinquenta anos, para não desejarmos agrupar estes estudos à parte. Daí, uma ausência, aqui, que poderia surpreender.*

## CAMINHANDO PARA UMA OUTRA HISTÓRIA

Incompleto de um quarto, senão de um terço, um livro, um pequeno livro acaba de aparecer. Tem um belo título — ou melhor, dois: *Apologia da história ou Ofício do historiador* [1]. É o segundo que merece o epíteto; mas o autor, tendo-os inscrito a ambos na capa dos seus manuscritos, já não se encontrava no mundo para escolher o que preferia: o autor, Marc Bloch, fuzilado sem julgamento pelos Alemães no dia 16 de Junho de 1944, a seguir ao desembarque na Provença, quando «esvaziavam» as prisões executando matanças em massa de patriotas — Marc Bloch, um dos espíritos mais sólidos deste tempo [2], que um espantoso esforço de aprendizagem (línguas antigas e modernas, técnicas particulares, leituras prodigiosamente extensas, estudos penetrantes de textos de todas as proveniências, viagens e investigações no estrangeiro) permitiu chegar a esse ponto em que as grandes obras parecem nascer por si próprias sob a pena do mestre que as traz consigo; Marc Bloch, de todas as perdas em homens sofridas pela França entre 1940 e 1945, talvez a mais cruel e a mais inexplicável.

Disse algures como, de regresso a França depois do armistício pelo perigoso circuito Dunquerque, Londres, Rennes, longe das suas notas, postas a salvo em Paris, mais longe ainda dos seus livros,

---

[1] *Cahiers des Annales*, fasc. III, Armand Colin, 1949; 110 páginas in-8.°

[2] Como o testemunha, além das suas obras propriamente históricas, esse pequeno livro postumo tão denso, tão profundo na sua simplicidade, que ele intitulou *L'étrange défaite*, testemunho escrito em 1940 (ed. Atlas, 1946, in-16). É uma meditação suscitada por recordações pessoais sobre as causas desta derrota: antes de mais, diz Bloch, «uma derrota da inteligência francesa». Muito poucos franceses leram este livro amargo, tanto mais doloroso quanto é fruto de meticulosa reflexão. Mas quê? Marc Bloch não pertencia a nenhum partido político. E nenhum liceu de França recebeu o seu nome... Os nossos amigos de Inglaterra, esses, não se enganaram sobre o alcance do testemunho. Traduziram-no e editaram-no numa das suas mais famosas editoras universitárias...

cuidadosamente encaixotados e expedidos para a Alemanha pelo ocupante —, esse homem que detestava a ociosidade pegou na pena e começou a lançar para o papel reflexões sobre a história. E em primeiro lugar sobre a sua legitimidade, tanto para os próprios historiadores como para a nossa civilização, directamente interessada no debate.

Porque ela é, no fundo e desde as origens, uma civilização de historiadores. Diferentemente de tantas outras, entre as quais algumas de importância, a indiana por exemplo.[1] E a religião que exprime tantos dos seus aspectos fundamentais, o cristianismo, é também ela uma religião de historiadores. «Creio em Jesus-Cristo, que nasceu da Virgem Maria, foi crucificado sob Pôncio Pilatos, ressuscitou de entre os mortos ao terceiro dia»: eis uma religião datada. E essas referências não constituem um acessório para o fiel. Não se é cristão se não se aceitar essas afirmações, que a religião põe como fundamento da própria crença, como outras tantas verdades situadas no tempo. Da mesma maneira, não é cristão quem não se situar a si próprio, e consigo as sociedades, as civilizações e os impérios, entre a queda, esse ponto de partida, e o julgamento, esse ponto de chegada de tudo o que vive cá em baixo. O que é, ao mesmo tempo, situar-se a si próprio e situar o universo no tempo — portanto, na história.

Ora, que nas últimas décadas muitos dos portadores da civilização ocidental tenham bruscamente desdenhado o seu velho gosto pela história; que tenham marcado vigorosamente a sua desilusão de homens que tinham acreditado demasiado naquilo que lhes agradava chamar as suas «lições»; que a própria cadência, tão furiosamente acelerada, das revoluções técnicas que nas nossas sociedades deram origem a verdadeiras mutações psicológicas, sempre correspondentes a novas mudanças: caminhos de ferro, depois os automóveis, depois os aviões, e o passado a recuar por saltos; o vapor, depois a energia eléctrica, depois a energia atómica em vias de domestição — e tudo o resto, que seria preciso páginas para enumerar, tudo o que afecta o género de vida, o comportamento individual ou colectivo, as reacções sensoriais dos homens[2]; — que esta mesma cadência, esta aceleração prodigiosa das transformações agrave ainda mais o abismo que separa as gerações e rompa com as tradições: eis o que não é preciso demonstrar exaustivamente. Consequência, entre outras: um grande

[1] Sabemos muito pouco sobre a historicidade das diversas civilizações. É uma grande sorte podermos recorrer a Granet no caso da China. Seria preciso estimular semelhantes estudos, alertar os indianistas, os egiptólogos, os assiriólogos, etc. Tais estudos só se farão por solicitação directa dos inte-

[2] Ainda não há estudos concertados. Os «filmólogos», que surgiram recentemente, ainda mal começaram a inquietar-se. Henri Wallon descreveu, no âmbito dos seus estudos, um programa tão interessante para o historiador como para o filmólogo; resta pô-lo em acção — e prosseguir simultaneamente os estudos sobre os organismos humanos. Sem desprezar o problema da velocidade



desdém pela história. O desdém de homens que se embriagam com os seus êxitos, sem terem tempo de fundar sobre eles uma instituição durável: porque amanhã outros êxitos virão pôr tudo em questão. Desdém de homens que orgulhosamente se proclamam filhos das suas obras — e não dos seus antepassados fora de moda. Que importa Volta aos nossos construtores de centrais eléctricas? Seria o mesmo que falar de Ícaro a um construtor de aviões. Tempos que já lá vão. E o preconceito é cada vez mais forte: como é que se pode perder tempo a fazer história — quando tantas tarefas fecundas, e que «rendem», exigem hoje todas as energias, todas as inteligências?

Será preciso reagir contra estas tendências? Sem dúvida, na medida em que elas ameaçam abalar os próprios fundamentos duma civilização de historiadores. Bloch partiu dessa grande preocupação. Em três palavras, o primeiro título do seu livro revela-no-lo excelentemente. Mas há ainda o segundo. Eu disse que ele era belo. E é igualmente cheio de promessas.

*

* *

É raro que um historiador da envergadura de Marc Bloch, ainda em vida — enquanto está em plena força da sua produção e as obras que traz em si o obcecam —, é raro que ele formule as lições da sua experiência para as comunicar aos seus contemporâneos. Michelet, que era a própria história, não o fez. Nem Fustel. Nem Jullian, nos nossos dias. Pirenne também não. Eles ensinaram, e portanto transmitiram a outros um pouco das suas reflexões. Mas há uma distância enorme entre os conselhos distribuídos a aprendizes em certos momentos e duma maneira discursiva e fragmentada — há uma enorme distância entre essas indicações de trabalho e essa espécie de confiança humana de mestre-de-obras explicando aos seus leitores, que não são necessariamente «da sua especialidade», o que para ele representa o seu trabalho, que fins lhe propõe e em que espírito o pratica: e tudo isto, não como pedante que dogmatiza, mas como homem que procura compreender-se na íntegra. No livro de Marc Bloch, aquilo que apreciaremos acima de tudo, mais ainda que um discurso em defesa da história — são essas preciosas confidências. Essas reflexões de mestre de oficina sobre um ofício delicado. Livres, mas ordenadas — sem nada de escolar, nem de herdado, porém.

É isso, creio, o que nesse livro poderá interessar sobretudo, interessar antes de mais o filósofo, curioso de captar os aspectos vivos das disciplinas contemporâneas. É isso, em todo o caso, o que nos interessa, a nós, historiadores, no que respeita à crítica filosófica. Será preciso dizer que em geral esta não nos presta talvez todos os

serviços[1] que poderíamos desejar? Porque, sem dúvida, os filósofos continuam a ser um pouco vítimas dos historiadores — isto é, dos preconceitos que demasiados de entre eles continuam a espalhar: preconceitos herdados dum passado longínquo, aceites sem discussão por práticos pouco propensos a lidar com ideias e prontos a aprovar as observações de Péguy, sem se aperceberem do seu ressaibo avinagrado. «Duma maneira geral (cito de memória e disso peço desculpa), não é bom que o historiador reflicta demasiado sobre a história. Enquanto se ocupa disso, interrompe o seu trabalho. E o filósofo (cujo ofício é esse) cruza os braços. O que faz dois homens que não trabalham!...» Péguy diz isto muito melhor. Com efeito, os pequenos livros que se intitulam *Introdução* ou *Iniciação* aos Estudos históricos reflectem ainda demasiadas vezes, em 1940, o estado da Ciência por volta de 1880. E a imagem que eles apresentam da História não é feita para lhe granjear as boas graças das pessoas inteligentes e que se entregam à reflexão.

Aliás, não são só eles. Toda a gente o fez. E também esses metodólogos impenitentes que descobriram, por volta de 1880-1890, que a história, afinal de contas, não passava de um método. O método histórico. O qual não era outro senão o método crítico. E portanto, de modo nenhum um monopólio dos historiadores. De onde resultava que a história, desaparecendo, perdia todo o conteúdo e toda a realidade. O que, entre parêntesis, dispensava os historiadores de fazerem a terrível pergunta: «O que é a história?»

Os sociólogos, por seu lado, no entusiasmo das suas primeiras conquistas, atacavam com júbilo uma disciplina tão mal defendida. Os defensores da escola durkheimiana não espalhavam a história aos quatro ventos. Apoderavam-se dela como senhores. Tudo o que, no domínio das ciências históricas, lhes parecia susceptível de análise racional pertencia-lhes. O resíduo, era a história: uma passagem cronológica ao papel, no máximo, de acontecimentos de superfície, a maior parte das vezes devidos ao acaso. Digamos: uma narrativa.[2]

É pois compreensível a atitude dos mundanos, e as suas troças: os mundanos para quem falava Paul Valéry, esboçando, não sem bom senso aliás, o processo duma certa história em que, infelizmente, alguns de nós se recusam a reconhecer o objecto das nossas inquietações — Valéry dando a lição a esses estúpidos que ainda não tinham reparado que, por exemplo, o aparecimento da iluminação eléctrica nos lares foi um acontecimento histórico mais importante do que determinado congresso diplomático de soluções efémeras. O que nos divertia imenso, e mostrava, com demasiada evidência, que o nosso censor tinha feito bem más leituras de história: deixemo-nos de rodeios, que ele nunca tinha lido uma única linha dos artigos, dos discursos, dos livros, de Henri Pirenne, de Marc Bloch, de E.-F. Gautier, do Jullian das *Crónicas galo-romanas* ou das lições de abertura no *Collège*, do Jules Sion dos *Estudos mediterrânicos*. Os nossos clássicos, os nossos breviários — e não falo, naturalmente, senão dos mortos. Entre os quais, à cabeça, essa encarnação da História em que não cessamos de encontrar espantosos pressentimentos e ideias de investigação duma força singular: nós, os amigos de Michelet — desde o meu velho mestre Gabriel Monod até ao seu aluno Henri Hauser, desde Marc Bloch até Renaudet, desde..., mas somos muitos. A não sabermos o que é a história, evidentemente. De tempos a tempos, pessoas que sabem (na opinião delas) infligem-nos uma descompostura que nós aceitamos com deferência; ensinam-nos que Michelet foi tudo, excepto um historiador. Facto assente. Não falemos mais disso — até ao dia em que, ao ser comunicado ao público aquilo que do seu jornal íntimo escapou às tesouras de Athénaïs Mialaret, Michelet voltar a ser digno de interesse. Não escreveu Gabriel Monod que ninguém falara da sua vida íntima com tanta franqueza como o seu mestre? Eis o suficiente para lhe grangear, chegado o momento, simpatias especiais. E a solicitude dos editores.

Deixemos isso. Formulei, há algum tempo, breves observações sobre uma «maneira de conceber a história que não é nossa». Da maneira que é nossa, Marc Bloch dá-nos uma exposição, infelizmente interrompida: mas que limpeza!

*

* *

Não que o livro seja minimamente polémico. A sua serenidade, pelo contrário, é espantosa. Todos os escritos que Marc Bloch nos

[1] Isto deve ser dito com todas as precauções requeridas. É um facto que historiador e filósofo representam em geral dois tipos de homens nitidamente diferenciados. É um facto também que nas origens daquilo que nós concebemos como história estiveram eficazes e fecundas reflexões e sugestões de filósofos. Porque não reportarmo-nos a Leibniz? E depois, naturalmente, a Herder, antes de chegarmos a Hegel? E mesmo, no que respeita à França, a Victor Cousin, que lançou Michelet na pista de Vico e Quinet na de Herder: Michelet que, encarregado de ensinar a filosofia e a história na École Normale, protestou vivamente quando, separadas as duas disciplinas, lhe confiaram o ensino da história? — E será necessário recordar o Cournot das *Considerações?*

[2] Em 1934, nos *Anais Sociológicos*, Bouglé admitia que a sociologia, «ainda que pudesse realizar alguns progressos», talvez nunca chegasse, apesar de tudo, a tornar inútil o *relato histórico*, a suplantar a história! Que bondade, não há dúvida! E acrescentava, com condescendência: «O historiador terá sempre de anotar colocações e conjunturas, encontros de séries que o sociólogo será impotente para explicar por uma lei geral.» Obrigado pelas colocações; mas tudo isso é culpa nossa, dos historiadores. No mesmo fascículo dos *Anais*, com efeito, M. Mauss explicava a razão por que os durkheimianos, ao tratarem da morfologia social, aí tinham introduzido «uma confusão que noutros casos tinham evitado.» É que eles encontravam diante de si «unidades» (entenda-se, a geografia humana e a demografia) já demasiado constituídas para tentarem dissolvê-las. «Não tivemos a coragem de quebrar as articulações duma ciência provisoriamente melhor constituída que a das partes da sociologia que nós empreendíamos edificar.» — Se a história tivesse sido, também ela, uma «ciência provisoriamente melhor constituída», talvez que...

terá deixado e que datam deste período de 1940 a 1943 por ele atravessado com tanta dignidade, heróica resolução e nobreza, trazem a mesma marca. Acerca do seu admirável *Testamento espiritual* e dos seus últimos propósitos, escrevi que evocavam por si próprios a palavra Santidade. É bem essa palavra que vem aos lábios quando recordamos aquilo que se pôde saber da paixão e da morte desse grande francês. A tranquilidade com que, arriscando permanentemente a vida, ele encarava o fim como mais ou menos fatal, enobrecia e purificava todas as suas vivências intelectuais. O próprio estilo tinha mudado. Mais sóbrio. Menos malicioso. Mais comovente pelo que tinha de contido, de soberanamente despegado das coisas pequenas e mesquinhas do comércio quotidiano. — Mas, para retomar a minha expressão, a limpeza resultou apenas mais total. E mais decisiva.

Um método de história, esse livro? De modo nenhum. Considerações pseudo-filosóficas [1] sobre a história? Ainda menos. A recuperação de noções erróneas ou caídas em desuso? Se se quiser. Esse livro é na verdade, antes de mais, uma revisão crítica das maneiras incorrectas de pensar e de praticar a história, mas sob a forma duma conversa honesta de homem para homem. O pretensioso, o pedante nada têm a fazer aqui. Um exemplo:

Irá Marc Bloch, no início do seu livro, dar da História «uma longa e rígida definição»? Os precedentes decerto não faltam. Que historiador, ao menos uma vez na vida, não terá cedido ao contágio? Marc Bloch recusa-se a tal. Não define a história. Porque toda a definição é prisão. E porque as ciências, tal como os homens, têm antes de mais necessidade de liberdade. Definir a história? Mas qual? Quero dizer, em que data e no âmbito de que civilização? Não variará a história perpetuamente, na sua inquieta procura de novas técnicas, de pontos de vista inéditos, de problemas a pôr duma forma mais correcta? Definir, definir: mas as definições mais exactas, as mais cuidadosamente meditadas, as mais meticulosamente redigidas, não se arriscarão elas a deixar de fora, a cada instante, o melhor da história? Essa grande mania das definições, boa no tempo em que cada burguês vivia encostado ao Grande Livro da Dívida pública, poderosamente encaixado no sistema de Laplace, com o bolso do colete generosamente recheado de napoleões invariáveis — que dizer dela, nestes tempos de perturbações, de incertezas, de destruições? Não evocarão a conhecida frase, divertida e profunda, sobre esses alunos duma grande escola científica, que «sabem tudo, mas nada mais»? Definir, definir,

[1] «Cada ciência tomada isoladamente não representa mais que um fragmento do movimento universal para o conhecimento. Para bem entender e apreciar os seus processos de investigação — seria indispensável saber ligá-los, por um traço perfeitamente seguro, ao conjunto das tendências que no mesmo momento se manifestam nas outras ordens de disciplinas. Ora, este estudo dos métodos por si próprios constitui à sua maneira uma especialidade cujos técnicos se chamam filósofos. É um título que me é interdito reivindicar.» *Op. cit.*, Introdução, p. 17.



mas não será isso maltratar? «Atenção, meu amigo, você vai sair da história... Releia a minha definição, ela é tão clara!... Se é historiador, não pode pôr aqui os pés: é o domínio do sociólogo. Nem ali, é o do psicólogo. À direita? Não pense nisso, é o do geógrafo... E à esquerda, é o do etnógrafo...» Pesadelo. Disparate. Mutilação. Abaixo os compartimentos e as etiquetas! É na fronteira, sobre a fronteira, um pé deste lado, um pé daquele, que o historiador deve trabalhar livremente. Utilmente... É assim, de uma ponta à outra do livro. Marc Bloch não ataca. Segue o seu caminho, a direito, num passo firme. Diz as coisas como surgem aos seus olhos. «História, ciência do passado.» Mas seria o passado, enquanto tal, um objecto de ciência? Porque não, então, uma ciência do presente, senão do futuro? Não: «Há muito tempo que os nossos grandes antecessores, um Michelet, um Fustel, nos ensinaram a reconhecê-lo: o objecto da história é por natureza o homem.» Um tempo, e Bloch, prosseguindo, cita esta frase dum amigo: «Não o homem, nunca o homem, as sociedades humanas, os grupos organizados» [1] — frase que é preciso não considerar, de resto, como tendente a excluir o indivíduo do estudo da história: com as fórmulas todas as precauções não são demais, com esses engenhos mal regulados e que nem sempre rebentam no sentido previsto. Mas há as paisagens, e as máquinas, e as instituições, as crenças, os escritos: por detrás de tudo isso que interessa à história, que é a matéria da história, são os homens que o historiador quer captar. «O bom historiador parece-se com o ogre da lenda: onde quer que fareje carne humana, sabe que está aí a sua caça.»

Eis-nos sobre um terreno sólido: falta apenas acrescentar um ponto, mas essencial. A história não pensa apenas em termos de «humano». O seu clima natural é o da duração. Ciência dos homens, sim — mas dos homens no tempo. O tempo, essa contínua — mas também perpétua transformação. «Da antítese destes dois atributos provêm os grandes problemas da investigação histórica.»

*

* *

Não vou seguir o pensamento de Marc Bloch desde o princípio até àquilo que é hoje, infelizmente, o fim do seu livro. Já disse o suficiente para mostrar o seu espírito e forma. Quanto ao resto? Quer se trate dos limites do actual, da maneira de compreender o presente pelo passado e também, e sobretudo, o passado pelo presente; quer se trate da observação, dos seus caracteres gerais, da noção de testemunho e daquilo que ela implica; da crítica; da mentira e do erro, portanto da verdade em história; dos problemas especiais da análise e em primeiro lugar da finalidade que se propõe: julgar ou compreender — sobre todos estes problemas, e sobre tantos outros que a eles

[1] *La terre et l'évolution humaine*, p. 201.

se ligam, encontraremos nesse livro mutilado as opiniões dum mestre exprimidas com uma simplicidade, uma modéstia e uma humanidade raras.

«Estou certo de que me aprovará, disso me vanglorio frequentemente. Irá repreender-me algumas vezes. E tudo isto criará entre nós mais um laço.» Assim terminam as preciosas linhas que Marc Bloch escreveu em minha intenção, «em jeito de dedicatória», sobre a primeira página do seu manuscrito. De facto, eu aprovo sem reservas! E se Bloch estivesse diante de mim, como tantas vezes, com um ar curioso e divertido — eu não o «repreenderia». Agradecer-lhe-ia, simplesmente, por tão bem ter traduzido pensamentos que nos foram comuns durante tanto tempo e a respeito dos quais ele escrevia que, para ser honesto, muitas vezes não poderia decidir «se são dele, de mim ou de ambos»... Mas eu gostaria de acrescentar alguma coisa àquilo que Bloch disse.

A história evolui rapidamente, como qualquer ciência, hoje em dia. Com muitas hesitações e passos em falso, alguns homens tentam orientar-se cada vez mais para o trabalho colectivo. Virá um dia em que se falará de «laboratórios de história» como de realidades — e sem provocar sorrisos irónicos. O trabalho do economista já não pode ser concebido sem uma aparelhagem cada vez mais aperfeiçoada. E portanto sem a constituição de equipas bem treinadas, bem enquadradas. E portanto sem investigações bem coordenadas. Com este exemplo, que de perto lhes diz respeito, há historiadores que começam a despertar para uma concepção nova do seu trabalho. Uma geração ou duas: o velho senhor no seu cadeirão, por trás os ficheiros estritamente reservados ao seu uso pessoal e tão ciosamente guardados contra as cobiças rivais como uma carteira dentro dum cofre-forte — o velho senhor de Anatole France e de tantos outros terá terminado a sua vida grotesca. Terá dado lugar ao chefe de equipa, atento e inquieto, que, formado por uma cultura sólida, tendo sido treinado para procurar na história elementos de solução para os grandes problemas que a vida, todos os dias, põe às sociedades e às civilizações, saberá traçar o âmbito duma investigação, pôr correctamente as questões, indicar com precisão as fontes de informação e, feito isso, avaliar as despesas, regular a rotação dos aparelhos, fixar o número dos membros da equipa e lançar a sua gente em busca do desconhecido. Dois meses, ou três ou quatro: a colheita está terminada. Começa o trabalho sobre os dados recolhidos. Leitura dos microfilmes, elaboração de fichas, preparação dos mapas, das estatísticas, dos gráficos, confrontação dos documentos propriamente históricos com os documentos linguísticos, psicológicos, étnicos, arqueológicos, botânicos..., etc., que podem facilitar o conhecimento. Seis meses, um ano: o resultado da investigação está pronto a ser revelado ao público. A investigação que um trabalhador isolado não teria tornado tão rica, nem tão vasta, nem tão probatória, ainda que levasse dez anos. Mesmo se, sobretudo se, ele tivesse concebido a ideia na sua totalidade.



«O fim de tudo! Já não existe arte. Já não existe personalidade. Uma mecanização do saber, ainda e sempre. Mais uma!» — Julgais isso? Quanto a mim, penso que será preciso mais saber amanhã, mais inteligência, imaginação e abertura de espírito — numa palavra, maior envergadura, para pôr correctamente uma questão tradicionalmente posta de maneira incorrecta; ou, sobretudo, para pôr enfim, pela primeira vez, uma questão que ainda ninguém pôs, de imenso interesse para a nossa compreensão, tanto do presente através do passado como do passado por intermédio do presente. — E quem impedirá essa pessoa, o mestre-de-obras, de ter talento para escrever? E de o empregar a pôr os resultados da investigação ao alcance de todos?

Isto, Marc Bloch não o disse no seu livro. Mas eu digo: isto que, a meu ver, é capital para o futuro da história. Não que ele não estivesse pronto a aprová-lo. Quando, em 1936, ao tomar posse da cátedra de História da Civilização Moderna no *Collège de France*, eu expunha numa lição de abertura — *Exame de consciência duma história e dum historiador* — o que então não era mais que uma perspectiva de futuro, ele não me pôs, na verdade, qualquer objecção. Mas as circunstâncias, essa espécie de recuo que ele conheceu a seguir ao choque de 40, a expatriação, a necessidade de se reencontrar mais do que se entender — tudo isso explica sem dúvida um silêncio que nada retira de eficácia e de força às suas meditações, mas que ainda assim as data. Ora, desde 1945 que nós vivemos anos que valem cada um por dez. Que alguém se julgue precursor — e já o grosso das suas tropas terá ganho um avanço de vários quilómetros...

*

*   *

Técnicas tudo isso, e nada mais? — Técnicas, efectivamente. Mas se falais disso com desdém, não poderia seguir-vos. E visto que já estamos neste terreno, que me seja permitido acrescentar qualquer coisa. De menor importância, mas que tem o seu mérito. A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a actividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Não consistirá toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiador, num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, fazer com que digam o que por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as

produziram — e, finalmente, constituir entre elas essa vasta rede de solidariedade e de entreajuda que supre a ausência do documento escrito?

Se não houver estatística, nem demografia, nem nada: iremos responder com a resignação a essa carência? Ser historiador é pelo contrário, nunca se resignar. É tentar tudo, experimentar tudo para preencher as lacunas da informação. É explorarmos todo o nosso engenho, eis a verdadeira expressão. Enganarmo-nos, ou antes, lançarmo-nos vinte vezes com entusiasmo num caminho cheio de promessas — e depois apercebermo-nos de que ele não nos leva aonde queríamos. Tanto pior, recomecemos. Retomemos com paciência a meada de fios quebrados, embaraçados, dispersos. Relações longínquas com civilizações muito antigas. Textos? Não esperemos tanto. Mas formas de barcos, hoje ainda associadas a este ou aquele instrumento, a esta ou aquela prática cultural, a este número, àquele vocábulo, àquele dito? Datadas por vezes, fortuitamente, e que encontramos aqui, e aqui e ainda aqui: eis o que permite — com essa espécie de embriaguês provocada pelo percurso sobre essa aresta estreita, entre a verosimilhança e a fantasia, a pura invenção e a verificação — eis o que permite preparar os materiais para um mapa: digamos do Oceano Índico, essa grande matriz de civilizações, antes de o Mediterrâneo, talvez, ter conhecido a sua primeira organização e o seu primeiro surto de desenvolvimento...

E mais perto de nós? Uma sociedade medieval. Não existem cadastros nem planos parcelares. Então, ficamos de braços cruzados? Dizemos: «Não sabemos»? Não. Eis outros documentos, registos de rendimentos, de bens senhoriais, declarações. Limpemos a poeira que os cobre, leiamos, reflectamos, inventemos e acabaremos por descobrir, não somente uma espécie de balanço parcelar dum certo território — mas muitos outros dados ainda. Uma estatística familiar de data fixa. Uma distribuição das culturas, etc.

Evitemos subestimar a força persistente deste velho tabu: «Não farás história a não ser com os textos.» Imagino um historiador da pintura declarando: «Pintura? É quando se espalha tintas de óleo sobre telas, com pincéis.» E portanto, que o deixem tranquilo, esse homem, com os frescos de Arena em Pádua, o retrato de João o Bom no Louvre e todos os primitivos e todos os exóticos que não espalhavam tintas de óleo sobre armações revestidas de tela. Que o deixem tranquilo com as obras-primas encontradas nas cavernas pelo abade Breuil. «Pintura? Não. Arqueologia! Não ultrapassemos assim com tanta desenvoltura o limite sagrado: história aqui, pré-história ali...»

Certamente que não é necessário demonstrar que a profissão de conhecedor das estações lacustres exige conhecimentos e, sem dúvida, aptidões que o historiador dos caminhos de ferro no século XIX não poderia utilizar. E reciprocamente. Resta dizer que a noção de pré-história é uma das mais ridículas que se possa imaginar. O homem que estuda a época de expansão de certa cerâmica neolítica faz história, exactamente como o homem que executa um mapa da distribuição dos postos telefónicos em 1948, no Extremo-Oriente. Um e outro, no mesmo espírito e com os mesmos fins, dedicam-se a estudar as manifestações do génio inventivo da humanidade, diferentes na idade, no rendimento, se se quiser: mas decerto não no engenho. Marc Bloch sabia tudo isto tão bem como eu. Poupado pelo destino, se tivesse podido a partir de 1945 associar o seu esforço ao esforço daqueles que, comigo, à minha volta, nesta casa dos *Annales* que ambos fundámos com um mesmo desejo em 1929, retomaram o trabalho para o levar mais longe: pergunto a mim próprio se não teria sentido a necessidade de acrescentar a tudo o que disse, e de maneira tão exacta, algumas precisões complementares. Mas tratar-se-á de complemento?



*

* *

Na verdade, o grande problema, o problema capital que hoje se nos põe (e repito que falo aqui como prático da história e de modo nenhum como filósofo, que não sou; repito que todo o interesse destas páginas é, a meu ver, informar correctamente os nossos amigos filósofos de como somos alguns, em 1949, em França, a conceber o trabalho de historiador e, de uma maneira geral, o papel e o futuro da história) — o grande problema é de organização.

Será preciso dizer, da história? A palavra é equívoca e seria mais uma razão para passarmos sem os seus serviços [1] — se se pudesse criar um termo melhor: mas qual? Tem, em todo o caso, dois sentidos. Significa uma ciência — e o conteúdo dessa ciência. Objectar-me-ão que geralmente é assim. Com menos consequências, talvez, e menos insistência. Ora, é da ciência, enquanto mecanismo intelectual, que geralmente se trata nos nossos livros e fascículos de métodos. Do conteúdo, e da necessidade de o inventariar, depois de o organizar — nada, ou pouca coisa.

Os nossos tratados de metodologia limitam-se a maior parte das vezes a distinguir as operações do espírito humano, aplicando-se a tratar a matéria histórica. Muito pouco lógicos, os seus autores obstinam-se a reescrever perpetuamente uma espécie de lógica superficial e escolar da história. É assim que eles estão quase todos de acordo para nos dizer: o historiador estabelece primeiramente os factos: acto I. Depois disso organiza-os: acto II. Seguem-se dois desenvolvi-

[1] Eu sou um pouco mais pessimista que Marc Bloch (*obr. cit.*, p. 1) quanto aos inconvenientes que apresenta o uso dessa velha palavra deformada e sem significação precisa. Mas por que palavra substituí-la, que exprima ao mesmo tempo a ideia do homem, a da mudança e a da duração? «Arqueologia» está tomada — e reconduz a essa definição inoperante da história: a ciência do passado; não evoca nem a ideia de humanidade, nem a ideia de duração. «Antropocronologia, etnocronologia», invenções bárbaras e que teriam necessidade de explicações para serem compreendidas.

mentos: «Estabelecer os factos, é...; organizar os factos, é...». — Não critico isto. A única coisa que tenho a dizer é que tudo isso nada de novo me traz. E que a tais análises faltam muitas coisas: em primeiro lugar, a noção daquilo que o historiador procura, ou deve, ou deveria procurar. «Que a arte é um grande desígnio — e não pode ser procurada num simples vaso»: Brunetière, por alturas dos meus quinze anos, pretendia deste modo executar Bernard Palissy e os seus *Rustiques figulines*. Eu não quero executar ninguém. Aborrece-me, simplesmente, que a história não tenha um desígnio — que ela se fique pelos achados ocasionais de Magendie — (o que já antes nos refere Claude Bernard): «Passeio-me lá dentro como um trapeiro, e a cada passo encontro qualquer coisa de interessante para meter no meu saco.» Ao que Dastre replicava: «Quando não se sabe o que se procura, não se sabe o que se encontra.» — A história ainda está no tempo de Magendie...

Outra coisa. Esses livros, esses guias de principiantes falam de *factos* durante páginas inteiras. Estabelecer *factos*; organizar os *factos* estabelecidos: mas que entendem eles por *factos*? Como concebem eles o facto histórico? Apercebemo-nos bem depressa de que, para a maior parte deles, continua a ser um dado.[1] Bruto. Que na realidade seja construído por eles próprios sem que disso se queiram aperceber, recusam-se a admiti-lo. Em 1949, ainda continuam a conservar uma espécie de respeito supersticioso pelo facto, uma espécie de fetichismo do facto que é a coisa mais singular que já se viu, e a mais anacrónica. O sábio «que olha através do microscópio» e a quem imediatamente os factos saltam à vista, bem claros, bem lavados, atrevo-me a dizer, probatórios à medida dos nossos desejos — por mais que essa metáfora cara aos nossos mestres de outrora me regozijasse há cinquenta anos (porque enfim, eu tenho «olhado pelo microscópio» e verificado que os factos que o microscópio revelava, no laboratório de histologia onde eu ia visitar amigos, não eram assim tão facilmente apreensíveis, mesmo quando se sabia o que se procurava — o que não era o meu caso, mas o dos meus hospedeiros, que eu ouvia discutir durante horas sobre esta ou aquela interpretação possível: os meus hospedeiros, que aliás tinham passado muito tempo a fazer as suas «preparações» e a colori-las, o que excluía a noção de «dado já feito...») — esse «sábio» da famosa metáfora, se ainda tiver audiência em qualquer lado, é, receio bem, entre nós, historiadores. Oh! sem dúvida que todos protestam: «Nós já não estamos no ponto de acreditar que...» Mas é exactamente sob o império, e sob o único império, desse sentimento complicado a que a Igreja chama o respeito humano. Porque ouçamo-los dizer: «É um facto!» E olhemo-los brandir os seus factos entre dois dedos, tal como o joalheiro ilegal que faz admirar ao cliente uma pedra falsa: sentir-nos-emos edificados.

[1] Um interessante artigo de Henri Lévy-Bruhl sobre *Le fait en histoire* publicado pela *Revue de Synthèse* não tem, parece, chamado suficientemente a atenção dos historiadores para este problema tão cheio de consequências.



Inútil insistir aqui sobre este aspecto das coisas. O que o historiador ainda se enfurece por ouvir dizer — o filósofo há muito tempo que o tem por assente. Mas volto ao meu propósito. Podemos modificar o esquema dos manuais, codificando a maneira de proceder do historiador. Podemos rectificá-lo, transpô-lo. Acrescentar às operações descritas novas operações. Podemos. Mas não é tudo. Não é o que mais importa de momento. Passear às cegas, não no labirinto do corpo humano, mas no formidável amontoado de noções e de factos que compõem a história no segundo sentido do termo — eis o género de exercício a que o historiador deve renunciar. Urgentemente.

*

* *

Dizer como, em pormenor: dispensar-me-ão de o fazer aqui, nos limites dum artigo que antes de mais é informativo. Seria preciso um livro para tal — e, imagino, um livro colectivo. Mas enfim, sinais precursores anunciam já a aurora de novos dias.

Há pouco, uma tese mais que notável defendida na Sorbonne, uma tese sobre *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*[1] (dois personagens de desigual grandeza, e não é o segundo que ganha vantagem sobre o primeiro, o que já é uma grande novidade) — há pouco, a tese de Fernand Braudel trazia-nos um plano inteiramente novo e, num certo sentido, revolucionário. Decidido a recolocar os grandes desígnios da política espanhola, no sentido mais lato da palavra «política», no seu quadro histórico e geográfico natural, ele estuda em primeiro lugar as forças permanentes que agem sobre as vontades humanas, que pesam sobre elas sem que disso se dêem conta, que as desviam para esta ou aquela direcção: e é toda uma análise, ainda nunca tentada, daquilo que representa como força que guia, canaliza, contraria também, travando ou, pelo contrário, exaltando, acelerando o jogo das forças humanas — aquilo a que, numa expressão negligentemente pronunciada, chamamos o Mediterrâneo. — Depois do que, numa segunda parte, ele apela para forças particulares, mas animadas duma certa constância — forças impessoais e colectivas, mas, desta vez, datadas e por assim dizer referenciadas como sendo estritamente as que agem no século XVI, na segunda metade do século XVI, quer dizer, no espaço de tempo que durou o reinado de Filipe II de Espanha. — Terceira parte: os acontecimentos. A onda tumultuosa, fervilhante e confusa dos factos. Atraídos frequentemente pelas forças permanentes que o primeiro livro estuda — influenciados e dirigidos pelas forças estáveis que o segundo

[1] Paris, Armand Colin, 1949, in-8.°, 1160 páginas.

livro enumera — mas o acaso tem uma acção sobre elas, o acaso borda sobre o tecido dos encadeamentos as suas mais brilhantes e imprevistas variações.

Esquema audacioso, mas simples: sem ruído, sem tumulto, sem declarações grandiloquentes nem vantajosas profissões de fé, esse livro é um manifesto. Um sinal. E não hesito em dizê-lo, uma data. Não é possível acusar o seu autor de filosofar — o que, numa boca de historiador, significa, não nos iludamos, o crime capital: o seu livro, o seu tão volumoso livro que só a crise da imprensa e os preços proibitivos da tipografia impediram de ser pelo menos o dobro, em volume e em substância, daquilo que actualmente é — o seu livro é uma maravilha de erudição. Representa quinze anos de trabalho ininterrupto, de investigações realizadas em todos os arquivos, em todas as bibliotecas históricas que existem no mundo mediterrânico e no mundo ibérico. Tanto mais convincente e mais exemplar. E não digo, nem Fernand Braudel diria mais do que eu: o problema está resolvido. O problema de organizar em função da sua presumível importância o caos dos acontecimentos. O problema não fica resolvido pondo um pouco de ordem na massa confusa e indistinta das noções e dos factos, das permanências, das coerências e das contingências que, sem mais exigências críticas ou discriminação, se reclamam da história. O problema não está resolvido. Mas ei-lo para sempre posto no terreno das realidades.

*

*    *

O livro de Fernand Braudel é o livro dum só homem. Uma tese, portanto uma obra-prima artesanal exigida pela corporação universitária a todos aqueles que querem passar a mestres. Ainda que o autor dessa obra-prima seja um defensor resoluto do trabalho colectivo, foi forçado a submeter-se aos regulamentos que, durante muito tempo ainda, não reconhecerão qualquer virtude probatória à organização, à concepção, à execução dum tal trabalho. Mas que se reflicta um pouco sobre esse assunto: até que ponto não seria a passagem à prática das investigações colectivas dos historiadores, de natureza a facilitar essa organização da história que tanto nos preocupa? É o papel fecundo da hipótese, visível para todos devido aos seus indiscutíveis resultados. E, graças ao ganho de tempo, de dinheiro, ou mesmo de esforço que este trabalho colectivo representa, é bem mais, é o próprio papel da história que se torna subitamente visível e sensível para aqueles que se obstinam em não ver nela mais do que um jogo de curiosidade gratuita, um divertimento mnemotécnico — sejamos claros, um divertimento sem qualquer alcance.

Hoje, mesmo num país dotado duma boa escola de historiadores — mal aparecem, um ou outro ano, quatro ou cinco trabalhos originais de história relativamente novos no seu desígnio e cujos autores se tenham proposto algo mais que testemunhar que conhecem e



respeitam as regras da profissão. Ou ainda, algo mais que solicitar a curiosidade dum público guloso de leituras «históricas» que não lhe custem esforços. Ora, esses quatro ou cinco trabalhos tratam de assuntos muito afastados no tempo e no espaço. Consagrados, imagino, um a um culto antigo, o outro a um problema de técnica medieval, este ao estudo duma revolução monetária no tempo do Renascimento, aquele à análise da estrutura social dum grande país europeu do século XIX — eles espevitam a curiosidade. Levam a que se diga dos seus autores: «Como são engenhosos» — e das suas conclusões: «Como são originais». Divertem assim a curiosidade de alguns leitores inteligentes que têm a sorte, bastante rara, de ser bem aconselhados por um historiador de espírito inovador: «Leia isto, caro amigo, e ainda isto...» — É tudo. E já é muito, sem dúvida; mas enfim, essas publicações dispersas, pouco numerosas, pouco conhecidas, quase confidenciais, são bem insuficientes para fazer sentir a todos, fortemente, a presença da história — como todos sentem, imagino, a presença da matemática, ou da química, ou da biologia na sua vida quotidiana.

Imaginai pelo contrário que num ano, ou em dois, aparecem os capítulos sucessivos duma dúzia de investigações bem orientadas e sobre assuntos que dizem directamente respeito ao homem cultivado — sobre assuntos que, segundo as evidências, lhe parecem importar grandemente à sua vida, à condução dos seus negócios, às decisões de ordem política ou cultural que ele deve tomar: investigações convergentes, pensadas em conjunto, lançadas simultaneamente, de maneira que determinado importante fenómeno de circulação monetária, imagino, ou de transporte, ou de povoamento, ou de psicologia colectiva seja estudado, segundo um mesmo espírito, quer em civilizações afastadas no tempo, quer em civilizações separadas no espaço por grandes distâncias: todas as concepções que o público pode ter da história serão mudadas. E deixaremos de ouvir, com um divertimento um pouco agastado, vozes cândidas e cordiais dizerem-nos: «Você que é historiador, deve saber isto: qual é então a data da morte do papa Anacleto? ou do sultão Mahmoud?»

Não nos deixemos enganar: é este o grande problema, a despeito das aparências. Não são estas exortações vindas do exterior; não são as lições de filosofia, as advertências de historiadores precursores que determinarão no próprio mundo dos historiadores uma mudança de espírito e de atitude — portanto, que trarão essa transformação profunda da história que, num país como o nosso, as tradições universitárias tornam tão difícil. É necessário repetir as tentativas. Que o homem contemporâneo seja importunado pela história: uma história eficaz e que venha a estar presente na consciência de todos. Começarão por se espantar. Troçarão. E depois reflectirão. E então, a partida poderá ser jogada. E ganha.

É evidente porque atribui tanta importância, há pouco, à concepção do trabalho colectivo em história. O comum dos homens não compreenderá o papel, a importância e o alcance da história a não

ser que receba, e na medida em que receber, a lição não dos doutores, mas dos resultados.

*

* *

Que papel, que alcance, que importância? Último ponto para o qual, para lá do livro de Marc Bloch, eu queria, para terminar, chamar a atenção. Porque destas questões nunca tratamos por assim dizer. Creio bem que Marc Bloch partiu daí: «Papá, explica-me para que serve a história?» — E ele explicou-lhe. Mas talvez ficando um pouco demais nos limites da técnica histórica. Recusando penetrar nesse *no man's land* inexplorado onde o historiador julga que nada tem a fazer — e o filósofo, ou o sociólogo, pois é apenas ao historiador que cabe aventurar-se aí...

Evoquemos perante os seus olhos a sequência propriamente inumerável das gerações que precederam a nossa — desde que um ser susceptível de responder à definição de *homo sapiens* veio figurar como uma das nervuras desse imenso leque de formas vivas que a natureza, na sua fecundidade, ostenta e progressivamente alarga: esse leque cuja imagem se substitui hoje em nós, cada vez mais, à velha imagem dum contínuo linear cara aos nossos pais — duma evolução que, dos animais ao homem, se supunha desenvolver um fio único e sem ruptura. Por detrás de cada um de nós, que sequência prodigiosa de acasalamentos, de violações, de misturas brutais ou de uniões normais: uma vertigem. E a memória da espécie durante quanto tempo conserva essas marcas? Mas também quantas experiências! Quantas participações em sociedades prodigiosamente diferentes umas das outras!... Quantas marcas deixadas, nos nossos antepassados imediatos e em nós próprios, por sistemas de ideias e de crenças, por «instituições», no sentido sociológico da palavra, cujas bruscas reaparições e surpreendentes afloramentos nos deixam por vezes estupefactos — e nos deixariam muito mais estupefactos ainda, e com mais frequência, se nos aplicássemos a observar-nos melhor desse ponto de vista! Mas um qualquer instinto desvia-nos. Um qualquer instinto adverte-nos de que não devemos deixar-nos hipnotizar, enfeitiçar, absorver por esse passado. Um qualquer instinto diz-nos que esquecer é uma necessidade para os grupos, para as sociedades que querem viver. Poder viver. Não se deixar esmagar por essa avalancha formidável, por essa acumulação inumana de factos herdados. Por essa pressão irresistível dos mortos esmagando os vivos — laminando sob o seu peso a fina camada do presente, até lhe retirar toda a força de resistência...

Que fizeram, historicamente falando, as sociedades humanas para fazer face ao perigo? Umas, as menos desenvolvidas, as menos exigentes mentalmente, deixaram cair tudo no abismo do esquecimento.



Deixemo-las com a sua miséria. Mas as outras? Adoptaram duas soluções. Sobre as quais, bem entendido, nada sabemos de preciso. Quem se arriscará a estudar essas misérias?

As sociedades tradicionais acomodaram de uma vez por todas o seu passado, oficial e pragmaticamente. Projectaram, por detrás da imagem que a si mesmas forneciam da sua vida presente, dos seus fins colectivos, das virtudes necessárias para os realizar — uma espécie de prefiguração dessa realidade: simplificada, mas de algum modo aumentada e ornamentada da majestade, da autoridade incomparável duma tradição a que a religião confere esse carácter augusto e sagrado. Será preciso dizer que nenhuma investigação sistemática e de conjunto foi realizada até ao presente, sobre esse imenso problema da tradição? Será preciso dizer que seria esse, precisamente — digamos que será, um dia, um belo tema de investigação colectiva organizada e consertada, quando a história se tiver tornado capaz de abarcar tão grandes problemas? Então muitos erros se dissiparão. E, em primeiro lugar, aquele que pretende imutável aquilo que é mudança constante: porque enfim, qual a justificação desses grandes livros intitulados *História dos costumes* de tal ou tal província? O que permanece imutável não tem história? — De tempos a tempos, um investigador avisado levanta uma ponta do véu. Há as páginas de Granet, tão notáveis, sobre o ordenamento pelos Chineses duma tradição histórica, que corresponde inteiramente ao esquema que eu propunha há pouco. Há as páginas igualmente notáveis de Dumézil, que desmonta o mecanismo da história oficial de Roma. Tudo isto não constitui o estudo sobre a tradição de que teríamos necessidade.

Há a tradição. Há a história. Que, finalmente, responde à mesma necessidade — quer essa necessidade seja consciente ou não. A história, que é um meio de organizar o passado para o impedir de sobrecarregar os ombros dos homens. A história que, sem dúvida — eu dizia-o mais acima —, não se resigna a ignorar, e portanto se esforça por reforçar, sempre mais, a avalancha dos factos «históricos» de que as nossas civilizações dispõem para escrever a história: mas não existe aí contradição. Porque a história não apresenta aos homens uma colecção de factos isolados. Ela organiza esses factos. Ela explica-os, e portanto, para os explicar, transforma-os em séries, a que não presta igual atenção. Porque, quer queira quer não — é em função das suas necessidades presentes que ela recolhe sistematicamente, e em seguida classifica e agrupa os factos passados. É em função da vida que ela interroga a morte.

Desejaríamos nós pensar nisto? Há anos e anos que dormiam em caixas, em armários, em torres de castelos transformadas em depósitos de arquivos — documentos e mais documentos que permitiriam escrever a história económica da humanidade. Letra morta. Ninguém se abalançava a sacudir a poeira desses velhos pergaminhos ou desses velhos papéis. Foi quando as nossas sociedades começaram a dar às

preocupações de ordem económica o lugar que antes reservavam para outras preocupações — que os historiadores começaram a sacudir a poeira de maços de papéis que ninguém, até então, tinha imaginado pudessem apresentar um qualquer interesse. Foi uma nova orientação das nossas sociedades que deu origem a uma série de trabalhos que teriam podido nascer, sem obstáculos, um século ou um século e meio mais cedo. — A contrapartida? É a história genealógica que a fornece. Tão favorecida no tempo em que a estrutura social exigia de algum modo, nos nossos países do Ocidente, que ela o fosse — deixou de existir, praticamente, desde que a qualidade de filhos dos respectivos pais (quando não comporta uma herança de bens económicos que nada tem a ver com os benefícios dum «nascimento» no sentido *Ancien Régime* da palavra) deixou de ter a importância de que se revestia outrora para aqueles que eram «bem nascidos». Creio que este exemplo é particularmente convincente.

Organizar o passado em função do presente: é aquilo a que poderíamos chamar a função social da história. Este aspecto das nossas actividades, também ninguém o estudou. Fez-se a teoria da história. Não se fez a sua sociologia. Sem dúvida que não seria possível improvisá-la. Mas este passar em revista daquilo que verdadeiramente parece ser a história para um grupo de historiadores franceses trabalhando em meados do século XX — ficaria, creio, gravemente incompleto se não perfilássemos, por detrás da bela ordenação dos nossos esquemas metodológicos, esse aspecto, um pouco inquietante talvez, das actividades dos historiadores observadas sem preconceito nem indulgência. Com todas as consequências que daí resultam. Principalmente, uma vez mais, no que respeita a esse problema da objectividade, que nós estamos muito longe de querer pôr como teóricos ou como filósofos: mas é a nossa prática, sem dúvida, que o põe de maneira nova. E talvez imprevista.

*

* *

Peço desculpa pelo que necessariamente tem de sumário esta breve excursão através daquilo a que se poderia chamar as «zonas pioneiras» da história. Levar mais longe, impossível. Não por falta de espaço ou por falta de tempo. Mas porque a uma disciplina em vias de organização ou de reorganização não convém que sejam impostas de fora direcções proféticas. Deixemo-la fazer as suas experiências. As suas escolas. Não tentemos traçar-lhe antecipadamente programas didácticos que talvez a estorvassem e perturbassem no seu caminho, e que prontamente seriam desmentidos pelos factos. Pensemos no velho funcionário da estação de Saint-Lazare: ele sabia, com uma aproximação de duas ou três dezenas, quantos bilhetes



devia preparar todos os domingos para Chatou. Mas nós não sabemos se faremos parte do número, do grande número constante daqueles que, no próximo domingo, se apresentarão diante do «guichet». Podemos falar da tendência geral da história para outros fins, para outras realizações. Do pormenor dos seus êxitos, ou dos seus insucessos, a vida decidirá.

*Rio de Janeiro, 20 de Julho de 1949.*

ÍNDICE